



Enio Viterbo Junior

**A Responsabilidade Sócio-Ambiental na
Indústria Química Brasileira**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas

Orientador: Prof. Sérgio Proença Leitão, Dr.

Rio de Janeiro
Agosto de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Enio Viterbo Junior

**A Responsabilidade Sócio-Ambiental na
Indústria Química Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Sérgio Proença Leitão, Dr.

Orientador

Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof. Mário Couto Soares Pinto, Dr.

Departamento de Administração – PUC-Rio

Profa. Débora Zouain, Dr.

Fundação Getúlio Vargas – RJ

Prof. João Fontes Nogueira, Dr.

Vice Decano de Pós-Graduação do CCS – PUC-Rio

Rio de Janeiro, agosto de 2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Enio Viterbo Junior

Graduou-se em Engenharia Mecânica na UNESP, em 1978, e realizou diversos cursos de pós-graduação, entre eles a especialização em administração de sistemas de informação pela UFF em 1993 e o MBA-Executivo da Coppead-UFRJ em 1998. É Diretor de Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Qualidade de uma grande multinacional da indústria química e já ocupou diversos cargos gerenciais e executivos. Tem particular interesse em estratégia e organizações, responsabilidade social empresarial, desenvolvimento sustentável e em organizações de aprendizado.

Ficha Catalográfica

Viterbo Junior, Enio

A responsabilidade sócio-ambiental na indústria química brasileira / Enio Viterbo Junior; orientador: Sérgio Proença Leitão. - 2007.

143 f. : il. : 30 cm

1. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Administração - Teses. 2. Responsabilidade Social Empresarial. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Atuação Responsável. 5. Ética. 6. Proteção Ambiental. 7. Responsabilidade sócio-ambiental na indústria química. I. Proença, Sérgio Leitão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

O resultado deste trabalho é dedicado à minha mãe e à memória de meu pai, que me deram o exemplo e a coragem para enfrentar os desafios da vida. Dedico também aos colegas engajados no programa Atuação Responsável e a todos aqueles que acreditam ser possível atingir o equilíbrio entre a dimensão econômica, a social e a ambiental nas decisões empresariais.

Dedico também aos saudosos colegas Mirtes, Guilherme e Marta.

Agradecimentos

A Deus, acima de tudo.

A meus pais, Enio e Yvette, pelo bom exemplo e pelo esforço e abnegação na educação e formação de seus filhos.

A meus filhos Daniel, Carolina e Bruna e à minha esposa Fátima, que constituem minha família, cuja união foi e é fundamental para que todos sigamos juntos na busca de nossos seus objetivos.

Ao Prof. Dr. Sérgio Proença Leitão pelas aulas imperdíveis, pela paciência, orientação e apoio durante todos os contatos e, principalmente, durante a produção da dissertação.

Aos professores José Roberto Gomes da Silva e Mário Pinto pelo apoio e pelo exemplo de lealdade e união.

À Teresa Campos, pelo apoio e excelência no atendimento e aos funcionários do IAG, pela paciência, simpatia e solicitude.

À direção da PUC, pela concessão de bolsa VRAC durante todo o período letivo, a qual auxiliou o pagamento e estimulou a manter média alta no curso.

À minha saudosa amiga Dejanira Almeida, pelo seu contínuo estímulo em busca da superação.

Aos colegas da direção da Bayer, da qual faço parte, pela compreensão e encorajamento.

Resumo

Viterbo Junior, Enio; Leitão, Sérgio Proença (orientador). **A Responsabilidade Sócio-Ambiental na Indústria Química Brasileira.** Rio de Janeiro, 2007. 143 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A indústria química ocupa posição de destaque em todo o mundo e no Brasil é um dos setores industriais que mais contribuem para o PIB. A química está presente em praticamente todos os setores e produtos utilizados pelo homem e, cada vez mais, contribui com soluções para a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, alguns riscos são inerentes aos processos fabris e devido a acidentes de grandes proporções no passado (ex. Bhopal na Índia em 1984) o setor decidiu implantar um programa de alcance mundial denominado “Responsible Care”, destinado a minimizar os riscos e eventuais conseqüências de acidentes. Grande progresso resultou então na gestão das indústrias e os temas saúde, segurança e meio ambiente passaram a ter importância na tomada de decisão, equilibrando com as preocupações meramente econômicas. No Brasil o programa foi lançado em 1992 pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), tendo sido revisado profundamente no último ano para ficar alinhado com os temas Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial e assim, promover a busca de resultados econômicos, ambientais e sociais de forma equilibrada. O presente estudo busca avaliar que motivações as empresas tiveram para adotar uma postura de Proteção Ambiental e de Responsabilidade Social e até que nível da organização esse compromisso conseguiu permear. Foram pesquisadas as associadas da ABIQUIM, representando 90% da produção de químicos no Brasil e tomados depoimentos em indústrias líderes de modo a responder às questões colocadas.

Palavras-Chave

Administração; Responsabilidade Social Empresarial; Desenvolvimento Sustentável; Atuação Responsável; Ética; Proteção Ambiental; Gestão Ambiental; Responsabilidade Sócio-ambiental; Diálogo com partes interessadas.

Abstract

Viterbo Junior, Enio; Leitão, Sérgio Proença (Advisor). **Social and Environmental Responsibility at Brazilian Chemical Industry**. Rio de Janeiro, 2007. 143 p. MSc. Dissertation – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Chemical Industry is located in a high position around the world and particularly in Brasil, where is one of the major contributors to GNP. Chemistry is presented at all sectors and mankind used products and more and more contributes with solutions to improve quality of life. Though, there are some inherent risks at manufacturing processes and due to major accidents in the past (e.g. Bhopal in 1984), the sector decided to implement a global program, so called “Responsible Care”, aiming to minimize risks and consequences of eventual incidents. A lot of progress happened in the management field and health, safety and environment started to be considered as important in the decision process, together with economic considerations. Brazilian Chemical Industry Association (ABIQUIM) launched the program in 1992, which has been deeply reviewed last year in order to in alignment with Sustainable Development and Corporate Social Responsibility concepts and to promote the triple bottom line search. This dissertation is intended to identify the motivations that lead industries and executives to adopt Environmental Protection and Corporate Social Responsibility and how deep this commitment has penetrated in the structures. Members of ABIQUIM have been researched and executives have been interviewed in order to have answers to these questions.

Keywords

Administration; Corporate Social Responsibility; Sustainable Development; Responsible Care; Ethics; Environmental Protection; Environmental Management; Social and Environmental Responsibility; Dialog with Stakeholders.

Sumário:

1	Introdução	13
1.1	O problema	13
1.2	Objetivos da pesquisa	17
1.3	Objetivos intermediários	18
1.4	Perguntas da pesquisa	18
1.5	Pressuposto do estudo	19
1.6	Justificativa da relevância do tema	19
1.7	Delimitação da pesquisa	20
1.8	Estrutura do trabalho	21
2	Revisão da Literatura	22
2.1	Introdução	22
2.2	Ética e a gestão das organizações	23
2.3	Responsabilidade Social Empresarial	28
2.4	A Gestão ambiental nas organizações	40
2.5	Desenvolvimento Sustentável – Teoria e Prática	48
2.6	O programa Atuação Responsável na Indústria Química	61
2.7	Divulgando resultados ambientais e sociais	69
2.8	Enfoques alternativos – abordagens fora da corrente dominante	71
3	Metodologia	73
3.1	O Tipo da pesquisa	73
3.2	O Método da pesquisa	74
3.3	Análise e tratamento de dados	75
3.4	A população e a amostra da pesquisa – os associados da ABIQUIM	76
3.5	Limitações	77
4	Análises dos dados	79
4.1	A abordagem quantitativa	79
4.2	– A abordagem qualitativa complementar	104
4.3	– Interpretação dos resultados e correlação com o estágio das práticas de RSE e Desenvolvimento Sustentável	113
5	Conclusões	117
5.1	Síntese das respostas	117
6	Posicionamento do Pesquisador	120
6.1	Campo para futuras investigações	122
7	Referências Bibliográficas	123
	ANEXOS	
	Anexo I – questionário de pesquisa quantitativa	130
	Anexo II – roteiro de entrevista qualitativa	134

Anexo III – Resultados sócio-ambientais alcançados pelas associadas da ABIQUIM	136
Anexo IV – Diretriz do programa Atuação Responsável	140
Anexo V - Informações e indicadores propostos pelo Instituto Ethos	141
Anexo VI – Informações para a iniciativa de reporte global (GRI)	143

Relação de siglas utilizadas

ABIQUIM -	Associação Brasileira da Indústria Química
ABNT -	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACC –	“American Chemistry Council”
ANPAD -	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração
AR -	Atuação Responsável
BASF -	“Badisch Anilin und Soda Fabrik”
CEBDS -	Comitê Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEFIC -	Comitê Europeu da Indústria Química
CFC –	Cloro-Fluor-Carbono, gás de efeito estufa
CONAMA –	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSR -	Corporate Social Responsibility
GNP -	“Gross National Product”
GRI -	“Global Reporting Initiative”
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBASE -	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO -	“International Organization for Standardization”
EdC -	Economia de Comunhão
FEEMA –	Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente
OHSAS -	“Occupational Health and Safety Administration System”
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
PIB -	Produto Interno Bruto
RSE -	Responsabilidade Social Empresarial
RSC -	Responsabilidade Social Corporativa
ONG -	Organização Não Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
EMAS -	“Environmental Management Assessment Scheme”
PNUMA –	Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente
WBCSD -	“World Business Council for Sustainable Development”

Lista de figuras

- Figura 1 – Tipos de Responsabilidade Social segundo CARROL
- Figura 2 – Diferentes estágios de abordagens da Responsabilidade Social
- Figura 3 – A evolução dos conceitos ambientais segundo HART (1997)
- Figura 4 – Um complexo químico com a comunidade no seu entorno
- Figura 5 – A evolução para atingir a dimensão da sustentabilidade
- Figura 6 – Dimensões do desenvolvimento e da sustentabilidade
- Figura 7 – O diagrama das 5 forças de Porter
- Figura 8 – As dimensões ambiental, social e econômica (Thilmann)
- Figura 9- A matriz econômico x ambiental (eco-eficiência) da BASF
- Figura 10- A estrutura atual do programa Atuação Responsável
- Figura 11- Desdobrando as diretrizes do programa Atuação Responsável
- Figura 12- O Mapa Estratégico do Atuação Responsável
- Figura 13- Gráfico de setores “compromisso AR = fator motivador”
- Figura 14- Histograma “Compromisso com AR como fator motivador”
- Figura 15- Existência de pressões externas
- Figura 16- Pressões internas como “motivador”
- Figura 17- Fatores diversos que motivam as organizações
- Figura 18- Histograma para ganhos de imagem
- Figura 19- Histograma expectativa de aumento de vendas
- Figura 20- Distribuição para responsável MA
- Figura 21- Distribuição para responsáveis por RSE
- Figura 22- Relatórios utilizados para reporte de RSE e MA
- Figura 23- Entendimento dos conceitos de Atuação Responsável
- Figura 24- Disseminação dos conceitos de Atuação Responsável
- Figura 25- Distribuição para apoio e comprometimento das lideranças
- Figura 26- Participação dos funcionários nas atividades de RSE
- Figura 27- Rejeição à hipótese de desconfiança quanto ao compromisso
- Figura 28- Extensão dos requisitos de RSE para os fornecedores
- Figura 29- Distribuição para “longo caminho a percorrer”
- Figura 30- A ISO 14001 como fundamental para a Proteção Ambiental
- Figura 31- Redução no volume de efluentes lançados.
- Figura 32- Redução da quantidade de efluentes por tonelada de produto
- Figura 33- Redução da emissão de dióxido de carbono
- Figura 34- Taxa de freqüência de acidentes com afastamento.
- Figura 35- Comparação com países desenvolvidos

Lista de Tabelas

- Tabela 1 - Faturamento da Indústria Química no Mundo
- Tabela 2 - Caracterização da Amostra – Sumário
- Tabela 3 - Compromisso com Atuação Responsável como motivador
- Tabela 4 - Pressões Externas como fator motivador
- Tabela 5 - Pressões Internas como fator motivador
- Tabela 6 - Ganho de imagem como fator motivador
- Tabela 7 - Expectativas de aumento de vendas como fator motivador
- Tabela 8 - Posição hierárquica dos responsáveis por MA e RSE
- Tabela 9- Relatórios de Responsabilidade Social e Meio Ambiente
- Tabela 10- Entendimento dos conceitos de Atuação Responsável
- Tabela 11- Disseminação dos conceitos de Atuação Responsável
- Tabela 12- Apoio e comprometimento da Liderança
- Tabela 13- Participação da força de trabalho
- Tabela 14- Desconfiança pela força de trabalho
- Tabela 15- Extensão do programa para os fornecedores
- Tabela 16- Reconhecimento do longo caminho a percorrer
- Tabela 17- Correlações para “motivação”
- Tabela 18- Correlações para grau de implementação
- Tabela 19- Informações para a Iniciativa de Reporte Global (GRI)

1.

INTRODUÇÃO

1.1

O Problema:

As indústrias químicas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm se transformando em organizações que buscam satisfazer o interesse de múltiplas partes interessadas, não se limitando à busca da satisfação de seus clientes como premissa básica de sobrevivência.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, conforme citado por KÓS (1999), surgiram os grandes conglomerados de indústrias químicas, desempenhando papel de relevante importância nos campos social e econômico e empregando um grande contingente de pessoas. A década de 50 foi marcada pelo fortalecimento econômico das corporações, muito em função da demanda reprimida de anos por uma sociedade que estava ansiosa por bens e serviços e muito disposta a consumir.

Com o fortalecimento econômico, ainda segundo o mesmo autor, houve um grande distanciamento dos anseios da população, representado pela figura do “muro de pedra” que separa as indústrias químicas da população. Na década de 60 houve o surgimento dos primeiros movimentos de contestação social e os impactos das indústrias químicas sobre a comunidade em seu entorno começaram a ser contestados.

Diversas ocorrências nas décadas de 70 e 80 no século passado contribuíram para que a imagem da indústria química àquela época ficasse associada com poluição, contaminações, acidentes e fatalidades. As mais marcantes, conforme ALMEIDA (2002) foram a liberação de dioxinas em Seveso (Itália) em uma fábrica de defensivos químicos, afetando mulheres grávidas da região, que tiveram seus filhos com má formação congênita, ou perderam a gravidez. Podemos citar também o clássico caso de Love Channel, nos Estados Unidos, onde um condomínio de residências e uma escola tiveram a água de seus poços afetadas por contaminação oriunda de uma antiga fábrica nas proximidades, e ainda o episódio da então Union Carbide na cidade de Bhopal, na Índia, que levou à morte centenas de habitantes das vizinhanças da fábrica.

Uma pesquisa realizada no começo dos anos 80, nos Estados Unidos, mostrou que a imagem da indústria química naquela ocasião só não era pior do que a da indústria de tabacos, uma vez que os casos de câncer de pulmão em fumantes começavam a aparecer como decorrência comprovada do hábito de fumar.

Era então necessário que um processo profundo de mudança na gestão das organizações da indústria química fosse deflagrado, de modo a colocar a saúde e a segurança dos colaboradores e da comunidade vizinha e a proteção do meio ambiente no mesmo nível de importância dos resultados financeiros. Embora naquela ocasião ainda não se falasse em desenvolvimento sustentável, expressão criada em 1987, durante o trabalho da Comissão Brundtland, conforme relatado por ALMEIDA (2002).

Primeiramente no Canadá e logo seguido pelos Estados Unidos, foi implantada a iniciativa das associações de classe da indústria química denominada “Responsible Care” e com isso iniciou-se a mudança de paradigmas necessária a promover as grandes mudanças necessárias. O programa original era composto de seis códigos de práticas gerenciais, além de princípios diretivos (valores):

- Segurança de Processos;
- Saúde e Segurança do Trabalhador;
- Proteção Ambiental;
- Diálogo com a comunidade e preparação e resposta à emergências;
- Transporte e Distribuição, e
- Gerenciamento de Produto.

No final da década de 80 e na primeira metade da década seguinte, as organizações cuidaram de entender e internalizar as mais de 120 práticas gerenciais contidas nos códigos acima, umas de forma eficaz, outras nem tanto. Porém grande avanço pode ser notado na área de saúde e segurança do colaborador, na segurança dos processos e na proteção ambiental.

No Brasil, a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) lançou em 1992 a versão brasileira do programa, denominado localmente de “Atuação Responsável”, obrigatório para os associados da ABIQUIM e deu um prazo inicial

de cinco anos para que os associados incorporassem as práticas gerenciais aos modelos de gestão de suas organizações.

Decorridos quase quinze anos do lançamento do primeiro código no Brasil, muito se avançou na gestão das indústrias químicas, hoje em sua grande maioria com sistemas de gerenciamento integrados, abrangendo qualidade, saúde, segurança e meio ambiente e em algumas delas também a dimensão social, ou seja, práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

Outras iniciativas paralelas também afetaram a maneira de gerenciar da indústria química, como as normas ISO 9001(Gestão da Qualidade), ISO 14001(Gestão Ambiental) e OHSAS 18001(Gestão da Saúde e Segurança) e, principalmente, demandas colocadas pelas diversas partes interessadas, como os clientes, ao exigirem certificações nas citadas normas, do governo, ao exigir cada vez maior segurança para as pessoas e para o meio ambiente nos processos de concessão de licenças de operação e, principalmente, das comunidades vizinhas, ao pressionarem as empresas para que reduzissem os riscos de emissões, poluição, ruído e desconforto nas vizinhanças e ainda que apoiassem iniciativas de cunho social, visando o desenvolvimento das comunidades do entorno das fábricas.

O conceito do Desenvolvimento Sustentável foi apresentado de maneira global durante a conferência “Earth Summit” de 1992, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, derivando na chamada “Agenda 21”, conforme citado no site www.mma.gov.br a qual deveria ser implantada por governos e também organizações. Visava resolver os grandes problemas ambientais e de sustentabilidade que se apresentavam já há quinze anos atrás.

Esses problemas, infelizmente, parecem crescer a cada dia, uma vez que a busca da competitividade e da máxima eficiência operacional praticamente cegam as organizações, deixando-os com foco somente no aumento do ganho a qualquer custo. Isto, com certeza, é verdade na maioria dos setores (automobilístico, siderúrgico, metal-mecânico etc.), mas no setor químico o programa Atuação Responsável busca um maior equilíbrio entre o econômico e o ecológico, muito em força de a indústria química trabalhar com insumos não renováveis, produtos perigosos e com potencial de contaminação.

Conforme citado por HART (1997), em seu fundamental artigo “Beyond Greening”, é reconhecido que a indústria química, paradoxalmente, passou à

vanguarda nas questões ambientais, o que despertou o interesse de uma investigação mais detalhada das causas desse fenômeno. Entretanto, como o conceito de Desenvolvimento Sustentável exige o equilíbrio entre econômico, ecológico e social, resolveu-se investigar até que ponto a dimensão social é priorizada na gestão das organizações do setor químico, em que nível de decisão a dimensão social é tratada e, se o programa Atuação Responsável alavanca ou ao menos colabora para que as indústrias químicas adotem práticas de Responsabilidade Social Empresarial no gerenciamento de suas atividades.

Conforme citação no artigo de SCHROEDER (2004):

“Nós humanos cultivamos com estranha persistência o hábito de nos tornarmos vítimas das armadilhas que nós mesmos criamos. Nestes termos, organizações parecem ser uma de nossas obras máximas”.

T. Wood Jr.

A empresa, como um caso particular de organização que visa lucro, tornou-se o meio mais importante de acumulação de riquezas, acabando por dominar o capitalismo no mundo globalizado. As organizações globais por sua presença, tem ainda mais capacidade que os governos dos países desenvolvidos, para mudar o mundo para melhor, mas o movimento ainda é incipiente neste sentido.

Tendo então o poder de transformar práticas ambientais e sociais e influir decisivamente na qualidade de vida das sociedades onde estão inseridas, as empresas transnacionais, particularmente aquelas no setor químico e petroquímico, são objetos de interesse deste estudo, que tentará determinar até que ponto elas estão realmente engajadas na proteção do meio ambiente e nas ações de Responsabilidade Social Empresarial.

PUPPIM (2005), ao realizar a Avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores empresas do Brasil coletou os balanços sociais das quinhentas maiores S/A do Brasil, agregando contribuições à sociedade, investimentos em projetos sociais externos, investimentos em meio ambiente e distribuição de resultados para os empregados. Apesar da grande variabilidade entre as formas de apresentação dos balanços sociais, o autor verificou que as empresas que mais publicam balanços sociais estão nos setores que provocam maiores impactos

sociais e ambientais, como petróleo, eletricidade e gás, tendo em vista estes setores serem os mais pressionados pela opinião pública.

A definição de Desenvolvimento Sustentável inclui as três dimensões de forma equilibrada, mas não contradiz a necessidade de se buscar resultados econômicos e a satisfação dos acionistas, apenas inclui as demais partes interessadas como atores importantes na formulação de demandas e para as quais se devem buscar resultados. Desenvolvimento da dimensão social significa também a inclusão de parcelas excluídas da economia, através da qualificação, treinamento e oportunidades de negócio com as empresas ou com seus parceiros e não apenas ações assistencialistas e filantropia (fazer o bem), embora estas também não estejam descartadas dentro do contexto de preocupação social das organizações.

Observa-se ainda que em determinada parcela de governantes, que hoje se encontram em posição de poder, existe ainda uma aversão ao lucro, talvez em função do capitalismo extremado de organizações globais, que visam claramente aumento contínuo de eficácia e resultados financeiros, com redução de força de trabalho e de qualidade de vida no trabalho dos remanescentes, o que é facilmente compreensível. Tal parcela de governo, paradoxalmente, acredita e cobra das organizações ações sociais claramente de sua responsabilidade, como construção de escolas, hospitais, etc. Isto é diferente da lei de compensação ambiental, onde os empreendedores têm que destinar uma parcela de no mínimo meio (0,5) por cento do total do investimento nas compensações ambientais pela degradação decorrente do investimento.

1.2

Objetivos da pesquisa

O duplo objetivo da presente pesquisa é identificar que motivações levam as empresas do setor químico a priorizar ou não os temas de proteção do meio ambiente e de responsabilidade social empresarial em suas ações e verificar até que nível de decisão os temas permearam suas estruturas organizacionais.

1.3

Objetivos intermediários

Para que possamos entender as motivações que levam as empresas do setor químico é necessário entender a estrutura da indústria química e petroquímica no Brasil, as pressões a que este setor está submetido e a capacitação da força de trabalho e dos dirigentes. Isto é facilitado pelo fato de o pesquisador ser um executivo na indústria química brasileira e atuar junto à Associação Brasileira há mais de 10 anos, como coordenador do programa Atuação Responsável da empresa que representa e também como líder de comissão técnica especializada.

Visando possibilitar a resposta ao objetivo da pesquisa, os seguintes assuntos serão também abordados:

- qual a influência do programa Atuação Responsável para a adoção de programas de meio ambiente e responsabilidade social;
- qual a influência/pressões da comunidade e de outros grupos de interesse;
- importância dada a eventuais ganhos na imagem corporativa e na escolha pelos clientes.

1.4

Perguntas da pesquisa

O estudo se propõe a responder a duas questões interligadas:

1) O que motiva as empresas estudadas a priorizar ou não os temas proteção do meio ambiente e responsabilidade social empresarial em suas ações estratégicas?

2) Até que ponto esses temas penetram toda a estrutura organizacional dessas empresas ou se restringem aos seus dirigentes?

1.5

Pressuposto do estudo

O pressuposto deste estudo é de que as organizações da indústria química, que se dedicaram às atividades de Responsabilidade Social e de Desenvolvimento Sustentável, o fizeram por perceberem que a licença para operar, concedida informalmente pela sociedade, é ainda mais importante que a licença operacional emitida formalmente pelo governo.

Outro pressuposto é de que as empresas da indústria química priorizam o tema proteção ambiental e vêm aderindo à Responsabilidade Social Empresarial quer por pressões da sociedade, quer por cobranças de outras partes interessadas, como o governo, que solicita formal ou informalmente apoio a projetos sociais, além das compensações ambientais estabelecidas em lei.

1.6

Justificativa da relevância do tema:

Em se tratando de uma dissertação de mestrado, os critérios de relevância, viabilidade e originalidade na abordagem devem ser observados.

O tema Responsabilidade Social Empresarial, ou seu equivalente, Responsabilidade Social Corporativa (da corporação) tem sido objeto de diversas pesquisas acadêmicas, inclusive na própria Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mas a abordagem que inclui o tema no conceito maior do Desenvolvimento Sustentável e a ferramenta “Atuação Responsável” é ainda incipiente e pode fornecer subsídios para a ABIQUIM e seus associados promoverem mudanças de rumo onde relevante ou necessário.

Conforme dados retirados do site da ABIQUIM, a iniciativa “Atuação Responsável” já se encontra implementada em 45 países do mundo e em cerca de 140 empresas associadas no Brasil, as quais são responsáveis por 85% da

produção nacional (KÓS, 1999) e mais de 90% do faturamento do setor, o que dá uma idéia da importância do setor no Brasil e no mundo.

A relevância ou importância do tema decorre da crescente problemática mundial nas questões de sustentabilidade, com as práticas de responsabilidade social representando uma parte fundamental desse conceito, fundamental para a sobrevivência das organizações e da própria humanidade.

1.7

Delimitação da Pesquisa

Apesar do crescente interesse da área acadêmica sobre Responsabilidade Social Empresarial (ou Corporativa) e de diversos trabalhos de pesquisa realizados, ainda pode-se dizer que o campo de estudo é relativamente recente e carece de aprofundamento. O campo é muito amplo e a pesquisa aborda também a gestão ambiental, que possui pesquisa em campos de engenharia de produção e é relativamente pouco pesquisada na área da administração.

Reunindo os temas Responsabilidade Social e Proteção Ambiental, temos o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual apenas é descrito e ilustrado nas referências bibliográficas, mas claramente não foi incluído como tema a ser pesquisado na gestão das indústrias químicas.

Diversos outros temas poderiam ter sido estudados, como a estratégia das organizações, a correlação entre a maturidade dos programas de responsabilidade social e proteção ambiental e os resultados financeiros, o clima organizacional, entre elas, mas não pretendemos de forma alguma esgotar o assunto.

Ao efetuar uma pesquisa sobre as motivações que levaram as indústrias químicas a considerarem a responsabilidade social e a proteção ambiental em sua gestão, e sobre até que ponto essas práticas estão internalizadas nas organizações, respondemos apenas às questões iniciais, deixando as demais para um aprofundamento posterior.

A pesquisa também não aprofunda no caso de empresas multinacionais as considerações sobre as diretrizes das matrizes sobre os temas em questão, mas as ações em nível regional, dentro do programa brasileiro de Atuação Responsável.

1.8

Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado dentro da seguinte seqüência:

Neste capítulo 1 são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação da pesquisa e as questões levantadas as quais serão investigadas pela metodologia citada no capítulo 3, composta de pesquisa quantitativa entre os associados da ABIQUIM e pesquisa qualitativa em organizações de destaque comprovado no setor.

No capítulo 2 é apresentada uma revisão de literatura, contendo os diversos pontos de vista sobre Responsabilidade Social Empresarial, sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e ainda questões éticas, morais e religiosas sobre meio ambiente, ética e ações assistenciais promovidas para as comunidades do entorno das empresas. São apresentados os pontos de vista conflitantes entre autores que julgam importante priorizar o acionista (“stockholders”) e autores que pregam um balanceamento entre as partes interessadas (“stakeholders”) comparando com as diretrizes que as empresas químicas deveriam estar seguindo pelo programa Atuação Responsável. Uma classificação de estágios de implementação da Responsabilidade Social Empresarial é compilada, visando orientar a classificação dos resultados da pesquisa.

O capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa, detalhando o tipo da pesquisa, o método, o questionário de pesquisa quantitativa e as entrevistas qualitativas complementares. O capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa quantitativa aplicada nos associados da ABIQUIM devidamente analisados e os resultados das investigações qualitativas complementares realizadas na Lubrizol, na BAYER e na BASF, empresas que se destacam nos temas Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial. O capítulo 4 apresenta ainda a análise das pesquisas acima e uma correlação entre os resultados e os modelos teóricos utilizados.

O capítulo 5 sintetiza e destaca as conclusões do trabalho, apresentando as limitações adotadas.

Sugestões de pesquisas, observações do pesquisador e seu posicionamento pessoal são apresentadas no capítulo 6, que encerra o corpo desta dissertação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1.

Introdução

A revisão bibliográfica a seguir considera a produção acadêmica e prática, com maior ênfase naquela gerada no Brasil, versando sobre Responsabilidade Social Empresarial, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, conceito este que abrange as dimensões social e ambiental, e também a dimensão econômica.

CARROL (1999) nos mostra a expansão do conceito de Responsabilidade Social ocorrido desde meados da década de 50 até os anos 90, enquanto que ASHLEY (2002) insere o contexto no cenário brasileiro.

ALMEIDA (2002) apresenta casos de sucesso de Responsabilidade Social nas empresas brasileiras e DALLABRIDA (2005) traça um paralelo entre Responsabilidade Social Empresarial e empresas de Economia de Comunhão, abordadas também nesta revisão, principalmente através da obra de LEITÃO (2001 e 2003) e PINTO (2004).

Para que a associação do programa Atuação Responsável, modelo de gestão da indústria química e petroquímica, com os temas Responsabilidade Social e Meio Ambiente possa ser explorada, uma descrição do programa precisou ser elaborada, utilizando-se para tal de informações disponíveis no site da ABIQUIM, www.abiquim.org.br.

Diversas outras obras foram consultadas e referenciadas, tanto aquelas versando sobre gestão empresarial, estratégia e mudança, dentro da corrente dominante nas escolas de administração, como DRUCKER (1995) ou PORTER (1980) e, principalmente, aquelas que oferecem um diferente e interessante ponto de vista, com a razão substantiva assumindo um papel importante, deixando a razão instrumental de ser a única lógica aceita nas organizações, como AKTOUF (1999), CAPRA (1999), LEITÃO (2003) e a tese de doutorado de PINTO (2004), entre outras, onde a empresa passa a tratar a dimensão social é tratada de uma forma prioritária, possibilitando assim múltiplos pontos de vista de modo a situar a gestão da indústria química e petroquímica no Brasil de forma mais ampla.

2.2.

Ética e a gestão das organizações

A ética, dentro do contexto científico e filosófico, estuda os costumes, as normas e a moral do comportamento. Para fins desta dissertação, vamos nos ater à ética dentro do contexto organizacional, ou seja, o conjunto de normas e valores que dá sustentação às ações e às estratégias das organizações dentro da sociedade em que está inserida. Ética empresarial não se limita ao conhecimento da ética, mas à sua aplicação nas ações do dia-a-dia, conforme percebido pela sociedade.

A ética vem sendo apontada como um pré-requisito essencial para a sobrevivência e o progresso das organizações e também vem sendo associada, no ambiente empresarial, à transparência nas relações e nas informações e na preocupação com os impactos junto a sociedade, conforme observado por SROUR (1998).

Para FRIEDMAN (1970), economista mais proeminente da escola de Chicago, “há uma e apenas uma responsabilidade social das empresas: usar seus recursos e a sua energia em atividades destinadas a aumentar seus lucros, contanto que obedeam às regras do jogo e participem de uma competição aberta e livre, sem enganos e fraudes”. A satisfação da parte interessada acionista é a única que importa, e isto se traduz por lucro e acumulação. As empresas, caracterizadas como organizações com fins lucrativos, foram durante o século passado, e continuam a ser, o mais importante meio de acumulação de riqueza, mas não necessariamente de sua distribuição.

De acordo com BOFF (2003), o movimento de responsabilidade social empresarial se fundamenta na ética. Nenhuma empresa pode ser socialmente responsável se não mantiver um comportamento ético em relação aos públicos com os quais se relaciona e um declarado compromisso com a sustentabilidade social e ambiental da comunidade na qual atua, do país e do mundo.

Num mundo em que a ciência substituiu o lugar que era ocupado pela religião na condução dos homens, e com a tecnologia possibilitando uma melhoria significativa de vida por parte da parcela economicamente ativa da população, mas por outro lado, acentuando sobremaneira as desigualdades, e assim criando

uma enorme legião de excluídos, que hoje representam mais de quatro bilhões de seres humanos, vivendo à margem da sociedade consumista.

Ainda segundo BOFF (2003) a crise que afeta todas as sociedades do mundo é estrutural e não conjuntural. Ela atinge os fundamentos da civilização que foi construída nos últimos séculos e que hoje é globalizada e essa crise atingiu níveis tão agudos que obriga a sociedade a pensar e a encontrar saídas inovadoras para dar conta, de forma responsável, das intimidações e dos desafios que a realidade lhe apresenta e que envolvem tanto o presente como o futuro da humanidade.

O autor enxerga três eixos fundamentais nessa crise. O primeiro diz respeito à pobreza e à miséria e é denominado por apartação social, gerando excluídos, que vivem à margem da sociedade e que segundo PRAHALAD (2002) atingem o montante de quatro bilhões de seres humanos. BOFF (2003) ressalta que existe um risco de que efetivamente a humanidade aceite como inevitável essa apartação mundial entre ricos e excluídos, entre a abundância e a sobrevivência com enorme dificuldade, levando à percepção de que os laços de cooperação e solidariedade são mínimos em todo o mundo, tendo a política mundial regredido a níveis de barbárie nunca observados nos últimos quinhentos anos.

O segundo eixo da crise diz respeito ao sistema de trabalho, pois em todas as sociedades existe uma crise de emprego, provocada pela hegemonia do capital especulativo sobre o capital produtivo, fenômeno determinado pela lógica do mercado, lógica esta vastamente competitiva e parcamente cooperativa. Esse desequilíbrio leva a grandes diferenças, às lutas internas, à acumulação de riqueza, a qual é extremamente mal distribuída, ampliando a exclusão.

O autor complementa citando o terceiro eixo da crise, que também levanta questões éticas, é o que se pode chamar de alarme ecológico, trazendo degradação, poluição e diminuição de recursos naturais, principalmente a água potável, cuja escassez já se apresenta como o maior problema ambiental a ser enfrentado nos próximos anos. Essa questão nasce essencialmente da maneira como os seres humanos têm se relacionado nos últimos séculos com a natureza: de forma predatória, não respeitando a alteridade, não se dando conta de também são parte da Terra e pertencem aos seus ecossistemas. Infelizmente não se soube aprender com a sabedoria dos indígenas, que consideram a natureza como uma

dádiva a ser preservada, e dela extraem, de maneira sábia, o estritamente necessário para sua sobrevivência, de modo que o equilíbrio não seja alterado.

Durante o Fórum Social de Porto Alegre, em 2003, a ministra Marina Silva e o Frei Leonardo Boff conversaram com Fritjof Capra, convidando-o para iniciar a alfabetização ecológica no Brasil, uma vez que ele dirige um instituto na Califórnia que é voltado para essa missão. A resposta dele foi muito simples e clara: “Eu me prontifico a vir ao Brasil, mas prefiro começar a conscientização ecológica pelos empresários, e não nas escolas, porque são eles que mais necessitam dela”.

A reflexão sobre essas questões e a base ética remete até a Grécia da antiguidade, onde os gregos diziam que o fundamento do ser humano é a racionalidade e esta é a crença básica do Ocidente, desde os primórdios, passando por Kant e Hegel e persiste em Habermas e na Escola de Frankfurt. A base da racionalidade parece ser muito pequena, pois se é verdade que sem racionalidade não se consegue conduzir a vida, é patente que o fundamento último na existência humana não reside na razão. A razão não é o primeiro nem o último momento da existência e, por isso, não explica nem abarca tudo.

A razão se abre para baixo, para algo mais ancestral, que é a afetividade e também se abre para cima, para a dimensão da totalidade, onde nós nos sentimos coadjuvantes e parte do todo. Santo Agostinho, Pascal e, mais recentemente, Freud, Jung e Adler entre outros, afirmar que a base última sobre a qual se sustenta o ser humano é a afetividade. Os seres humanos são essencialmente seres de emoção, como citado em MATURANA (2001).

Conforme LEITÃO (2002), o pensar e o agir éticos têm sido justificados tradicionalmente pela perspectiva racional, visto ser este o caminho mais trilhado tanto por filósofos quanto por autores do campo da administração. MATURANA (2001), biólogo do conhecimento, nos afirma que a ética não tem fundamento racional, mas sim emocional, pois ela se situa no campo afetivo.

Prossegue LEITÃO (2002), citando Maturana, que a ética se preocupa com as conseqüências das ações da pessoa sobre um terceiro, sendo um fenômeno relacionado à aceitação do outro, que a biologia do conhecimento define como amor. Esta definição é muito próxima do sentido do amor cristão, pregado no Evangelho, que nada tem a ver com paixão. Dessa forma, a ética se situa no campo afetivo e não no campo cognitivo, contrariando o normalmente afirmado.

A visão de MATURANA e VARELA (2005) sobre a questão da ética está baseada na teoria da autopoiese, ou teoria dos sistemas vivos. A ética emerge da consciência da estrutura biológica e social dos seres humanos, fruto da reflexão humana e a coloca no centro, como fenômeno social constitutivo. A aceitação de um pelo outro é pré-requisito fundamental para que haja socialização e com isto a humanidade, pois como cita LEITÃO (2006), para “ser humano, há que ser no mínimo dois, pois somente nos tornamos humanos na convivência com o outro”.

Nesta perspectiva, a idéia de um mercado livre, com competição sadia aparece como um contra-senso, pois um indivíduo acaba negando o outro. Assim, o discurso que valoriza a competição como bem-estar social ignora a emoção. A competição, conforme observa MATURANA (2005), não tem participação na evolução humana. A cooperação, por outro lado, é centrada na humanidade e assim, é ética por natureza.

As organizações que enveredam de verdade na jornada da responsabilidade social empresarial necessitam praticar a ética do cuidado, a ética da solidariedade e a ética da responsabilidade. O cuidado é a dimensão fundamental dos seres humanos: cuidado consigo, com seu corpo, com sua vida, com seu futuro e com a natureza. Como disse Jean Michel Cousteau, durante o Congresso Anual da ABIQUIM, em 2006, citando palavras de seu falecido pai, o oceanógrafo Jacques Cousteau, “nós cuidamos de tudo aquilo que amamos e amamos tudo aquilo de que cuidamos”.

Junto à ética do cuidado, é imperativa a prática da ética da solidariedade e da cooperação. Conforme citado pelos antropólogos o salto da animalidade para a humanidade ocorreu no momento em que o homem começou a levar o que caçava para ser repartido entre o grupo e dividir fraternalmente o alimento entre si. A solidariedade e a cooperação proporcionaram o surgimento da linguagem. Assim, os seres humanos são seres de solidariedade, uma sociedade, uma comunidade ou uma empresa devem criar laços de cooperação, de inclusão, afinando-se assim com a lógica do Universo e tornando-se benevolentes e não destrutivos.

Finalmente, a ética da responsabilidade diz respeito a dar-se conta das conseqüências que advém dos nossos atos. As empresas lidam com biotecnologia, com produtos perigosos e com insumos da natureza, modificando organismos geneticamente, sem se dar conta da totalidade das conseqüências. Assim, impõe-se a ética da responsabilidade, da cautela e da prevenção, de maneira a agir de tal

forma que a sua ação não seja destrutiva. Deve-se ajudar a via a se conservar, a se expandir e a se irradiar. Responsabilidade, cuidado e solidariedade podem estabelecer um patamar mínimo para se atingir um padrão de comportamento humanitário e sobre essa ética é que é construída a responsabilidade social empresarial.

BOFF (2003) lembra ainda a metáfora da águia e da galinha, onde os sistemas mundiais dominantes querem reduzir os seres humanos a galinhas consumistas, adaptadas a seus galinheiros, enquanto se possui uma águia dentro de cada um e é preciso dar asas a ela, um sonho maior e uma capacidade de superar limitações, de criar novas possibilidades. As organizações que optam pela responsabilidade social priorizam os seres humanos e as relações, começando pelos seus próprios funcionários, tratando-os com respeito, justiça e equidade. Os ganhos não mais são buscados como um fim em si mesmo, visando a acumulação que traz a exclusão, mas um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o social e o ambiental.

2.3.

Responsabilidade Social Empresarial:

“O planeta se converteu em nossa casa comum e ninguém mais pode isolar-se em suas fronteiras ou reservas privadas, ignorar os problemas dos demais e contemplar com indiferença o caos que se propaga em um mundo desregulado e inseguro. O egoísmo cobra seu preço, que é cada vez mais caro”

Mário Soares, ex-presidente de Portugal.

Conforme citado em ASHLEY (2002), nos Estados Unidos e na Europa, a ética e a responsabilidade social eram doutrinas aceitas durante o século XIX, uma vez que o direito de conduzir negócios era prerrogativa do Estado ou da Monarquia (algumas nações da Europa) e praticamente inexistia um interesse econômico privado. Com a industrialização dos Estados Unidos, a premissa básica da legislação sobre corporações era de que estas deveriam gerar resultados econômicos para seus acionistas.

A autora apresenta o emblemático caso Dodge versus Ford, nos Estados Unidos, ocorrido em 1919, no qual Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa que leva seu nome decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para aumento da capacidade de produção, aumento de salários e provisão para perdas devido a quedas nos preços dos carros. Os irmãos Dodge, acionistas menores da Ford, levaram o caso para a Suprema Corte de Michigan, que se pronunciou favoravelmente a eles, justificando que a empresa existe para dar lucro para seus acionistas e não para usá-lo para outros objetivos.

Em 1953, com a evolução da sociedade, marcada fortemente pela Segunda Grande Guerra, outro caso emblemático foi levado para a Suprema Corte de Nova Jérsei, envolvendo a P. Smith Manufacturing Co. versus Barlow, porém, desta vez, a interpretação foi de que a empresa poderia usar parte de seu lucro para a doação de recursos à Universidade de Princeton, que havia sido questionada por um grupo de acionistas.

Desde então, defensores da ética e da responsabilidade social empresarial passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima, outras ações que priorizassem objetivos sociais em confronto com interesses econômicos de acionistas seriam igualmente válidas, como por exemplo, o fechamento de linhas

de produção lucrativas, mas que trouxessem problemas ambientais ou para a saúde dos trabalhadores.

A partir da década de 70, começou a haver aumento de impostos em diversos países, com o propósito de se manter o bem estar social. Os empresários, que não se beneficiavam diretamente do sistema, começaram a questionar a legitimidade dos impostos, no que foram seguidos pelos cidadãos. O Estado foi influenciado pela ideologia neoliberal, tributando ao mercado a responsabilidade pelo desenvolvimento e promoveu a desregulamentação de diversos setores, além de privatizar diversas empresas governamentais.

A desigualdade entre pessoas foi aceita como normal, e um forte discurso a favor do individualismo e do consumismo aconteceu nas décadas de 80 e 90 e a sociedade civil experimentou um processo de fragmentação, tendo indivíduos alienados da economia, da sociedade, da política, dos outros e até de si mesmos, como apontado por CARVALHO (2002). Nesse ambiente neoliberal, a responsabilidade social aparecia como oportunidade de negócios e uma empresa priorizaria programas sociais ou ecológicos a partir do potencial de gerar impacto positivo para a sua imagem organizacional, mas isto passou a ser questionado, quando percebido pela opinião pública.

Responsabilidade Social Empresarial é um tema que vem mostrando importância crescente na área de administração, não somente por pesquisadores e professores, mas também por empresários e dirigentes interessados em compreender como este tema exerce impacto em seus negócios. Frequentemente a Responsabilidade Social Empresarial é associada ou parte integrante de um conceito mais abrangente, denominado Desenvolvimento Sustentável, no qual impera o equilíbrio e a conciliação dos interesses econômicos, ambientais e sociais.

A literatura sobre Responsabilidade Social Empresarial se expandiu a partir da década de 70 e passou a ser considerada dentro do contexto gerencial, forçando a gerência a não enxergar os seres humanos que trabalham nas organizações somente como recursos, ampliando o alcance de sua utilização para cumprir uma missão social, maior que a pura e simples satisfação de acionistas e dirigentes empresariais.

Nesta dissertação, Responsabilidade Social Empresarial e o termo Responsabilidade Social Corporativa são considerados sinônimos perfeitos, uma

vez que boa parte da literatura preferiu traduzir o termo do idioma inglês “Corporate” por Corporativa, anglicismo desnecessário, face à riqueza do idioma português. Também como promoção da simplicidade, foi preferido o termo “empresarial”, o qual está muito mais próximo de “empresa” do que o termo “corporativo”, o qual pode lembrar corporativismo, palavra que normalmente assume características negativas.

No Brasil, até meados dos anos 80, existia uma carência de obras sobre o tema, quando então foi publicado o livro de DUARTE (1986), que citava a existência de três dissertações de mestrado e alguns trabalhos publicados numa reunião da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). No início da década de 90, fora do meio acadêmico, a Responsabilidade Social ganhou muito impulso através da ação de entidades não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e também pelo trabalho “Ação pela Cidadania”, lançado pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como “Betinho”, que conseguiu mobilizar empresas e cidadãos na luta contra a fome, a miséria e a exclusão.

O IBASE lançou a idéia do Balanço Social, para divulgação das ações praticadas pelas organizações, que foi paulatinamente crescendo nas empresas pioneiras no tema e naquelas que possuíam significativos impactos ambientais ou sociais, como empresas de petróleo e mineradoras, por exemplo.

CARROL (1999) destacou em seu trabalho que o tema Responsabilidade Social Empresarial surgiu nos Estados Unidos, em 1953, com a publicação do primeiro livro que analisava o assunto: “Social Responsibility of the Businessman”, escrito por Howard Bowen, que foi considerado o precursor da Responsabilidade Social Empresarial. Em 1957 essa obra ganhou uma tradução no Brasil, denominada Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios, que foi publicada pela Editora Civilização Brasileira.

De acordo com o modelo da pirâmide de CARROL (1999) a responsabilidade social da empresa pode ser subdividido em quatro tipos: econômico, legal, ético e discricionário (ou filantrópico). A figura 1 mostra os quatro tipos de responsabilidade social, os quais não são mutuamente excludentes, e sim evolutivos:



Figura 1 - Tipos de Responsabilidade Social segundo CARROL

Com base na figura 1, a responsabilidade econômica está alinhada com o que prega FRIEDMAN (1970) ao afirmar que a única responsabilidade social da empresa é com seus acionistas e é expressa pelo lucro. Por outro lado a responsabilidade legal está ligada à satisfação da sociedade e de sua representação legal, que são os sistemas de governo nos diferentes níveis.

A sociedade espera mais do que a simples conformidade legal, ela espera que a empresa tenha comportamentos e atividades que sejam baseados em equidade, justiça e imparcialidade, ou seja, que a empresa seja ética. Por fim, a sociedade espera que a empresa gere bem estar social, esperando algum tipo de ação social para a comunidade da qual faz parte, ou para projetos de assistência, não necessariamente ligados a retorno para a empresa.

Outra maneira (figura 2) de classificar a Responsabilidade Social está associada a três círculos concêntricos, representando cada estágio de maturidade, a partir do centro (menos maduro) para a periferia, iniciando pela obrigação social, na qual a organização simplesmente tem que cumprir a lei e gerar resultados para os acionistas. A reação social (círculo intermediário) implica que comportamentos exigidos por grupos que têm participação ativa na organização

são priorizados (ex. demandas de ONG's). Já a abordagem de sensibilidade social (círculo externo) é de caráter pró-ativo, procurando antecipar demandas e prevenir problemas.

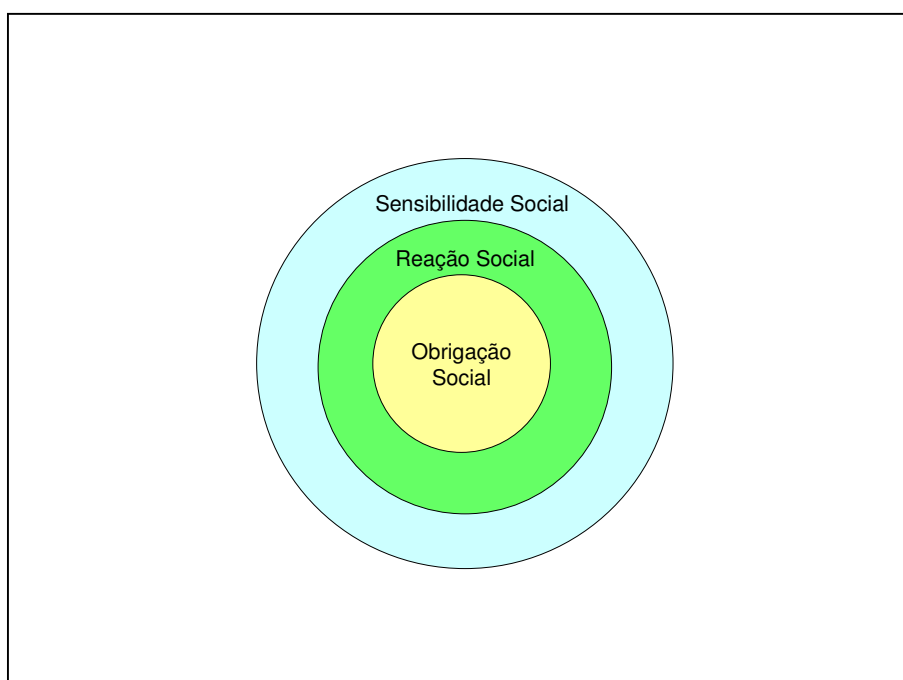


Figura 2 – Diferentes estágios de abordagens da Responsabilidade Social

ASHLEY (2002) remete o tema para a realidade brasileira e aponta algumas particularidades referentes a nosso país, como a diferença da maneira de encarar o trabalho em relação aos países anglo-saxões, o que acaba por simbolizar a empresa no campo imaginário capitalista com valores como individualismo e iniciativa privada e no cenário nacional são privilegiadas as relações sociais.

Segundo PINTO (2004), em sua tese de doutorado, existe uma categorização que é frequentemente atribuída a William Frederick, a qual está baseada em uma seqüência evolutiva na qual gradativamente as preocupações da empresa vão aumentando de nível para nível.

No primeiro nível, denominado CSR1 (de “Corporate Social Responsibility”) está a idéia de que a responsabilidade social empresarial obriga as empresas a trabalhar na melhoria das questões sociais. Esta obrigação está fundamentada nas dimensões política, social e econômica e é a contrapartida a uma degradação do campo social em função do aumento de poder da administração profissional.

O próximo degrau desse conceito leva ao nível de CSR2 (ou “Corporate Social Response”), definido como a capacidade da empresa de responder a pressões sociais. Os administradores devem ter a habilidade para se relacionar com diversas partes interessadas, compostas por grupos sociais distintos. CSR2 está próxima da prática gerencial vigente, enquanto que CSR1 é mais filosófica e ética.

O terceiro degrau, citado em PINTO (2004) é o CSR3 (“Corporate Social Retitude”), representando a retitude social corporativa, que incorpora a noção de correção moral nas ações e políticas formuladas por uma organização. Sob a ótica de CSR3 a organização deve aceitar a ética como parte do núcleo de tomada de decisão e um código de ética para apoiar e treinar todos os gestores mostra-se fundamental. Parece que a maioria das organizações de vanguarda começa a atingir este estágio.

O último nível proposto por William Frederick e citado em PINTO (2004) é o CSR4, o qual engloba Cosmos, Ciência e Religião (“Cosmos, Science and Religion”, no idioma inglês) e representa o topo de uma escada. Para atingi-lo é necessário que a organização seja Socialmente Responsável (CSR1), que responda corretamente às necessidades sociais de suas partes interessadas (CSR2) e que aja sempre baseada na integridade e na ética (CSR3). Uma organização no nível CSR4 possui a natureza e a espiritualidade inseridas em sua dinâmica, rotineiramente.

A classificação acima é uma leitura mais avançada da pirâmide de Carrol apresentada anteriormente, e seu último nível motiva o trabalho da tese de doutorado de PINTO (2004), que estuda as empresas de Economia de Comunhão (EdC). O nível CSR4, na classificação de William Frederick, parece ser característico dessa parcela de empresas mais evoluídas socialmente, o que não aparenta ser o caso da indústria química brasileira, objeto de estudo desta dissertação. De qualquer modo, serão investigados os níveis de maturidade e de implementação da Responsabilidade Social Empresarial e uma associação com esta classificação mostra-se ilustrativa.

SROUR (1998) aponta a hibridez cultural como sendo uma característica marcante brasileira, fazendo com que nossas organizações convivam com princípios éticos racionais capitalistas de um lado e com a moral do oportunismo, do outro lado, num discurso oficioso e não oficial, de que “levar vantagem em

tudo” justificaria comportamentos e atitudes. Assim, existiria no Brasil um conflito entre integridade e oportunismo, influenciando as decisões empresariais, mesmo que indiretamente.

Entretanto, cada vez mais, organizações brasileiras são vistas como bons exemplos de liderança em práticas de responsabilidade social, como, por exemplo, a Natura, o Boticário, o Banco Real/ABN Amro Bank, o Bradesco e o Itaú, conforme apresentado por ASHLEY (2002). A entidade “Ethical Corporation”, que promove o tema em nível mundial, apresentou um caso do Banco Real no Brasil em seu evento realizado em Londres, em Junho de 2007.

Ao final da década de 90, foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que amplificou o movimento, catalisando os esforços de indivíduos e organizações, promovendo a disseminação da idéia de responsabilidade social e sugerindo ferramentas de aferição e programas a serem abordados. Apesar de não haver ainda um consenso, o Instituto Ethos define Responsabilidade Social como uma forma de gestão definida por uma relação ética e transparente da empresa com todas as partes interessadas: funcionários, governo, meio ambiente, concorrência, consumidores, acionistas, academia, comunidade e sociedade. Além de gerenciar o relacionamento pautado por ética e transparência, a empresa socialmente responsável respeita e promove a diversidade e considera o desenvolvimento sustentável em cada tomada de decisão de negócio, conforme definições encontradas em www.ethos.org.br.

O WBCSD (1999) define Responsabilidade Social Empresarial como o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

ASHLEY (2002) ressalta que a discussão sobre a responsabilidade social nos dias de hoje traz como missão para a empresa garantir o bem-estar de todas as partes interessadas do negócio e para exemplificar, aponta os seguintes vetores da responsabilidade social:

Vetor 1 – apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual atua;

Vetor 2 – preservação do meio ambiente;

Vetor 3 – investimento no bem estar dos funcionários e dependentes, dentro de um ambiente de trabalho saudável e agradável;

- Vetor 4 – comunicações transparentes;
- Vetor 5 – retorno aos acionistas;
- Vetor 6 – sinergia com os parceiros;
- Vetor 7 – satisfação de clientes e consumidores.

Em síntese, a autora coloca a responsabilidade social dentro do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, buscando a satisfação de todas as partes interessadas do negócio. A inclusão de todas as partes interessadas no negócio pode trazer benefícios para a imagem da empresa perante a sociedade, e esta característica é importante para indústria química, no sentido de ampliar sua base de “defesa”, para que suas operações não sejam questionadas por ambientalistas ou por lideranças comunitárias com interesses diversos. Para a autora, o conceito de responsabilidade social ainda está em construção, existindo diversas definições, as quais mostram que ainda há uma mistura de idéias, conceitos e práticas em construção, o que freqüentemente tem levado até acaloradas discussões.

O INSTITUTO ETHOS (2002) em sua publicação “Responsabilidade Social nas Organizações de Varejo” aponta também sete principais temas, os quais compõem a Responsabilidade Social Empresarial. São eles:

- Valores e Transparência;
- Público Interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Clientes;
- Comunidade; e
- Governo e Sociedade

O INSTITUTO ETHOS (2002) cita ainda que a organização deste século XXI é socialmente responsável, respeita e gratifica funcionários, atende à demanda dos vários públicos, atua na vizinhança carente e faz parcerias institucionais que beneficiam a sociedade.

OLIVEIRA (2005) ao detalhar as estratégias de Responsabilidade Social de 231 organizações filiadas ao Instituto Ethos, aponta seis principais estratégias, as quais são usadas para alcançar a Responsabilidade Social. São elas: o Marketing

Social Corporativo, o Marketing de Causa Social, o Patrocínio, a Filantropia Estratégica, o Voluntariado Corporativo e a Ação Social Responsável.

KOTLER e LEE (2005) afirmam que o conceito de Filantropia vem se transformando nas organizações, saindo do simples assistencialismo para uma prática socialmente responsável, buscando atender aos interesses da comunidade, desde que compatíveis com os interesses dos acionistas. Dentre os benefícios adquiridos com a implementação da estratégia de Filantropia estão: a melhoria da imagem corporativa da empresa, o crescimento do respeito pela sociedade e a boa vontade da comunidade, principalmente da comunidade local, pelo grande impacto positivo causado junto à população vizinha do empreendimento.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas produziu a primeira norma sobre Responsabilidade Social para organizações, que pode ser utilizada para fins de certificação externa, de modo a mostrar para a sociedade de uma forma isenta que a empresa segue os princípios de Responsabilidade Social Empresarial que estão contidos na norma. Baseada na norma britânica SA 8000 (de “Social Accountability”) e na norma AA 1000 (de “AccountAbility”) e precursora de uma provável norma mundial ISO 26000, ela define responsabilidade social como sendo “a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável” e apresenta os seguintes objetivos e metas, compatíveis com a política de responsabilidade social, mas não limitados a:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação de qualquer espécie;
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;

- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; e
- ações sociais de interesse público.

A norma prescreve ainda que devam ser estabelecidos, mantidos e documentados programas para atingir seus objetivos e metas da responsabilidade social. Nos demais itens, a norma é totalmente compatível com as normas ISO 14001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança do Trabalhador), permitindo às organizações que ampliem seu sistema de gestão na dimensão social, não tendo que se preocupar com os demais requisitos. Isto é particularmente aplicável à indústria química e petroquímica no Brasil, visto que normalmente já possuem certificações naquelas normas.

O INSTITUTO ETHOS (2002) afirma que, cada vez mais, as pessoas têm compartilhado a idéia de que não há futuro num mundo sem perspectivas e que a construção do amanhã depende de um esforço coletivo, no qual as organizações empresariais têm papel relevante. A publicação diz ainda que as ações sociais não se caracterizam como ajuda humanitária, mas como investimento na pessoa e nos interesses da comunidade e da sociedade.

O WBCSD (www.wbcsd.ch) reconhece que não existe ainda uma definição universalmente aceita do conceito de Responsabilidade Social Empresarial. Assim aquele Conselho definiu entre outros os seguintes pontos como importantes:

- reconhecer que as prioridades de RSE hoje são os direitos humanos, os direitos trabalhistas, a proteção ambiental, o envolvimento da comunidade e as relações com os fornecedores; e
- enfatizar a importância do respeito às diferenças locais e culturais quando da implantação de políticas locais.

Segundo WATTS (2002), os benefícios trazidos pela RSE que foram identificados pelo WBCSD incluíam:

- um melhor alinhamento das metas das empresas com as metas da sociedade, bem como com as metas estabelecidas pelos próprios gerentes dessas empresas;
- a manutenção da reputação das empresas;

- a garantia da continuidade da licença de operação;
- a redução de riscos e de custos operacionais.

Prossegue o autor citando que a preocupação que acompanha a globalização sobre o comércio livre e sobre os investimentos diretos ainda se faz presente, podendo representar uma ameaça ao investimento e ao crescimento econômico. Esta preocupação normalmente está centrada na crença de que os padrões sociais e os ambientais estão comprometidos, ou que na decisão de se realizar os investimentos não são levadas em conta necessidades e circunstâncias locais e, neste ponto, a RSE tem a oportunidade de mostrar o contrário.

Ainda segundo WATTS (2002) um erro foi notado pelos integrantes ativos do WBCSD: se as empresas internacionais estabelecerem políticas a partir de suas matrizes (a longa distância) sem promover parcerias com o envolvimento das comunidades com as quais fazem seus negócios, irão correr o risco de confrontarem o público local e de levantarem suspeitas sobre suas intenções. Nada parece ser mais arriscado para a manutenção dos empreendimentos locais do que uma comunidade que não confia nas intenções do empreendedor.

O papel da Responsabilidade Social é definido por WATTS (2002), inserindo-a no contexto do Desenvolvimento Sustentável, o qual será explorado mais à frente:

- “Responsabilidade Social Empresarial é o compromisso das empresas com sua contribuição ao desenvolvimento econômico sustentável da empresa, com seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promovendo, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade de vida de sua força de trabalho e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Dentro do ambiente de mudanças que o mundo viveu nos últimos 30 anos, podemos apontar as seguintes características do contexto empresarial brasileiro:

Até os anos 80, as empresas conviviam com um mercado em expansão, sem concorrência de produtos estrangeiros, que chegaram apenas com a globalização, e o crescimento era buscado através do aumento de consumidores. As empresas repetiam o desempenho do passado, sem oferecer grandes novidades. Não havia mecanismos de reconhecimento de colaboradores, a não ser salários e promoções, e a preocupação com o meio ambiente era praticamente inexistente. O consumidor, por sua vez, era pouco exigente em termos de qualidade e atendimento e as empresas não se sentiam responsáveis pela qualidade de vida das

comunidades à sua volta. Estas, por sua vez, não questionavam ou pressionavam as organizações de uma maneira estruturada e organizada.

A partir da década de 90, muitas mudanças ocorreram no mundo dos negócios, devido a diversos fatores, dentre eles a globalização e o aumento exponencial da tecnologia de informação, o qual possibilitou, de um lado, automação nos processos produtivos e, de outro, uma informação quase em tempo real, disponível em todo o mundo. O ambiente de negócios então contemplava a concorrência dos importados, além da local, com alíquotas de importação gradativamente reduzidas, no caso dos produtos químicos, o que reduziu margens de lucro das empresas. Os consumidores passaram a exigir mais qualidade e também atendimento e todos passaram a esperar que as empresas assumissem sua responsabilidade com o meio ambiente, gerenciando de maneira segura os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços. As empresas também passaram a ser reconhecidas como o mais importante instrumento para o desenvolvimento social.

Discussão frequente sobre o tema Responsabilidade Social é que o papel do Estado em gerar bem estar social a partir do imposto recolhido de pessoas físicas e jurídicas é cada vez mais difícil de ser cumprido, perenizando as diferenças e condenando os menos favorecidos a um contínuo desamparo, conforme citado por ALMEIDA (2002). Na prática, o que tem sido verificado é que a iniciativa privada vem cada vez mais sendo demandada pelas comunidades próximas e também por organizações não-governamentais a assumir papéis que o Estado não é capaz de representar e, assim, promover a cidadania e a melhoria das condições sociais de seus vizinhos, em troca de uma benesse ou tolerância quanto às suas atividades, criando assim uma rede de defesa de suas operações. A licença para operar, dada pela sociedade, é cada vez mais tão importante quanto a licença de operação emitida pelos órgãos oficiais de controle ambiental.

2.4.

A Gestão Ambiental nas organizações

Reagindo à crescente demanda por organizações mais seguras do ponto de vista dos riscos ambientais e às exigências legais para licenciamento, também de tendência crescente, as organizações da indústria química, de uma maneira geral, passaram a tratar o tema meio ambiente com maior cuidado dentro de sua gestão.

Indo além da satisfação das necessidades dos acionistas e dos clientes (que no final das contas são quem compram os produtos e serviços), as indústrias químicas vêm sofrendo exigências e demandas advindas de outras partes interessadas, como os moradores das comunidades vizinhas, dos organismos governamentais que concedem licenças de operação, de organismos não-governamentais (ONG's) e da sociedade civil organizada, como um todo.

Essas demandas dizem respeito principalmente a riscos à saúde e segurança da vizinhança e proteção ambiental do entorno da localidade e preservação dos recursos naturais importantes para a sociedade, como água potável e o próprio ar que a população respira. Sendo assim, as demandas por uma postura ambientalmente correta cresceram muito na última década, e vêm se ampliando e resultando em legislações cada vez mais restritivas.

HART (1997) aponta que as empresas vêm aceitando sua responsabilidade em não depredar o meio ambiente e produtos e processos tornam-se cada vez mais limpos. Nas nações industrializadas, mais e mais empresas estão se declarando “verdes”, assim que descobrem que é possível reduzir poluição e aumentar os resultados financeiros simultaneamente. A figura 3, a seguir, representa a evolução citada pelo autor.

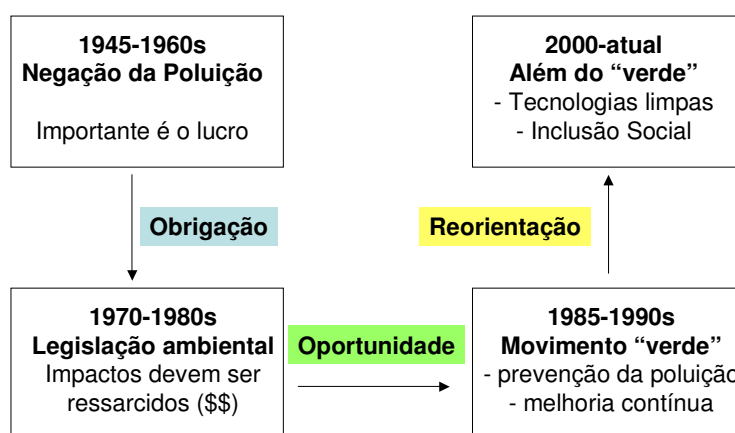


Figura 3 - A evolução dos conceitos ambientais segundo HART (1997)

Existe, entretanto, um contraponto importante nessa definição, conforme apresentado por CARVALHO (2002) e atribuído a Hager e Burton, que definem “greenwashing”, termo sem tradução no jargão empresarial brasileiro, mas que significa a maneira pela qual as companhias que destroem o meio ambiente se apresentam para a sociedade, rotulando-se de “verdes” e distraíndo a atenção do público para suas atividades. É uma falsa identidade organizacional, especialmente no que se refere às suas responsabilidades ambientais.

A autora cita, como exemplo de “greenwashing”, as companhias petrolíferas que veiculam propagandas associando sua logomarca a belezas naturais ou a imagens ambientais, embora a extração, o transporte, a manufatura e a distribuição de seus produtos estejam diretamente relacionados à poluição e à depleção de recursos naturais não renováveis. Parece ser mais fácil e mais barato mudar o que as pessoas pensam sobre a realidade, do que mudar a realidade em si.

Um conceito que está sendo cada vez mais difundido é o chamado de “pegada ecológica”, oriundo do termo inglês “ecologic footprint”, que tem por trás do seu significado um sistema de medição da exigência humana na biosfera, ou seja, quanta terra e água uma população requer para produzir o que consome e para absorver seus resíduos com as tecnologias que estão disponíveis.

LOVELOCK (2006) alerta para o colapso que o sistema ambiental da Terra entraria se todos os seres humanos atualmente vivos tivessem um padrão de vida como o dos europeus. Acreditar que tal aumento seja possível para uma parcela significativa da população que hoje se encontra à margem da sociedade de consumo é errôneo, de fácil comprovação através do critério da pegada ecológica. Basta acessar o sítio www.myfootprint.org, onde existe um questionário em língua portuguesa, referentes a hábitos de consumo e estilo de vida e ao final do preenchimento o interessado conhece o resultado de sua pegada ecológica individual e ainda quantos planetas Terra seriam necessários para suportar esse estilo de vida caso todos os habitantes mantivessem o mesmo padrão.

Diversos movimentos ocorreram desde os anos 90, como o CERES, o esquema EMAS, a Conferencia Rio 92, a Agenda 21, o programa Atuação Responsável nas indústrias químicas e a norma internacional ISO 14001, todos destinados, de certa maneira, a fornecer um instrumento para a construção da gestão ambiental nas organizações.

Segundo FONTOURA (2001) as seguintes forças motivadoras colocaram as organizações no caminho de uma melhoria de gestão ambiental:

- Conferencia da ONU no Rio em 1992 e a decorrente Agenda 21;
- aumento das práticas de “benchmarking” no que se refere ao desempenho ambiental e adoção de modelos de Sistemas de Gestão Ambiental;
- reações de consumidores contra produtos, com base em questões éticas, ambientais e sociais;
- coalizões de grupos de pressão, através da Internet para envolver a sociedade global contra organizações que agredem o meio ambiente;
- avaliações do desempenho sócio-ambiental das empresas (ex. Dow Jones Sustainability Index);
- pressões de Organizações Não-Governamentais, as chamadas ONG’s: e
- aumento do interesse dos funcionários pelas questões de saúde, segurança e proteção ambiental.

Como forma de resposta às demandas ambientais, as organizações vêm adotando iniciativas voluntárias de gestão ambiental, as quais receberam a seguinte classificação no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

- Códigos de conduta, propostas e coordenadas por empresas, de um setor ou de vários setores produtivos (ex. “Responsible Care”).
- iniciativas governamentais, que são promovidas por órgãos reguladores na forma de prêmios e estímulos, desafios, etc.
- programas conjunto governo-empresa; e
- iniciativas de terceira parte que envolvam uma ou mais organizações externas para verificar ou para auditar.

Conforme dados retirados do site www.abnt.org.br, a grande maioria das empresas já percebeu que a certificação ISO 9001 pode ter trazido ganhos iniciais advindo da padronização de suas atividades, mas estes são insuficientes para produzir resultados de médio e longo prazo, uma vez que focam apenas na satisfação da parte interessada “clientes” e deixa de lado outros aspectos igualmente importantes como a satisfação e o bem-estar dos funcionários e a segurança da comunidade vizinha bem como as questões referentes ao meio ambiente.

Conforme apresentado por CAMPOS (1994), autor de renomada importância no movimento de gestão pela qualidade total acontecido no Brasil no início dos anos 90, a sobrevivência da organização está ligada à satisfação das múltiplas partes interessadas. Assim o acionista, os clientes, os trabalhadores e a comunidade representam partes interessadas que devem ter seus anseios e expectativas satisfeitas. Na questão da comunidade, principalmente no caso de indústrias químicas, as expectativas são de operações seguras e da inexistência de problemas ambientais como poluição do ar ou das águas.

ASHLEY (2002) apresenta um quadro de evolução da postura empresarial diante das questões ambientais composto das seguintes fases:

- Alienação, ocorria antes dos anos 1970;
- gestão ambiental passiva, entre as décadas de 1970 e 1980, e
- gestão ambiental proativa, a partir da década de 1990.

As empresas químicas já possuíam alguns requisitos de gestão ambiental impostos pelo programa Atuação Responsável e também por exigências constantes nas licenças de operação concedidas pelos organismos estaduais de controle ambiental, como a monitoração de chaminés, controles de qualidade de

efluentes líquidos lançados, programas de gestão de risco e atendimento a emergências ambientais dentre outras.

A foto a seguir (figura 4) mostra um parque industrial químico com a comunidade em seu entorno, praticamente fazendo limite com as cercas da instalação, o que demonstra a sensibilidade dos moradores vizinhos com as operações industriais ali realizadas.



Figura 4 – Um complexo químico com a comunidade no seu entorno

Nos dias de hoje, desnecessário se torna fazer comentários sobre a necessidade da preservação do meio ambiente, visto que o assunto tomou tal vulto que ao menos três páginas completas dos jornais principais do país e do mundo são dedicadas a apresentar casos de degradação de difícil correção, como o efeito estufa, que provoca o aquecimento global, a diminuição das fontes de matérias primas não renováveis e a crise da água potável, recurso cada vez mais escasso no mundo. Entretanto, a racionalidade econômica normalmente prevalece, e uma descoberta de um novo poço de petróleo costuma gerar muito mais impacto em mídia e expectativa de resultados ou lucros.

Assim, há mais de uma década, diversas organizações no Brasil vêm adotando o sistema de gestão ambiental proposto na norma ISO 14001 como

modelo para uso interno, influenciando na seleção de objetivos e metas e mesmo na estratégia da organização. Em 2004, o Brasil comemorou a marca de mil empresas certificadas por esta norma, fato que colocou nosso país em destaque, num patamar alcançado pelas nações mais desenvolvidas e o número vem continuamente crescendo até os dias de hoje (www.abnt.org.br).

Um comentário que se faz necessário é que a legislação ambiental brasileira é uma das mais modernas do mundo, tendo iniciado em 1980 com o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) publicando leis sobre licenciamento ambiental, inspirado no trabalho pioneiro realizado no Estado do Rio de Janeiro, onde, naquela época, a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente) era considerada referência em termos nacionais. Depois da FEEMA, outros organismos estaduais de controle ambiental apresentaram evolução técnica considerável, como o CRA (Centro de Recursos Ambientais, da Bahia) e a CETESB, do estado de São Paulo.

Hoje em dia, para se obter uma licença ambiental, é necessário comprovar que os impactos sobre o meio ambiente são controlados e aceitáveis, sem o que a licença não é concedida, mesmo com a pressão e a ira de ministros e governantes ditos desenvolvimentistas, mas que “atropelam” as questões ambientais ou as relegam a segundo plano.

Podemos dividir o século passado, segundo VITERBO (1998) em quatro fases distintas quanto à gestão ambiental:

- A fase de **conscientização**, ocorrida desde o início da colonização do Brasil até meados dos anos 70, onde existiam preocupações com o saneamento básico, com os recursos hídricos e com a preservação de recursos naturais. Como curiosidade, o termo madeira de lei decorre das chamadas “ordenações Manuelinas”, que retratavam a preocupação do monarca de Portugal, D. Manuel, com a preservação das espécies nativas desde a época do Brasil Colônia.
- A fase de **controle da poluição**, que iniciou a partir da constatação de que era necessário algum controle adicional exigido por parte do Estado, em função de graves acidentes ambientais ocorridos, como o de Seveso na Itália, em 1976, onde uma grande quantidade de dioxinas foi emitida de uma fábrica de defensivos agrícolas, provocando problemas de má-formação congênita em nascituros. VALLE e LAGE (2003) apresentam

em detalhes os principais acidentes ambientais ocorridos no século passado. Esta fase gerou a legislação ambiental dos países e dos Estados Federativos e a filosofia de comando e controle, própria desse paradigma.

- A terceira fase, denominada de **planejamento ambiental**, iniciou-se nos anos 80, uma vez que a filosofia de comando e controle da poluição não era mais aceita como uma alternativa tecnicamente viável e passaram a ser exigidos estudos detalhados de impacto ambiental para que grandes problemas pudessem ser evitados. No Brasil, no nível federal, passou a ser exigido o instrumento EIA/RIMA (Estudo de Impactos Ambientais / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) para instruir os pedidos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais significativos. Estes instrumentos são disponibilizados à população e servem de base para a realização de audiências públicas, quando exigidas no processo de licenciamento ambiental.
- A quarta e última fase, chamada de **gerenciamento ambiental**, teve origem na década passada, com a globalização da economia e a percepção de que os aspectos ambientais dos produtos e serviços das organizações possuíam escala global e não regional. A depleção da camada de ozônio em virtude da emissão de gases contendo radicais CFC e o aquecimento global (devido à emissão de gás carbônico e metano) começaram a ser percebidos dentro de um contexto global, promovendo iniciativas como a conferência “Global Summit 1992”, ocorrida no Rio de Janeiro e o tratado de Kyoto, onde as nações se comprometeram a reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

A norma ISO 14001, lançada em 1994, coloca de forma sistêmica a gestão das organizações de modo a determinar os aspectos e impactos ambientais das atividades, produtos e serviços da empresa e, a partir dessa determinação, a estabelecer objetivos e metas de melhoria e planos de ação para atingir essas metas, envolvendo toda a força de trabalho.

A certificação ambiental pela norma ISO 14001 exige ainda que a organização conheça toda a legislação ambiental referente às suas atividades e que cumpra todos os diplomas legais aplicáveis. O fato de uma empresa ter a

certificação ambiental pode ser entendido pela comunidade como que ela seja uma empresa cumpridora da legislação.

As organizações da indústria química e petroquímica brasileiras, associadas da ABIQUIM, aderentes do programa Atuação Responsável, já vinham sendo motivadas a buscar patamares mais elevados de desempenho ambiental e a gerenciar seus aspectos e impactos ambientais e a controlarem suas emissões e a geração de resíduos. Apesar disto, a maioria delas buscou a certificação ISO 14001 como forma de demonstrar à sociedade que possuía um sistema de gestão que considerava a satisfação das comunidades e o desempenho ambiental como prioritários. Embora não sendo um contra-senso, seria quase desnecessária uma certificação complementar, razão pela qual resolvemos investigar na pesquisa, qual o percentual de empresas participantes do programa Atuação Responsável que possuem certificação ISO 14001.

2.5.

Desenvolvimento Sustentável – teoria e prática

“Não existem boas empresas em sociedades falidas. Por enquanto somente a elite dos empresários sabe disso”

Fernando Almeida, presidente do CEBDS

Conforme citado por ALMEIDA (2002), durante a Primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, o Brasil defendia os seguintes princípios:

- para os países em desenvolvimento, o melhor instrumento para melhorar o ambiente e combater a poluição é o desenvolvimento econômico e social;
- o desenvolvimento e o meio ambiente, longe de serem conceitos antagônicos, se completam;
- defesa intransigente da política de soberania nacional, no que se relaciona com o aproveitamento de recursos naturais;
- problemas ambientais são, na maioria, de âmbito nacional;
- como a poluição industrial é provocada principalmente pelos países desenvolvidos, compete a esses países o maior ônus na luta contra ela (isso era particularmente verdade naquela época).

Com esse posicionamento firme, a delegação brasileira, comandada pelo General Costa Cavalcanti e tendo Paulo Nogueira Neto como participante, marcou presença e conseguiu impedir o desejo das nações então desenvolvidas que era o de condenar ao atraso tecnológico os países em desenvolvimento. Segundo palavras de Antonio Inagé de Assis Oliveira, também presente ao evento, após o pronunciamento do Brasil, a delegação da Índia que estava fracamente representada até o momento recebeu o reforço de Indira Ghandi, sua primeira ministra, a qual endossou a posição brasileira, acabando com a tentativa de condenação ao atraso tecnológico.

Durante os quinze seguintes anos, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento adotaram a gestão ambiental nas organizações, numa seqüência de fases resumida anteriormente no item 2.4. Os acidentes ambientais de grande proporção continuavam a assustar a sociedade do planeta, sendo os exemplos da explosão de uma antiga usina nuclear em Chernobil, na antiga União Soviética e o derramamento de petróleo proveniente do navio Exxon Valdez, no Alasca os

casos mais emblemáticos, que reforçaram que os impactos ambientais ocorrem globalmente e não regionalmente. No Brasil, chegou-se a importar leite em pó da Holanda em 1986 que tinha traços de radiação, uma vez que esta se espalhou pelos ventos na Europa e chegou até a Holanda, onde afetou a grama e os capins forrageiros, alimentos das vacas leiteiras, conforme apresentado por VALLE e LAGE (2002).

Em 1987, a Organização das Nações Unidas patrocinou uma série de conferências sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Foi o relatório da Comissão de Brundtland que pôs em circulação a expressão desenvolvimento sustentável, conforme citado por ALMEIDA (2002). Segundo este autor, Paulo Nogueira Neto, participante da comissão, afirmou que ninguém se lembra de quem a usou primeiro, a expressão simplesmente surgiu. Naquele momento a gestão ambiental e as preocupações sociais começaram a evoluir para uma gestão da sustentabilidade. O trabalho da comissão terminou recomendando que a assembléia geral da ONU convocasse a Segunda Conferência Internacional do Meio Ambiente, que veio a acontecer no Rio de Janeiro, em 1992.

Em 1990, Maurice Strong, secretário geral da Conferência da ONU marcada para 1992, pediu ao seu principal conselheiro, Stephan Schmidheiny, que formulasse uma perspectiva global sobre desenvolvimento sustentável do ponto de vista dos empresários. Stephan, rico industrial suíço, foi controlador do grupo Eternit, um dos principais fabricantes mundiais de amianto. Stephan considerava ter tido sua cota de responsabilidade na produção de danos ambientais e para a saúde dos trabalhadores em nome da produção e do lucro. Ele convocou 48 empresários de 28 países e o resultado foi o relatório “Mudando o rumo, uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente”, trazendo a idéia de justiça econômica mais próxima para a empresa e para todos os que estão ao seu redor – “stakeholders” ou partes interessadas. (ALMEIDA, 2002)

O INSTITUTO ETHOS (2002) cita que uma questão que surge ao abordar o assunto Desenvolvimento Sustentável é a diminuição das desigualdades econômicas e sociais e também entre as regiões. Já existem diversas pessoas conscientes de que diminuir a pobreza é um caminho para se proteger o ambiente. Entretanto, existem muito mais críticas do que adesões ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme explicado por WATTS (2002):

- os ambientalistas não gostam da expressão Desenvolvimento Sustentável, pois consideram o termo Desenvolvimento incompatível com “preservação”;
- alguns organismos da própria ONU também não aceitam o conceito, pois ele não foi desenvolvido em suas instâncias burocráticas;
- os governos não sabem lidar com um conceito cuja aplicação prática demanda tal grau de integração e multi-disciplinaridade, que não pode ser enquadrado em um único ministério ou secretaria;
- os meios acadêmicos, predominantemente cartesianos, em geral também não oferecem disciplinas integradoras;
- a população em geral e a mídia também não se interessam pelo tema, na medida em que o conceito é complexo, resiste a simplificações reducionistas, o que dificulta a sua divulgação na mídia para a grande massa. Além disso, no cerne da mensagem da sustentabilidade está a idéia de que é preciso aprender a viver dos juros, sem dilapidar o capital;
- os grupos desenvolvimentistas clássicos (do “mainstream”) o repelem como repelem tudo o que identificam como postura “verde”.

2.5.1

Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável

Conforme WATTS (2000), desde a sua criação, o “World Business Council for Sustainable Development” (WBCSD) tem se voltado para os desafios e oportunidades de desenvolvimento sustentável baseando-se em três pilares fundamentais e inseparáveis:

- a geração de riqueza econômica;
- a melhoria ambiental; e
- a responsabilidade social.

Para que haja geração de riqueza econômica, melhoria ambiental e desenvolvimento social, o WBCSD e seus conselhos nacionais, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, esperam que as organizações associadas assumam sua parte no compromisso e tenham as seguintes grandes expectativas.

Conforme ALMEIDA (2002), a sustentabilidade requer uma maciça redução da miséria mundial e a inserção de milhões de pessoas na economia de mercado a cada ano. No Brasil, sabe-se que os 10% mais ricos da população tem cerca de 30 vezes mais renda que os 40% mais pobres da população, concentração de renda pior do que a de Botsuana, na África.

Os dados mundiais são também alarmantes: um bilhão de seres humanos vive com menos de um dólar por dia e quase três bilhões se arrumam com menos de dois dólares por dia. A diferença entre pobreza e miséria é gritante e a cada ano a situação se agrava e atualmente 20% da humanidade detêm 90% da riqueza mundial, conforme citado por DEMING (1982) e esse quadro não é mais sustentável no médio prazo. A miséria é devastadora sob o ponto de vista ambiental e inaceitável sob os pontos de vista ético e social, sendo ainda limitante do ponto de vista econômico, ao inibir o setor produtivo. Miséria só gera miséria, num círculo vicioso que polui, suja e degrada.

A criação de estratégias para as camadas de baixo da pirâmide é um desafio que se coloca para as empresas.

WATTS, SCHMIDHEINY e HOLLIDAY (2002) citam a crítica de Jagdish Bhagwati (2000), defensor do livre comércio:

“A mão invisível do mercado (de Adam Smith) o guiará para a alocação eficiente dos recursos apenas se estes formarem preços que reflitam os “verdadeiros” custos sociais. Se ocorrerem falhas no mercado, como, por exemplo, quando um produtor polui o meio ambiente, mas não tem como pagar pela agressão, a mão invisível pode orientá-lo na direção errada. Ou, em termos mais comuns, pode levá-lo à bancarrota.”

Seguem os autores lembrando que o desenvolvimento sustentável era, no início da década de 90, em boa parte, uma agenda verde. Entretanto, em meados da década a situação mudou, uma vez que os problemas de muitos negócios deslocaram-se do ambiental para o social. Acusações de exploração e de uso de mão de obra infantil, o massacre de animais e a contaminação da vizinhança passaram a mostrar que os consumidores e a sociedade mostravam tanta preocupação pelas relações trabalhistas da empresa, como pela sua reputação ambiental ou pelo modo com que tratavam animais.

Os casos emblemáticos da Nike, acusada de utilizar mão-de-obra infantil na Ásia, da Shell, pelo pouco caso que mostrou com a desmontagem da plataforma Brent Star, deixando-a apodrecer no Mar do Norte, e o da British Petroleum, acusada de manipular a opinião pública com a campanha BP – “Beyond Petroleum” mostraram a essas empresas a necessidade de se transformar completamente o modo de fazer negócios, passando a priorizar a dimensão social e a escutar suas partes interessadas continuamente, começando pelos próprios funcionários.

Shell, BP e Nike, prosseguem os autores, mostraram-se despreparadas para lidar com a capacidade dos consumidores de levar suas preocupações até as salas dos conselhos de administração. Num mundo globalizado e transparente, o gerenciamento da reputação da empresa passa a exercer papel central na gestão corporativa.

Já para os autores PRAHALAD e HART (2002), o desafio é gerar renda e oportunidade para os excluídos, que representam 70% da população mundial e desenhar produtos e serviços adequados à sua capacidade econômica, mas, mesmo assim, gerando bem estar e qualidade de vida. A sustentabilidade seria atingida descobrindo-se novas necessidades da população ao se atingir a base da pirâmide. A figura 5 a seguir representa os conceitos dos autores.

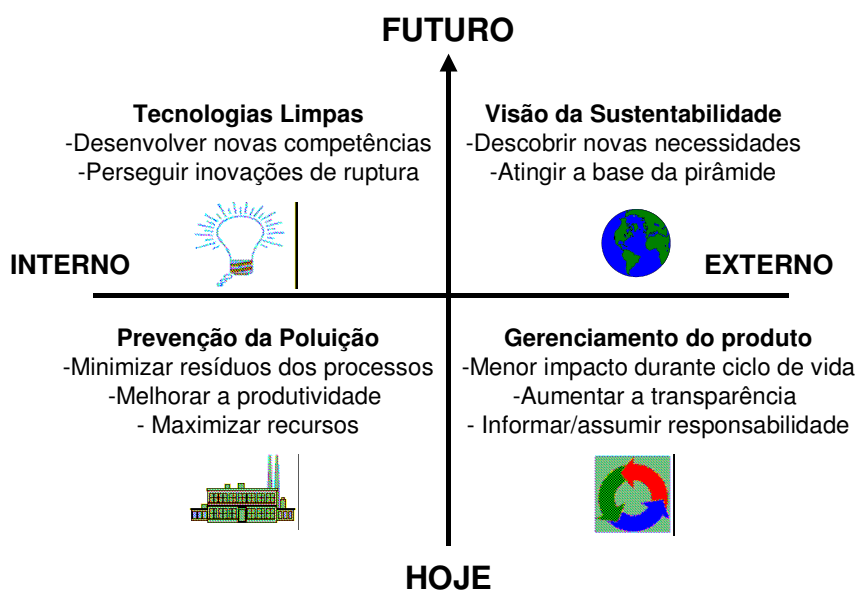


Figura 5 - A evolução para atingir a dimensão da sustentabilidade

A visão acima é pragmática e aplicada, mas complementar à visão clássica da sustentabilidade (figura 6), a qual é representada por três círculos que se interceptam, cada um deles representando uma das dimensões e as respectivas intersecções representando possibilidades de ações de desenvolvimento.

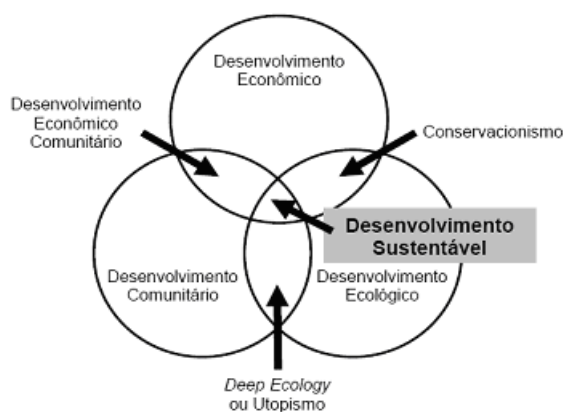


Figura 6 – Dimensões do desenvolvimento e da sustentabilidade

PRAHALAD e HART (2002) dividem a população mundial em três camadas distintas, a primeira composta pelos habitantes do chamado mundo desenvolvido da classe alta, com poder de consumo de mais de 20.000 dólares por

ano, incluindo a classe alta de países emergentes. Essa classe é composta de cerca de 100 milhões de consumidores e, normalmente, é o público alvo das organizações multinacionais.

A segunda camada é composta das classes médias dos chamados países emergentes e pelas classes média/baixa dos países desenvolvidos, representando um universo de 2 bilhões de pessoas e tem um poder de consumo de 2000 a 20000 dólares por ano.

A terceira camada é composta de mais de 4 bilhões de consumidores, com poder de consumo menor que 2000 dólares por ano, sendo normalmente deixados de lado pela multinacionais em sua estratégia de vendas.

A tese central dos autores é que as empresas multinacionais deveriam sair da competição acirrada da camada 1 e desenvolver inovações destinadas a um público-alvo de mais de 4 bilhões de consumidores. Na ótica deles, os países que ainda não possuem a infra-estrutura ou produtos para atender as necessidades básicas humanas são o local ideal para testar e desenvolver tecnologias ambientalmente sustentáveis e produtos para todo o mundo.

Socialmente, investir na base da pirâmide significa elevar bilhões de pessoas da pobreza absoluta e desespero, contribuindo assim para diminuir a decadência social, o caos político, o terrorismo e o aquecimento global que certamente continuará se o distanciamento entre países ricos e pobres continuar a aumentar.

Fazer negócios com os 4 bilhões de pessoas da base da pirâmide irá demandar inovações radicais em tecnologia e em modelos de negócios, concluem os autores. Irá requerer que as multinacionais reestudem as relações entre preço e desempenho de seus produtos e serviços e ainda que tenham novas maneiras de medir o seu sucesso financeiro. O raciocínio de escala global deve ser substituído idealmente por operações de pequena escala altamente distribuídas, casadas com capacitação em escala global.

Isto é particularmente difícil, pois a maioria das empresas multinacional ainda não percebeu a potencialidade da terceira camada da pirâmide, pois a percepção de oportunidades de negócios é função da forma pela qual seus gerentes são socializados e do pensamento analítico que utilizam.

PRAHALAD e HART (2002) propõem 6 pressupostos a serem reexaminados:

Pressuposto 1 – os pobres não são consumidores-alvo devido às atuais estruturas de custos; não se pode competir lucrativamente com o mercado;

Pressuposto 2 – os pobres não podem arcar com os custos e não tem uso para os produtos e serviços vendidos em países desenvolvidos;

Pressuposto 3 – somente mercados desenvolvidos apreciam e pagam por novas tecnologias. Os pobres podem utilizar a geração anterior da tecnologia;

Pressuposto 4 – a base da pirâmide não é importante para a viabilidade a longo prazo de nosso negócio. Podemos deixar essa camada para governos e ONGs.

Pressuposto 5 – os gerentes não estão motivados a desafios de negócios que tenham uma dimensão humanitária; e

Pressuposto 6 - a excitação intelectual reside nos mercados desenvolvidos. É difícil encontrar gerentes que queiram trabalhar com a base da pirâmide.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu relatório de 2001, aproximadamente um bilhão de pessoas, o que equivale a um terço da força de trabalho mundial, está sub-empregada ou recebe menos que o necessário para satisfazer às necessidades básicas de suas famílias. Ajudar os pobres a suplantar essa linha de desespero é uma oportunidade de negócio de fazer bem e de fazer o bem.

Os autores reforçam ainda que as empresas multinacionais, se quiserem se desenvolver no século 21, devem aumentar sua base econômica e compartilhá-la mais globalmente. Devem representar um papel mais ativo, diminuindo a distância entre pobres e ricos. Devem cuidar dos mercados e culturas locais, alavancar soluções locais e gerar riqueza nas camadas inferiores da pirâmide. Como exemplos, citam Dow Química e Cargill, que estão desenvolvendo um plástico orgânico para embalagens, que será totalmente biodegradável.

Finalmente, os autores concluem que as 4 bilhões de pessoas emergentes são uma enorme oportunidade de negócios para as multinacionais. Também representam uma chance para que as empresas, o governo e a sociedade civil organizada embarquem juntos em uma causa comum. Eles acreditam, realmente, que ao perseguir estratégias para a base da pirâmide irá dissolver-se o conflito entre os proponentes do comércio livre e capitalismo global de um lado e os ambientalistas e a sustentabilidade social do outro lado.

PORTER (1986) em sua obra “Estratégia Competitiva” mostra-nos o esquema das 5 forças utilizado para a estratégia da empresa, representado a seguir (figura 7). Hoje em dia, entretanto as forças ambientais e as demandas sociais necessitam ser consideradas tanto por parte da regulamentação imposta aos concorrentes pelo governo como de imposições da sociedade e dos consumidores.

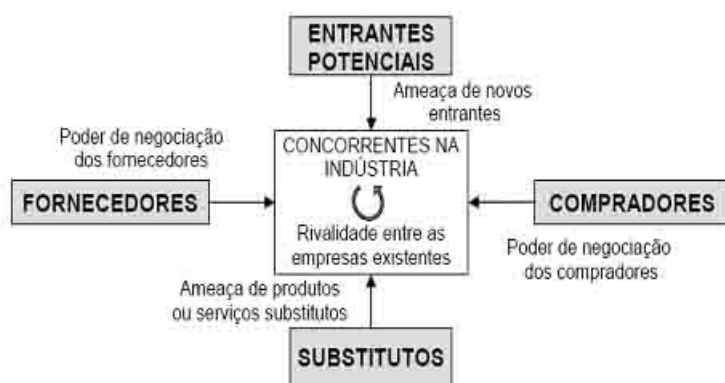


Figura 7 - O diagrama das 5 forças de Porter

Em WBCSD (www.wbcd.org.ch), encontramos uma posição contemporânea do Prof. Porter, ampliando a discussão sobre as forças na estratégia competitiva, em artigo denominado “Mercados do Amanhã – tendências globais e suas implicações para as empresas”. Ele questiona, inicialmente, qual seria a relação entre as estratégias corporativas e as questões sociais, como meio ambiente, pobreza, saúde, população e desenvolvimento internacional; e afirma que os líderes empresariais, geralmente, não percebem a relevância das questões sociais para a competição no mercado, relegando-as ao plano da cidadania ou filantropia corporativa ou ainda, ao plano da consciência individual.

Prossegue o autor citando que, ao longo dos anos, tem sido evidenciada a impropriedade de se tratar questões sociais e de estratégia separadamente, pois ao priorizar a estratégia, as organizações a perdem ou ignoram escolhas e vantagens competitivas. O autor lembra ainda que a mesma dicotomia ocorre com líderes do setor social, que normalmente enxergam as empresas como adversárias e somente agora o mundo começa a mobilizar o setor empresarial na solução dos principais problemas do mundo, dentro de um contexto de regras e parcerias benéficas para empresas e sociedade.

Além da integração das necessidades corporativas e sociais, todas as empresas deveriam considerar a prosperidade do mundo em desenvolvimento de importância estratégica, adiciona Porter. A economia mundial não é um jogo no qual o sucesso de um país implica perdas para outros: há um enorme potencial de crescimento se muitos países melhorarem sua produtividade e as relações comerciais com os outros, pois a demanda pela satisfação das necessidades humanas crescerá somente se as nações se tornarem mais prósperas, conclui o autor.

Em contrapartida, “The Economist”, conhecido jornal inglês, critica a hipocrisia existente no compromisso das empresas com o social e com o ambiental em um artigo sobre globalização, conforme citado por WATTS (2002):

“As ONGs que vivem a malhar os negócios estão certas sob esse aspecto. Se as empresas acharem que tratar bem seus clientes e seu pessoal, adotar políticas de “responsabilidade social” ou usar papel reciclado para correspondência aumentar seus lucros, elas o farão. Do contrário, não o farão...”

A revista portuguesa “Marketeer” em sua edição de Março/2007 apresenta casos de desenvolvimento sustentável de sucesso por parte de empresas européias ou transnacionais, como a Microsoft que poupa 40 mil dólares por dia reciclando materiais e também pelo projeto “mão na mão”, no qual é destinado um dia de trabalho de cada funcionário para atividades voluntárias na causa ambiental.

Ainda na edição da citada revista, é apresentado o caso da Henkel, que ocupa a primeira posição no ranking de sustentabilidade Dax 30 (bolsa alemã) e no “European Dow Jones Sustainability Index”. A Henkel conseguiu, nos últimos oito anos, reduzir entre 20 e 40% seu consumo de água por tonelada de produto e reduzir, em 30%, o consumo de eletricidade por tonelada de detergentes em pó. Os acidentes de trabalho sofreram redução de 85% no período. Seu lema é “a brand like a friend”, livremente traduzido como “uma marca como amiga”

Empresa de reconhecido destaque na proteção ambiental, a holandesa Phillips aparece na lista dos destaques europeus em sustentabilidade, tendo sido apontada pela revista como uma das líderes do Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones e foi citada no Fórum Econômico de Davos (em 2005) como uma das 100 Companhias Globais mais Sustentáveis do Mundo.

Em WBCSD (2005) podem ser encontrados inúmeros exemplos de empresas que estão praticando o conceito de Desenvolvimento Sustentável, colaborando, dessa forma, para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio, formuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e atingindo resultados que satisfazem todas as partes interessadas.

As Metas de Desenvolvimento do Milênio, formuladas pela ONU são as seguintes:

Meta 1 – Erradicar a pobreza e a fome extrema;

Meta 2 – Atingir a educação primária de forma universal;

Meta 3 – Promover a igualdade de sexos e reforçar a posição das mulheres;

Meta 4 – Reduzir a mortalidade infantil;

Meta 5 – Melhorar a saúde e assistência maternal;

Meta 6 – Combater a AIDS, a malária e outras doenças;

Meta 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental;

Meta 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

ALMEIDA (2002) resume a Sustentabilidade como uma combinação entre eco eficiência e responsabilidade social. O autor faz uma ácida crítica ao “banho de verde”, tradução do termo “greenwashing”, já comentado anteriormente, que é uma fachada ambiental usada por algumas empresas no passado, mas de fácil e rápida percepção por parte da população, com conseqüências danosas para a imagem da empresa.

Segue o autor dizendo que dentre os pontos-chave da sustentabilidade, incluem-se o cuidado com o meio ambiente, o bem estar das partes interessadas e a constante melhoria da própria reputação. Sem desviar da realidade econômica, os líderes devem pensar sempre em valor ambiental e social no futuro. Todos os níveis se preocupam em informar, inovar, combater a miséria e gerenciar a reputação.

Já para THILMANN (2006) os conceitos se entrelaçam segundo a figura 8, a seguir, onde a Responsabilidade Social Empresarial aparece como o ápice, se confundindo com o Desenvolvimento Sustentável e os pilares são as suas três dimensões.

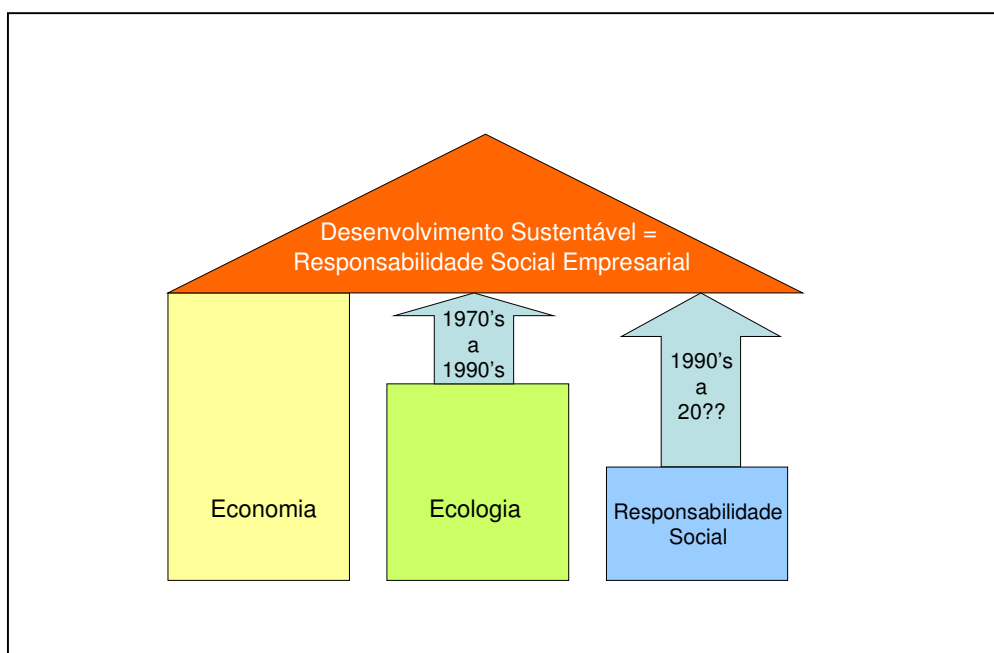


Figura 8 – As dimensões ambiental, social e econômica (THILMANN, 2006)

Já o conceito de eco eficiência confunde-se com o conceito de proteção ambiental conforme definido no programa Atuação Responsável e com o conceito de melhoria contínua previsto no sistema de gestão ambiental, da norma ISO 14001, que busca os mesmos resultados:

- redução do consumo de materiais com bens e serviços;
- redução do consumo de energias com bens e serviços;
- redução da emissão de substâncias tóxicas;
- intensificação da reciclagem de materiais;
- maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
- prolongamento da durabilidade dos produtos; e
- agregação de valor aos bens e serviços.

WATTS et all (2002) consideram o desenvolvimento sustentável como o exercício de valorizar a dimensão social e a dimensão ambiental no mundo dos negócios, construindo um “business case” que considere essas dimensões de modo a se estimar o valor econômico do caso. Um excelente exemplo de aplicação da aplicação conjunta das dimensões econômica e social para um caso de decisão de negócios foi apresentado por THILMANN (2006) no Congresso de Atuação Responsável da ABIQUIM, conforme representado na Figura 9 a seguir, por meio da ferramenta análise de eco-eficiência.

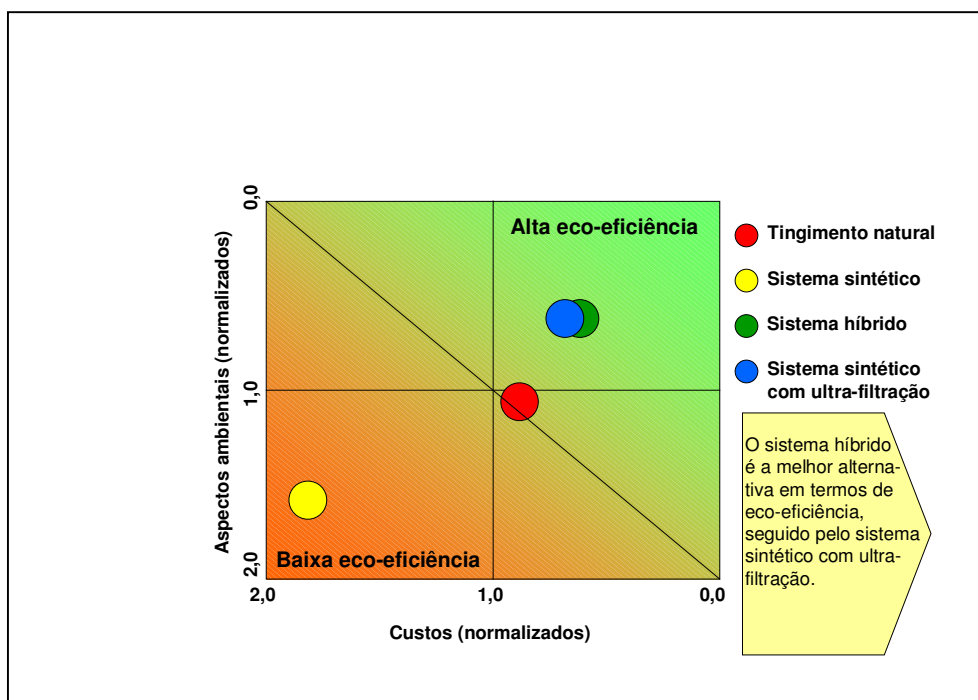


Figura 9 – A matriz econômico x ambiental (eco-eficiência) da BASF

Pela ferramenta acima, o processo de maior eco-eficiência será o escolhido, diferentemente das considerações puramente econômicas ensinadas maciçamente nos cursos tradicionais de economia e de administração, como retorno sobre investimento e taxa interna de retorno.

A BASF, ainda segundo THILMANN (2006), pretende incluir na matriz a dimensão social, transformando-a em um cubo, que será utilizado para a análise dos futuros investimentos da empresa.

A evolução do conceito e das práticas do Desenvolvimento Sustentável caminha assim, cada vez mais, para o conceito pleno de Responsabilidade Social Empresarial, o qual é mais bem aceito tanto na comunidade acadêmica quanto na comunidade vizinha, a qual associa o desenvolvimento como antagônico à preservação de recursos e a problemas ambientais, no caso das indústrias químicas.

2.6.

O programa Atuação Responsável na Indústria Química

2.6.1.

A Indústria Química no Brasil

A indústria química no Brasil pode ser dividida, para fins de melhor entendimento e de facilitar a correlação com os objetivos desta dissertação, em dois grandes segmentos:

Produtos Químicos de Uso Industrial:

- produtos inorgânicos;
- produtos orgânicos;
- resinas e elastômeros; e
- produtos e preparados químicos diversos.

Produtos Químicos de Uso Final:

- produtos farmacêuticos;
- higiene pessoal, perfumaria e cosméticos;
- adubos e fertilizantes;
- sabões, detergentes e produtos de limpeza;
- defensivos agrícolas;
- tintas, esmaltes e vernizes; e
- outros.

Observa-se que o setor do petróleo, frequentemente confundido com a indústria química e petroquímica, não pertence a este segmento da atividade econômica. A indústria petroquímica parte da nafta ou do gás natural para produzir os insumos básicos como o Propeno e o Eteno, por exemplo, estando representada por grandes conglomerados como Braskem e Copesul. Hoje em dia, cada vez mais a indústria de petróleo está buscando participar da indústria petroquímica, em função das maiores margens dos insumos básicos.

O faturamento líquido da indústria química brasileira em 2006 foi de US\$ 81,6 Bilhões, sendo mais de 50% desse volume referentes a produtos químicos de uso industrial, ou seja, aqueles que são vendidos para a própria indústria química ou de transformação, conforme dados do relatório ABIQUIM 2006. O volume de faturamento em dólares norte-americanos praticamente dobrou nos últimos dez anos e em Reais cresceu 365%.

A participação da indústria química brasileira no Produto Interno Bruto (PIB) é da ordem de 3,2%. Entretanto, ao ser analisada toda a indústria de transformação, incluindo a alimentícia, siderúrgica e automobilística entre outras, percebe-se que os produtos químicos representam a segunda maior participação no PIB industrial, conforme dados retirados do IBGE (base 2004).

A importância da indústria química brasileira no cenário internacional pode ser demonstrada na tabela 1, a seguir, disponível em www.abiquim.org.br onde se pode evidenciar que em termos de faturamento o Brasil é um dos dez maiores mercados.

Tabela 1 – Faturamento da Indústria Química no Mundo

FATURAMENTO LÍQUIDO DA INDÚSTRIA QUÍMICA MUNDIAL 2005	
PAIS	FATURAMENTO (US\$ Bilhões)
ESTADOS UNIDOS	558
JAPÃO	270
CHINA	223
ALEMANHA	190
FRANÇA	120
CORÉIA	98
REINO UNIDO	97
ITÁLIA	95
BRASIL (9º. Lugar)	70
ÍNDIA	68
ESPANHA	54
BÉLGICA	49
IRLANDA	43

Fontes = ACC, CEFIC e ABIQUIM

2.6.2.

O Programa Atuação Responsável na Indústria Química Brasileira

Conforme comentado anteriormente, a indústria química em nosso país está representada por uma associação denominada ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química. A ABIQUIM tem como missão promover o aperfeiçoamento da gestão das empresas químicas brasileiras e de sua cadeia de valor, de forma a assegurar a sustentabilidade ambiental, econômica e social de seus processos e produtos, bem como contribuir para a permanente qualidade de vida da sociedade, criando uma relação de confiança por meio de mecanismos de verificação do Programa.

A introdução dos conceitos de Atuação Responsável ocorreu no Brasil no final de 1990, após a iniciativa ter iniciado no Canadá em 1985 e ser adotada pelos Estados Unidos em 1990. A comissão de Meio Ambiente da ABIQUIM propôs o nome de Atuação Responsável ao invés de uma tradução mais literal de “Responsible Care”. Em 1991 foram criados os princípios diretivos e os elementos do programa e no dia 8 de Abril de 1992 a ABIQUIM formalizou a adesão ao programa. No dia 20 de Maio do mesmo ano as 92 primeiras empresas associadas da ABIQUIM assinaram o Termo de Adesão.

De acordo com o relatado por FONTOURA (2001), durante o 5o. Congresso de Atuação Responsável, realizado em São Paulo, em 2001, ocorreu um “*Workshop*” para avaliação daqueles princípios diretivos, destacando-se as seguintes sugestões:

- a explicitação do compromisso da indústria química com movimentos atuais da sociedade, tais como o **desenvolvimento sustentável** e a **responsabilidade social corporativa**; e
- a adequação dos produtos e processos químicos aos anseios das partes envolvidas, minimizando impactos ambientais, maximizando os benefícios sociais e preservando os interesses das gerações futuras.

A direção da ABIQUIM observou que as associadas estavam se envolvendo em programas ambientais e sociais conduzidos por outras associações ou entidades, como a certificação ambiental ISO 14001, participando de iniciativas do Instituto Ethos ou mesmo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, indicando assim a necessidade de se rever o

programa Atuação Responsável de modo a inserir os temas ambiental e social de uma forma mais efetiva.

Segundo a ABIQUIM, existem no mundo 52 programas de Atuação Responsável nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que são coordenados em nível mundial pelo International Chamber of Chemical Associations, que cuida em manter uma coerência e equivalência entre os programas dos diferentes países.

Hoje em dia, o programa brasileiro Atuação Responsável cuida de apoiar a indústria química a melhorar continuamente seu desempenho em saúde, segurança, meio ambiente. Anualmente são emitidos pela ABIQUIM os relatórios de progresso programa, disponíveis em www.abiquim.org.br.

2.6.3.

A estrutura atual do programa Atuação Responsável

Desde 2006, o programa Atuação Responsável expandiu seu foco inicial em saúde, segurança e meio ambiente, para uma posição equilibrada entre ambiental, social e econômico, com o Desenvolvimento Sustentável como o pano de fundo do programa. A estrutura atual pode ser resumida na figura 10 a seguir, disponível no site da ABIQUIM (www.abiquim.org.br)

ELEMENTO	FUNÇÃO
Visão Missão Valores Princípios Diretrizes Níveis de implementação Atividades sugeridas	Direcionamento
Avaliação de Progresso Indicadores de desempenho Auto-avaliação VerificAR	Monitoramento
Comissões de Atuação Responsável Conselhos Comunitários Consultivos Extensão para a cadeia produtiva	Compartilhamento

Figura 10 – A estrutura atual do programa Atuação Responsável

A Visão do programa Atuação Responsável é definida como: “Ser a referência principal da indústria química brasileira e de sua cadeia de valor para a gestão das atividades, visando o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social”.

Os Valores do Programa Atuação Responsável, conforme disponível no sitio da ABIQUIM são os seguintes:

Respeito ao indivíduo e à sociedade, por intermédio de:

- proteção à saúde, segurança e meio ambiente;
- melhoria contínua do desempenho;
- valorização dos ativos e redução dos passivos sócio-ambientais;
- transparência;
- cooperação;
- responsabilização;
- educação;
- inclusão;
- inovação; e
- verificação.

Anualmente, as associadas assinam compulsoriamente um Termo de Compromisso do programa Atuação Responsável, onde se comprometem com a sustentabilidade econômica, ambiental e social da indústria química e de sua cadeia de valor, visando à permanente melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para tanto assumem os seguintes princípios:

- respeitar as pessoas, trabalhando e convivendo em um ambiente de diálogo, participação, honestidade, justiça e integridade;
- desenvolver adequadamente suas atividades, gerando valor para todas as partes interessadas;
- gerenciar os riscos inerentes às suas atividades e processos, adotando as melhores práticas com o objetivo de eliminar acidentes e controlar os aspectos que possam impactar negativamente a sociedade e o meio ambiente;

- promover a solução dos impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana decorrentes da produção e do uso do produto, do lançamento de emissões e de efluentes e do descarte de resíduos;
- fornecer produtos e serviços seguros, social e ambientalmente corretos;
- buscar sistematicamente o aprendizado como base para o aprimoramento das pessoas e da inovação de seus processos, produtos e serviços;
- melhorar continuamente o desempenho de toda a cadeia de valor por meio da **cooperação entre as empresas** do setor químico e do estabelecimento de parcerias;
- dialogar com todas as partes interessadas de forma permanente e transparente;
- cumprir a legislação brasileira e os compromissos assumidos voluntariamente pelo setor químico;
- trabalhar com as comunidades com as quais mantenham relações de interesse recíproco, atuando como cidadãos em prol do bem comum;
- utilizar mecanismos de verificação externa como meio de comprovação de seus compromissos e transparência; e
- disseminar e divulgar o Atuação Responsável para a indústria química, sua cadeia de valor e a sociedade.

2.6.4.

As diretrizes do Atuação Responsável

Um conjunto de 62 diretrizes do programa Atuação Responsável, as quais são utilizadas pela empresas para constituir a base de seu **sistema integrado de gestão empresarial** que envolve as áreas ambiental, econômica e social, atuando sobre as seguintes dimensões:

- 1 – Saúde
- 2 – Segurança
- 3 – Meio Ambiente
- 4 – Proteção Empresarial
- 5 – Qualidade
- 6 – Social

Essas diretrizes foram escritas com base nas práticas gerenciais da versão anterior do programa Atuação Responsável, nos requisitos das normas ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, SA 8000, critérios do Premio Nacional da Qualidade, referências do Instituto Ethos, do Global Reporting Institute e do Global Compact (da ONU), com o objetivo de se constituírem no estado da arte em gestão empresarial para indústrias químicas.

Dentre as 62 diretrizes, listadas em www.abiquim.org.br, aquelas de número 36, 37 e 38 referem-se à Sociedade (diretrizes sociais) sendo a seguir transcritas:

36 – Implementar instrumentos, canais e processos para diálogo com as comunidades e demais partes interessadas.

37 – Manter programas que apóiem ou implementem iniciativas ligadas a temas econômicos, ambientais ou sociais.

38 – Participar da elaboração, aperfeiçoamento e execução de políticas públicas e de interesse geral.

Para implementar o programa, cada diretriz deve ser lida em cada uma das 6 dimensões acima, conforme o nível de implementação (estágio) da organização. Associadas que implementam o programa desde o início devem estar no mínimo no segundo estágio. As dimensões saúde, segurança, meio ambiente e proteção empresarial são também obrigatórias, conforme mostrado na área vermelha. A área amarela mostra para onde caminhar assim que a organização atingir conformidade com o básico do programa e a área verde mostra o nível de Excelência, onde a organização estaria no nível de uma vencedora do Premio Nacional da Qualidade.

A figura 11, a seguir, mostra como as organizações devem fazer para ler cada uma das diretrizes e assim construir os seus sistemas de gestão:

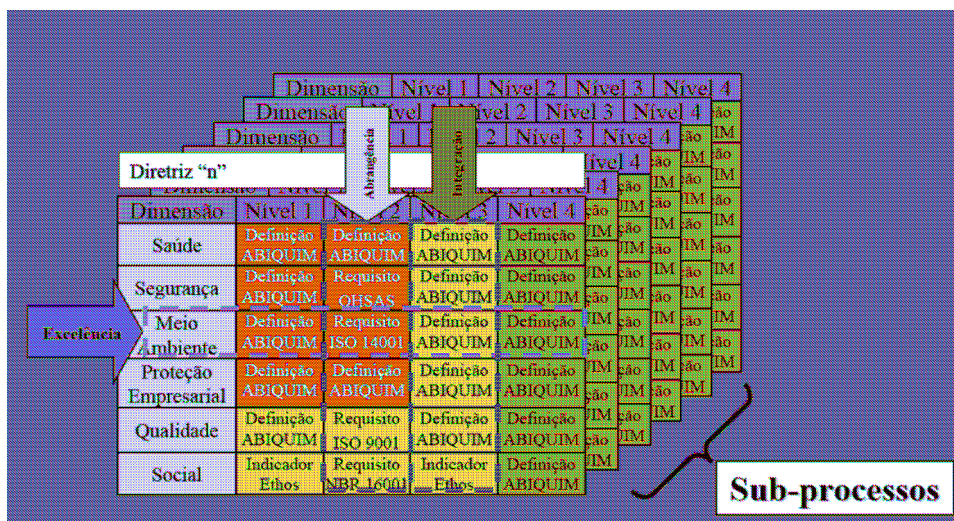


Figura 11 - Desdobrando as diretrizes do programa Atuação Responsável

Ao se abrir uma determinada diretriz em uma dimensão a empresa obtém todas as informações necessárias para entender o seu significado e possibilitar a implementação ou melhoria do processo interno da organização referente àquela diretriz. O anexo IV apresenta um exemplo de diretriz, que foi desdobrada no site www.abtquim.org.br.

A figura 12 mostra o mapa estratégico do programa Atuação Responsável, elaborado em 2007, que serve de balizamento para os próximos cinco anos.

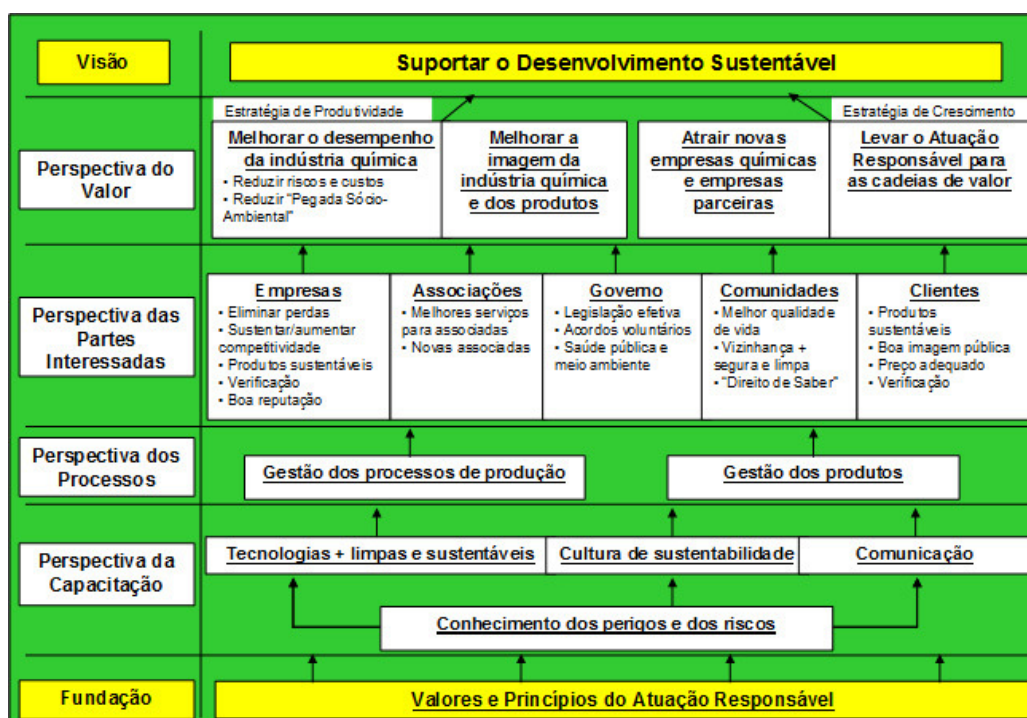


Figura 12 - O Mapa Estratégico do Atuação Responsável (www.abtquim.org.br)

2.7.

Divulgando resultados sociais e ambientais

Diversos organismos vêm atuando na disseminação de resultados ambientais e sociais das organizações, uma vez que o demonstrativo econômico/contábil é obrigatório por lei em praticamente todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O IBASE, já citado, foi o primeiro a instituir no Brasil o chamado “Balanço Social”, mas sua aplicação é focada na dimensão social, deixando a dimensão ambiental praticamente em um segundo plano. A função primordial do Balanço Social é tornar pública a Responsabilidade Social da empresa. O IBASE, desde 1997 vem buscando atrair as empresas para que relatem suas iniciativas sócio ambientais, de uma maneira simples, porém padronizada, permitindo comparar a evolução ano a ano.

Como as indústrias químicas e petroquímicas possuem aspectos ambientais significativos, ao escolherem ampliar a publicação de seus resultados, normalmente devem optar por um sistema que priorize também os indicadores ambientais, como o GRI ou o Ethos (442 participantes em 2004), vistos a seguir.

O Instituto Ethos (2004) prevê que sejam apresentados indicadores e informações relevantes em cada uma dos sete grandes temas da Responsabilidade Social Empresarial. O Anexo V mostra os indicadores e informações que devem constar para cada um dos sete temas listados abaixo:

- Valores, transparência e governança;
- Público Interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores e Clientes;
- Comunidade; e
- Governo e Sociedade.

As informações sobre os temas acima são apresentadas através do preenchimento de um grande questionário, em forma de negativa ou afirmativa (sim/não) ou com informações qualitativas e depois de condensado é avaliado

pelo Ethos para que possa ser utilizado como ferramenta de aprimoramento contínuo.

A Global Reporting Initiative (ou GRI) é a outra fonte para orientação quanto à preparação de relatórios com informações econômicas e sócio-ambientais e vem sendo utilizado em escala internacional. Informações detalhadas sobre como preparar os relatórios são encontradas no sítio www.globalreporting.org e existem manuais na língua portuguesa.

A iniciativa surgiu de uma parceria entre a CERES (coalizão para economias ambientalmente responsáveis) e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em 1997 e as diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade estão alicerçadas nas suas três dimensões.

Na dimensão econômica estão incluídos os investimentos em produtividade, criação de emprego, despesas em serviços, investimentos em educação e outras formas de capital humano. Inclui ainda os índices clássicos de geração de empregos, de retorno de investimentos para o negócio e para a comunidade, de impactos econômicos pela geração de novos negócios ou pelo fechamento de unidades, entre outros.

Na dimensão ambiental são incluídos os impactos dos processos, produtos e serviços, no solo, água, ar e bioma e ainda na saúde humana. Já na dimensão social são incluídas as informações de saúde e segurança dos trabalhadores, de direitos humanos, salários e condições de trabalho, incluindo respeito à diversidade. A correlação com as normas ISO 14001 (ambiente), OHSAS 18001 (saúde e segurança) e NBR 16001 (responsabilidade social) é muito forte, talvez por isto seja preferido pelas indústrias químicas como modelo de relatório. A tabela constante do Anexo VI apresenta as informações a serem preenchidas.

A GRI é um excelente referencial para a empresa demonstrar perante suas partes interessadas as informações sobre suas atuações para melhorar a sustentabilidade e os resultados dessas ações, embora não ofereça nenhum modelo padronizado de Relatório Social (como o IBASE). Muitas indústrias químicas internacionais utilizam indicadores baseados no GRI e o sistema de reporte de informações sócio-ambientais será explorado nas entrevistas de profundidade, uma vez que no questionário quantitativo é pesquisado apenas se a organização relata e disponibiliza para a sociedade suas informações sócio-ambientais.

2.9.

Enfoques alternativos – abordagens fora da corrente dominante

As crenças e paradigmas da corrente dominante muitas vezes são tão fortes que prendem pessoas e organizações a um conjunto de crenças tão forte, que muitas vezes elas nem se dão conta dele e não conseguem sequer analisar criticamente sua postura e a existência de abordagens alternativas, conforme apresentado por LEITÃO (2003).

O discurso dominante privilegia o conhecimento científico e o materialismo, validando apenas o que derivar da razão e da experimentação e relega a segundo plano o sentido espiritual da vida humana. A chamada razão instrumental domina a forma de pensar do mundo dos negócios, tendo o termo surgido na década de 1940, para diferenciar da concepção de razão substantiva, oriunda da Grécia antiga. A razão substantiva é calcada em valores e princípios éticos e caracteriza-se pela preocupação com o bem estar comum, mas a lógica de mercado acabou por minimizar a idéia da substantividade na vida moderna, prossegue o autor.

Os movimentos neo-liberal e social-democrata na sociedade capitalista e ainda o movimento socialista nas antigas repúblicas da cortina de ferro acabaram por acentuar as diferenças sociais e ampliar o desequilíbrio ambiental, tendo todos eles falhado profundamente na promessa de bem estar social e ambiental.

Na contramão da corrente dominante, surgem as empresas de Economia de Comunhão, de orientação cristã, originadas do movimento das Focolares, que visam mudar as práticas organizacionais e a economia, construindo uma nova realidade social, onde a competição extremada dá lugar à cooperação e a dominação dá lugar à parceria e ao respeito pelo indivíduo, conforme apresentado por PINTO (2004) em sua tese de doutorado.

As organizações substantivas são aquelas onde predomina a razão substantiva nos processos administrativos e organizacionais. Ela contrasta com a racionalidade instrumental, que privilegia os números frios do cálculo de viabilidades econômicas, taxas internas de retorno e maximização de resultados financeiros. As duas formas necessitam uma da outra para a condução dos negócios e para o bem estar da vida coletiva e a diferença existente nas chamadas

organizações substantivas é que a lógica instrumental subordina-se à racionalidade substantiva, a qual irá buscar resultados essencialmente éticos.

AKTOUF (1999) é um dos pesquisadores que vem estudando organizações que pautam sua conduta pela ética, com a razão substantiva evidente em suas práticas organizacionais e administrativas. Ele denomina tais organizações como de “administração renovada”, fundamentadas na ética e numa visão humanista do mundo. Dentre as organizações estudadas por Omar Aktouf (1999) aparece a brasileira Semco, liderada por Ricardo Semler.

Tanto as organizações estudadas por Aktouf (1999) como as empresas de Economia de Comunhão, estudadas por LEITÃO (2003) e por PINTO (2004) pertencem a um patamar mais elevado de práticas equilibradas entre as dimensões social, ambiental e econômica, que buscam uma maior humanização do trabalho e poderiam ser consideradas como CSR4, na classificação citada em ASHLEY (2002), pois internalizam, de certa forma preocupações científicas, holísticas (cosmos) e a religiosidade e se preocupam em estabelecer uma forma mais humana de se relacionar com os funcionários, parceiros e todas as demais partes interessadas do negócio, criando uma forte vinculação entre as pessoas e o ambiente no qual trabalham.

Não se espera que apareçam empresas tão evoluídas na pesquisa entre as indústrias químicas brasileiras, mas durante as entrevistas de profundidade serão observados eventuais aspectos que possam caracterizar tal orientação.

3.

METODOLOGIA

3.1.

O Tipo da pesquisa

Na incessante busca de conhecimento, toda ciência utiliza-se de métodos padronizados para coletar, tratar e interpretar dados de interesse específico do pesquisador. Esses métodos incluem a observação de fenômenos físicos ou sociais, entrevistas, questionários e registros de observações de atividades, visando dar consistência, credibilidade e eventual continuação da pesquisa.

A pesquisa objeto desta dissertação foi desenvolvida em duas partes, uma análise quantitativa na primeira fase, para que as perguntas objeto da dissertação possam ser respondidas e para que eventuais correlações com tamanho ou origem das organizações sejam exploradas. Na segunda fase, a análise é qualitativa, para estender a pesquisa e procurar responder a dúvidas surgidas na interpretação dos dados quantitativos, bem como ampliar o espectro de investigação e incluir outros temas como Desenvolvimento Sustentável, inclusão social e razão substantiva nas entrevistas com os dirigentes das organizações pesquisadas, reconhecidamente líderes em questões sociais dentro da indústria química.

A abordagem quantitativa foi fundamentada na revisão bibliográfica e no levantamento de informações em sítios da rede mundial de computadores (Internet), congressos, e dados constantes de institutos renomados de promoção dos temas social e ambiental, como o GRI e o Instituto Ethos, por exemplo.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que, neste caso, visa apontar as características da adoção de medidas, por parte de empresas do setor químico, relativas a responsabilidade sócio-ambiental, em suas estratégias. Utiliza, portanto, as técnicas de coleta de dados comuns a esse tipo de pesquisa (Gil, 2002).

3.2

O Método da pesquisa

Em se tratando de pesquisa em ciências sociais, uma combinação de pesquisa quantitativa e qualitativa é recomendada, pois a análise quantitativa permite a realização de estatísticas descritivas e de simplificar as representações complexas, permitindo ainda a verificação de existência de correlações entre variáveis de interesse.

Por se tratar a Responsabilidade Social Empresarial de um tema complexo, sujeito a diferentes interpretações e profundidades de implementação, uma complementação qualitativa mostra-se adequada para resolver pontos onde o questionário não conseguiu resposta satisfatória e a cobrir as lacunas deixadas. As entrevistas de profundidade, combinadas com a análise quantitativa permitem uma descrição mais próxima ao objeto da análise.

3.2.1.

O questionário de pesquisa quantitativa

A ferramenta para coleta de dados primários, da primeira fase, é um questionário estruturado composto de 20 questões (Anexo I) que buscam resposta para as perguntas/problemas da dissertação, a saber:

- quais são os fatores que motivam as empresas a priorizar ou não os temas proteção do meio ambiente e responsabilidade social empresarial em suas ações estratégicas; e
- até que ponto esses temas permeiam por todas as camadas da estrutura organizacional ou se ficam restritos aos seus dirigentes.

Os questionários foram distribuídos aos 145 associados da Associação Brasileira da Indústria Química, via e-mail.

3.2.2.

As entrevistas qualitativas complementares

Na fase de complementação da pesquisa, a ferramenta de coleta de dados é a entrevista de profundidade realizada com dirigentes de três organizações da indústria química, as quais já possuem programas de Responsabilidade Social e que tinham o programa Atuação Responsável bem implementado, conforme

informações do sítio da Abiquim (www.abiquim.org.br), de modo a ter uma melhor compreensão dos dados quantitativos obtidos na primeira fase. Suas respostas foram esclarecedoras para as dúvidas remanescentes.

O roteiro básico de entrevista foi organizado de forma a abrigar tópicos relacionados às duas questões objeto da pesquisa e consta do Anexo II. A este roteiro básico foram adicionados questões relacionadas às características sócio-ambientais das organizações, e que surgiram normalmente durante o desenrolar das entrevistas, as quais foram realizadas nas instalações das respectivas organizações. O instrumento para registro dos dados foi o gravador digital, com os diálogos sendo transferidos para o computador em arquivo compatível com o programa Windows Media Player, de modo a facilitar a transcrição.

3.3

Análise e tratamento de dados

A partir das respostas recebidas dos associados, foram realizadas análises estatísticas, visando obter informações sobre a distribuição de cada pergunta entre a amostra. Assim foi possível se fazer inferências com a população e também realizar correlações entre variáveis que tenham possíveis interações e ainda verificar eventuais diferenças entre grandes e pequenas e médias empresas.

Os dados coletados na abordagem quantitativa, via questionários estruturados, foram tabulados em planilhas e tratados para possibilitar comparações, inferências e correlações. O pacote estatístico SPSS foi utilizado para facilitar os cálculos e as análises estatísticas necessárias. As análises e interpretações estatísticas ou gráficas mais significativas foram extraídas dos arquivos do programa SPSS e transcritas no capítulo 4. O nível de significância adotado como padrão pelo programa foi de 5%.

As entrevistas para a visão qualitativa foram conduzidas com experientes executivos das empresas selecionadas, e o instrumento de pesquisa foi a entrevista em profundidade, com temas pré-selecionados, possibilitando um aprofundamento adequado do tema a partir dos dados quantitativos obtidos na primeira fase. As percepções dos executivos sobre o impacto das ações de responsabilidade social

sobre seus negócios e sobre a imagem corporativa de suas empresa foram relatadas nessa fase.

3.4.

A população e a amostra da pesquisa – os associados da ABIQUIM:

Foram enviados questionários para todos os associados da Associação Brasileira da Indústria Química e Petroquímica (ABIQUIM) para a realização da pesquisa quantitativa e foram entrevistados executivos de três indústrias dentre onze que já possuíam certificação do programa Atuação Responsável, as quais podem assim ser consideradas como praticantes dos temas Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial. São elas:

- Bayer, multinacional alemã, presente há mais de 110 anos no Brasil;
- Lubrizol, multinacional americana com mais de 75 anos de existência, fabricante global de aditivos para lubrificantes, instalada no Brasil em Belford Roxo; e
- BASF, multinacional presente em mais de 100 países do mundo e globalmente reconhecida como uma empresa que atua nos princípios do Desenvolvimento Sustentável e que possui ações sociais em diversas localidades onde possui instalações. A publicação especial da revista Exame, denominada “500 Maiores” apresenta diversos pontos onde a BASF se destaca em Responsabilidade Social e em práticas ambientais dentro do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Das 145 associadas pesquisadas, para as quais foram endereçados os questionários de pesquisa quantitativa, responderam 49 empresas, correspondendo a 33% da população. Essas empresas correspondem a mais de 80% do faturamento do setor químico e a única empresa grande que ficou de fora acabou sendo a Braskem, devido à mudanças no seu quadro de executivos, mas como a Cetrel Lumina, empresa do grupo Braskem respondeu à pesquisa, as práticas sócio-ambientais das organizações Odebrecht, controladora da Braskem, foram de certa forma capturadas e incluídas na amostra.

As seguintes organizações forneceram respostas para o questionário: Air Liquide, Arch, BASF, Bayer, Buckman, C.A.I.I., Canexus, C.D. Wight, Cetrel Lumina, Chempura, Ciba SC, Cognis, Columbian, Copebras, Copesul, Croda, DuPont, Dystar, Elekeiros, FAFEN, Fosfértil, Getec, GQC, Henkel, Huntsman, Innova, Inpal, IQT, Lanxess, Lord, Lubrizol, Montana, Oswaldo Cruz, Petroflex, Petroquímica União, Prosint, Purcom, Rhodia Têxtil, Rhom & Haas, Solutia, Solvay, Sygenta, Synteko, Tate & Lile, Triunfo, Unigel, Univen e White Martins.

A amostra foi considerada representativa, pelo seu tamanho, como também porque incluiu empresas nacionais, multinacionais, de pequeno, médio e grande porte e ainda empresas de capital aberto e capital fechado, das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A tabela a seguir sumariza sua caracterização.

Tabela 2 – Caracterização da Amostra – Sumário

FATOR	RESULTADO
Origem do Capital	20 multinacionais, 29 nacionais
Formação do Capital	26 capital fechado, 23 capital aberto
Porte da Organização	31 pequenas e médias, 18 grandes

Das respondentes, três empresas eram subsidiárias da Petrobrás, o que foi considerado significativo, uma vez que estas empresas seguem orientações da controladora. Esta por ser uma empresa de petróleo, caminhando para uma empresa de energia, vem, nos últimos anos, com uma proposta de trabalho ambiciosa, para alcançar a excelência ambiental e uma posição reconhecidamente de liderança nas questões sociais e de segurança.

3.5

Limitações

O presente estudo não pretende explicar os fenômenos que pesquisa, apenas descreve as percepções obtidas e tece considerações a respeito de correlações observadas, dentro das limitações inerentes aos pressupostos cognitivos e paradigmas do pesquisador, não necessariamente alinhados aos dos entrevistados.

Para a realização deste trabalho, seguindo a metodologia proposta, foram encontradas as seguintes limitações, as quais devem ser consideradas na interpretação dos resultados:

- pelo fato de o pesquisador ser executivo da indústria química, bem como os respondentes do questionário, muito provavelmente existem vieses nas respostas, tendendo a expressar a visão a partir daquelas posições, com o conhecimento específico do setor, que não é compartilhado por outras áreas, como a acadêmica, por exemplo;

- a pesquisa foi realizada com as funções que mais conhecem os temas na indústria química, mas o ponto de vista dos trabalhadores não foi objeto desta pesquisa e assim a pergunta número dois não teve o depoimento do nível operacional para se comprovar até que nível hierárquico os temas permearam nas organizações;

- a pesquisa foi realizada com as associadas da ABIQUIM, que representa as 145 maiores organizações do setor químico e petroquímico. Não são permitidas generalizações para outros setores da indústria, no que tange ao tema Responsabilidade Sócio-ambiental.

4. ANÁLISES DOS DADOS

4.1

A abordagem quantitativa

4.1.1

Tabulação das respostas do questionário:

As respostas do questionário de pesquisa quantitativa (Anexo I) foram lançadas em uma tabela no pacote estatístico SPSS, contendo uma coluna com as 49 empresas e mais uma coluna para cada pergunta do questionário. As perguntas sobre origem e formação do capital e sobre o porte da organização foram preenchidas com “0” ou “1”, possibilitando ao pacote estatístico realizar cálculos dos grupos individuais e compará-los entre si e com a totalidade, de modo a verificar a existência de possíveis correlações. No quesito porte, as pequenas e médias empresas foram reunidas em uma opção (no caso “0”) e as grandes ficaram com a outra (“1”).

As perguntas com múltiplas respostas foram codificadas de “1” a “n” onde “n” era o número equivalente à contagem sequencial da última opção e as perguntas com respostas em escala que variava da discordância total até a concordância plena foram codificadas pela escala Likert, com valores de 1 até 5, significando 1 discordância total e 5 concordância plena.

4.1.2

Interpretação dos dados e correlações

A partir dos cálculos realizados pelo pacote estatístico SPSS, foram analisadas as médias das respostas, suas distribuições, sua distribuição estratificada por porte, por origem de capital e por formação de capital, para constatar se havia alguma diferença significativa e as eventuais correlações entre grupos de respostas. O nível de significância adotado em todos os cálculos foi de 5% e as principais observações são detalhadas a seguir.

4.1.3

Fatores ligados à motivação para o Compromisso com o Meio Ambiente e com a Responsabilidade Social Empresarial:

As seguintes perguntas do questionário de análise quantitativa (Anexo I) foram agrupadas para obter as informações referentes à primeira pergunta objeto desta pesquisa:

- pergunta 4 – fatores que contribuíram para a motivação da empresa;
- pergunta 8 – compromisso com o programa Atuação Responsável;
- pergunta 9 – existência de pressões externas;
- pergunta 16 - existência de pressões internas;
- pergunta 18 – interesse pela melhoria da imagem organizacional; e
- pergunta 19 – interesse por eventual aumento de vendas.

Iniciando as análises pelo compromisso firmado pela empresa com o programa Atuação Responsável, tivemos os seguintes resultados, mostrados na tabela 3, a seguir, com a escala Likert variando de discordância total (1) até concordância total (5).

Tabela 3 – Compromisso com Atuação Responsável como motivador

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,77	31	0,884
Grande	4,00	18	1,188
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	3,70	20	0,979
Multinacionais	3,97	29	1,034
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,96	27	0,808
Capital aberto	3,73	22	1,202
Total	3,86	49	1,000

As distribuições acima mostram que não há diferença significativa entre os grupos estratificados, mostrando que dentro da amostra de 49 empresas, a grande maioria concorda que o compromisso com o programa Atuação Responsável foi um dos motivadores para a Postura de Proteção Ambiental e para a Responsabilidade Social Empresarial. As análises de variância mostram que não

há motivos para se rejeitar a hipótese de que as distribuições têm médias equivalentes.

A figura 13, a seguir, mostra de forma inequívoca as respostas colhidas dentre a amostra, 2 empresas discordaram totalmente e 2 outras discordaram. Das 49 que responderam 10 disseram ser neutras e 35 concordaram que o compromisso com o programa Atuação Responsável foi um dos fatores motivadores.

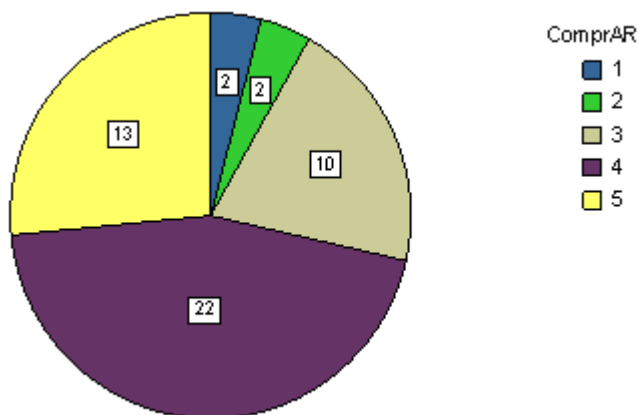


Figura 13 – Gráfico de setores “compromisso AR = fator motivador”

O histograma mostrado na figura abaixo é outra forma de demonstrar a importância atribuída pelas indústrias químicas ao programa Atuação Responsável como o principal motivador para a postura de Proteção Ambiental e mesmo para a de Responsabilidade Social Empresarial no setor.

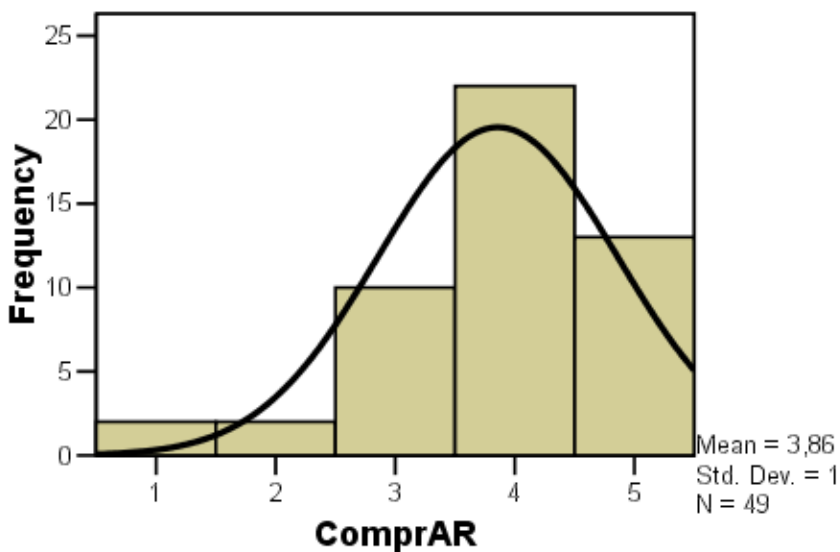


Figura 14 – Histograma “Compromisso com AR como fator motivador”

Com relação à existência de pressões externas como alavancadoras para a melhoria da postura ambiental e para a adoção de práticas de Responsabilidade Social Corporativa, os dados obtidos são mostrados na tabela 4, abaixo.

Tabela 4 – Pressões Externas como fator motivador

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	2,35	31	1,082
Grande	2,67	18	1,085
Origem de Capital*	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,85	20	1,348
Multinacionais	2,21	29	0,774
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	2,37	27	1,006
Capital aberto	2,59	22	1,182
Total	2,47	49	1,082

Desta vez a Análise de Variância rejeitou a hipótese de que as empresas nacionais e as empresas multinacionais possuíssem médias equivalentes. Isto pode ser facilmente explicado pela quantidade de empresas nacionais que responderam terem sido pressionadas externamente devido a acidentes ambientais ou a pressões e demandas oriundas das comunidades vizinhas. Não se pode, todavia, afirmar que isto não tenha ocorrido com mais empresas multinacionais do que aquelas que responderam ter pressões externas para adotar práticas ambientais e de responsabilidade social.

Quanto aos demais estratos, não houve diferença significativa com a totalidade, mas ao se observar a média não se pode esquecer do valor elevado do desvio padrão, então podemos concluir que existiram pressões externas para boa parte das empresas da amostra.

Na figura a seguir, que ilustra as respostas em gráfico de setor circular, é fácil constatar que embora 29 das 49 respondentes discordassem que as pressões externas alavancaram sua postura, 15 delas mostraram-se neutras ou concordaram com a existência das pressões externas. Pode ser que dentre as empresas pesquisadas, os canais de comunicação com a comunidade externa ainda não estejam efetivamente implantados e as percepções não tenham ocorrido, mesmo

existindo pressões externas. Este é um ponto que deve ser aprofundado na pesquisa de campo, para que a compreensão seja ampliada.

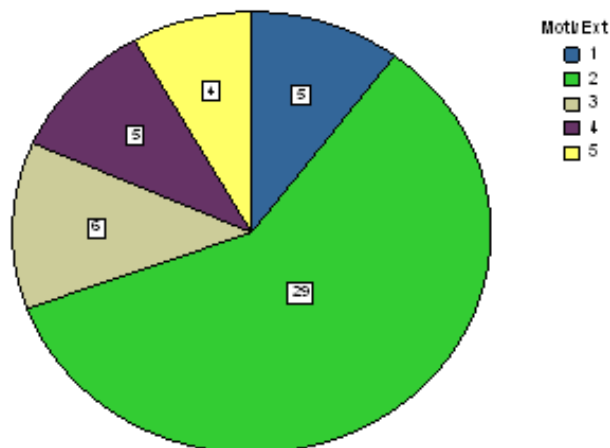


Figura 15 – Existência de pressões externas

Quanto à existência de demandas e pressões internas, o comportamento das respostas mostrou-se similar às anteriores. Desta vez não houve nenhuma empresa concordando plenamente (nota 5 na escala Likert) e os percentuais de resposta podem ser visualizados na figura 16, a seguir. Nota-se que 73,5% das respostas foram de discordância ou discordância total (36 empresas). A postura dos proprietários ou exigências da matriz não foram consideradas como pressão externa e são objeto da pergunta seguinte.

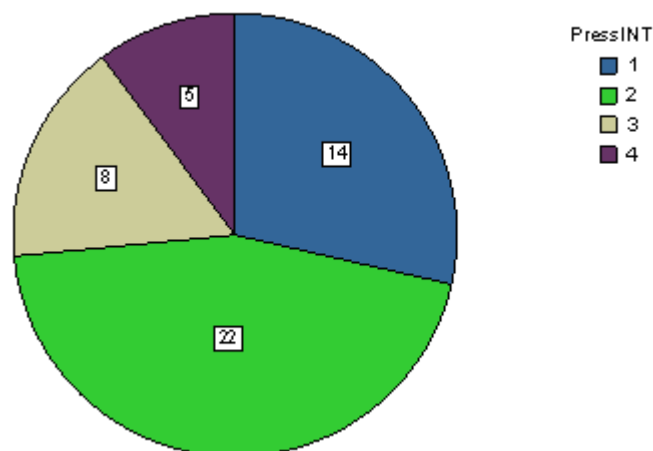


Figura 16 – Pressões internas como “motivador”

O fato de oito empresas se mostrarem neutras quanto à existência de pressões internas como fator motivador não desperta a curiosidade para um aprofundamento da pergunta, mas o fato de apenas 5 das 49 respondentes responderem que concordavam com a existência de pressões internas motiva a pesquisar até que ponto os sindicatos, comissões de fábrica e outras associações internas de funcionários, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) apresentaram as demandas para as organizações.

A tabela 5, a seguir, mostra as médias e desvios-padrão obtidos nas respostas referentes às demandas e pressões internas. Os testes estatísticos do pacote SPSS não rejeitaram a hipótese de que as médias são equivalentes.

Tabela 5 – Pressões Internas como fator motivador

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	2,06	31	0,929
Grande	2,11	18	0,963
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,35	20	0,933
Multinacionais	1,90	29	0,900
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	1,93	27	0,874
Capital aberto	2,27	22	0,985
Total	2,08	49	0,932

A seguir encontra-se a análise das respostas da pergunta número 4 do questionário (Anexo I), que versa sobre diversos fatores que podem ter motivado a organização a buscar uma postura ambiental e de responsabilidade social. São eles:

- 1 – acidentes ambientais;
- 2 – poluição ou reclamação da comunidade vizinha;
- 3 – exigências de clientes;
- 4 – pressões de sindicatos ou de trabalhadores;
- 5 – exigências da matriz ou postura dos proprietários;
- 6 – compromisso com o programa Atuação Responsável; e
- 7 – outros.

O objetivo maior era constatar quantas empresas responderiam o compromisso com o programa Atuação Responsável, relatassem a existência de poluição ou creditassem à postura do controlador.

Os resultados encontram-se a seguir, onde a legenda numérica dos setores do gráfico segue os itens acima listados.

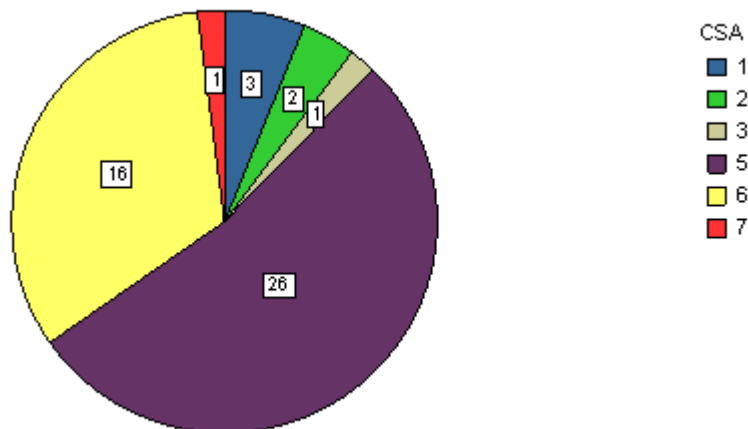


Figura 17 – Fatores diversos que motivam as organizações

Observa-se que 26 das 49 empresas creditaram às exigências da matriz ou à postura dos proprietários o fator que mais contribui para a adoção da postura de proteção ao meio ambiente e de responsabilidade social empresarial. Entretanto, cerca de um terço (16) das empresas creditaram prioritariamente ao compromisso com o programa Atuação Responsável. Isto é verdade e fácil de constatar quando pensando prioritariamente na questão ambiental, visto que o programa lançado em 1992 foi a primeira iniciativa de porte a alavancar uma nova postura ambiental por parte de um setor industrial de porte.

Três empresas relataram a ocorrência de acidente ambiental como o fator motivador que culminou na adoção de novos paradigmas, enquanto que duas outras citaram a poluição e pressões da comunidade vizinha. Uma empresa citou exigência de cliente e outra citou um motivo não listado dentre as opções.

Seria desejável verificar aqui, tanto o compromisso com o programa Atuação Responsável, ou seja, se houve um viés de resposta para o lado ambiental, como também se acidentes, ou poluições e reclamações geraram mudanças de postura na organização.

A análise quanto aos possíveis ganhos de imagem organizacional ou a eventuais aumentos de vendas são mostradas na tabela 6, sendo verificada a existência de correlação entre as duas.

Tabela 6 – Ganho de imagem como fator motivador

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	4,19	31	0,792
Grande	4,61	18	0,608
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	4,45	20	0,605
Multinacionais	4,28	29	0,841
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	4,11	27	0,698
Capital aberto	4,64	22	0,727
Total	4,35	49	0,751

As médias do total da amostra e dos estratos podem ser consideradas equivalentes, não há diferença significativa entre os subgrupos. Visualmente é fácil constatar que a resposta da grande maioria deve situar-se entre a concordância (4) e a concordância plena (5).

Quanto aos eventuais aumentos de vendas decorrentes de uma percepção por parte dos clientes e consumidores de uma postura de Proteção Ambiental e de Responsabilidade Social Empresarial, as respostas obtidas estão sumarizadas na tabela a seguir, que apresenta as médias e desvios padrão da totalidade e estratificadas quanto a porte, origem e formação do capital.

Tabela 7 – Expectativas de aumento de vendas como fator motivador

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,48	31	0,851
Grande	3,83	18	1,200
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	3,50	20	1,100
Multinacionais	3,69	29	0,930
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,48	27	0,700
Capital aberto	3,77	22	1,270
Total	3,61	49	0,996

Da mesma forma como no tema imagem, as médias dos estratos de “expectativa de aumento de vendas” foram equivalentes, não havendo rejeição desta hipótese pelos testes estatísticos. Isto faz sentido, pois as indústrias químicas, independentemente de porte, origem ou formação de capital, estão preocupadas não somente em melhorar continuamente sua imagem e a própria imagem da química, mas fortemente buscam o aumento de seus volumes de vendas para diluírem custos fixos e dessa forma buscarem maiores margens e enfrentar a competição de produtos químicos importados.

No item seguinte é feita uma verificação de até que ponto as empresas repassam os requisitos para seus fornecedores, ou seja, se estas possuem um discurso e na prática privilegiam baixos custos com procedência ambiental e social duvidosa, como muitos produtos químicos oriundos da China que tem ingressado no mercado nacional.

O histograma a seguir (figura 18) mostra a distribuição das respostas em relação às expectativas de ganho de imagem corporativa. É fácil observar que nenhum respondente discordou totalmente da questão e que apenas 2 empresas discordaram e 2 se mostraram neutras. Assim, 45 empresas concordam ou concordam totalmente que o ganho de imagem é um fator motivador, resta pesquisar com mais profundidade se é o caso de Marketing Social ou apenas uma decorrência natural, tendo em vista a crescente preocupação que a sociedade mostra para com os temas meio ambiente e responsabilidade social. Mais uma vez, vale a pena investigar até que ponto as organizações estão repassando tais requisitos para sua cadeia de fornecedores, impedindo assim que haja trabalho exploratório ou aspectos ambientais sendo relegados na parte de baixo da cadeia de valor.

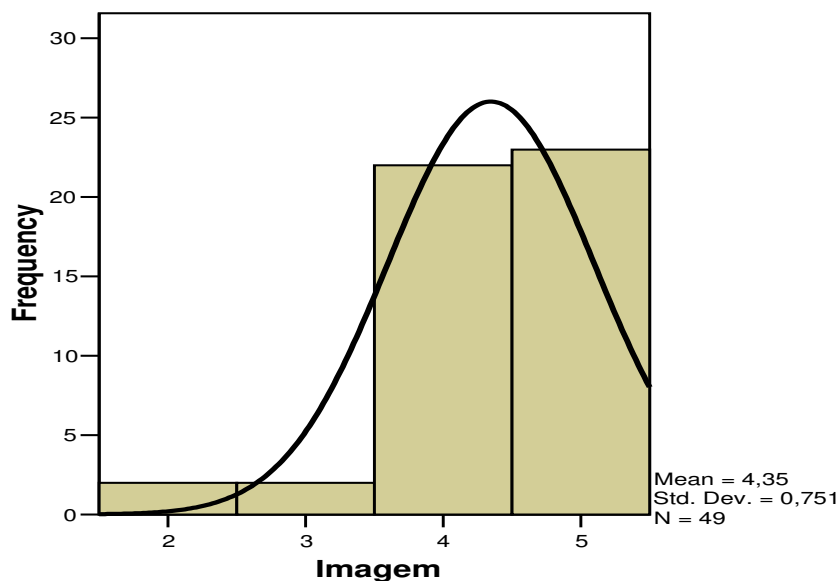


Figura 18 – Histograma para ganhos de imagem

Já no quesito vendas, o histograma é mostrado na figura 19, a seguir, onde se pode observar que as discordâncias são em número insignificante.

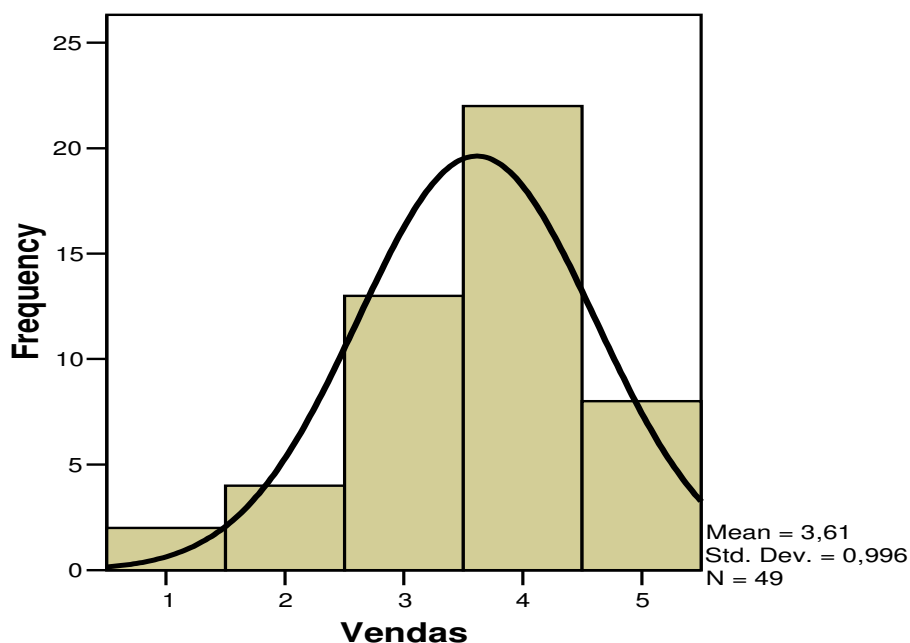


Figura 19 – Histograma expectativa de aumento de vendas

Apesar de não ter sido citada na pergunta 4 do questionário (Anexo II), onde entraria na opção “outros”, a expectativa de aumento de vendas devido à adoção de uma postura de proteção ambiental e de práticas de Responsabilidade Social Empresarial aparece fortemente quando perguntada explicitamente. Nas

entrevistas de campo será perguntado se já foi notado algum aumento de satisfação de clientes por conta da postura adotada pela organização e se isto refletiu em algum aumento de vendas que possa ser diretamente creditado às práticas adotadas.

4.1.4

Perguntas ligadas ao grau de implementação das práticas de Proteção Ambiental e Responsabilidade Social Empresarial

Para responder à segunda pergunta objeto desta pesquisa, as seguintes perguntas do questionário de análise quantitativa (Anexo I) foram agrupadas para se obter as informações a ela referentes:

- pergunta 6 – posição hierárquica dos responsáveis por meio ambiente e Responsabilidade Social;
- pergunta 7 – divulgação dos resultados de meio ambiente e RSE;
- pergunta 11 – grau de compreensão do programa Atuação Responsável;
- pergunta 12 – disseminação do programa Atuação Responsável;
- pergunta 13 – apoio de iniciativas pela liderança;
- pergunta 14 – participação ativa da força de trabalho;
- pergunta 15 – força de trabalho não acredita no compromisso;
- pergunta 17 – compromisso estendido como exigência aos fornecedores; e
- pergunta 20 – reconhecimento de que existe ainda um longo caminho a percorrer em proteção ambiental e Responsabilidade Social Empresarial.

As posições dos responsáveis por Meio Ambiente e Responsabilidade Social nas organizações dependem do porte destas e de suas estruturas e, de forma análoga às perguntas anteriores, foram geradas as análises de média e distribuição, na totalidade e estratificadas por porte, por origem do capital e pela formação do capital, obtendo-se os valores mostrados na tabela 8, a seguir. Na escala Likert, “1” representa presidente, “2” vice-presidente, “3” diretor, “4” gerente e “5” chefe.

Observa-se que as médias das posições variaram entre 3 (diretoria) e 4 (gerência), situando-se as médias da totalidades mais próximas da posição

gerencial para as funções de Meio Ambiente e Responsabilidade Social Empresarial.

Tabela 8 – Posição hierárquica dos responsáveis por Meio Ambiente e RSE

Porte	N	Média MA	Desvio Padrão	Média RSE	Desvio Padrão
Pequena/Média	31	3,84	1,0003	3,77	1,175
Grande	18	3,67	0,767	3,61	0,778
Origem de Capital					
Nacionais	20	4,15*	0,587	3,90	0,968
Multinacionais	29	3,52*	1,022	3,59	1,086
Formação do Capital					
Capital fechado	27	3,93	0,874	3,96	0,940
Capital aberto	22	3,59	0,959	3,41	1,098
Total	49	3,78	0,919	3,71	1,041

Observa-se que, quando as respostas foram estratificadas quanto à origem do capital, o teste estatístico rejeita a hipótese de que as médias sejam iguais entre os grupos de empresas nacionais e de empresas multinacionais. Isto pode ser verificado nas entrevistas de profundidade, mas é natural que as denominações dos cargos sejam diferentes entre as organizações, tendo as multinacionais, em geral, maior quantidade de cargos executivos. A figura 20 a seguir mostra a distribuição das respostas para a responsabilidade por Meio Ambiente.

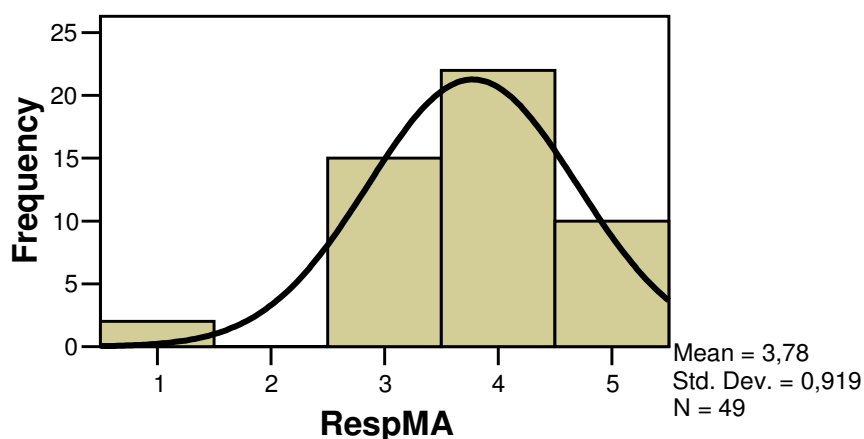


Figura 20 – Distribuição para responsável MA

A distribuição para a função da organização que é responsável pela condução da Responsabilidade Social Empresarial está mostrada na figura 21, a seguir.

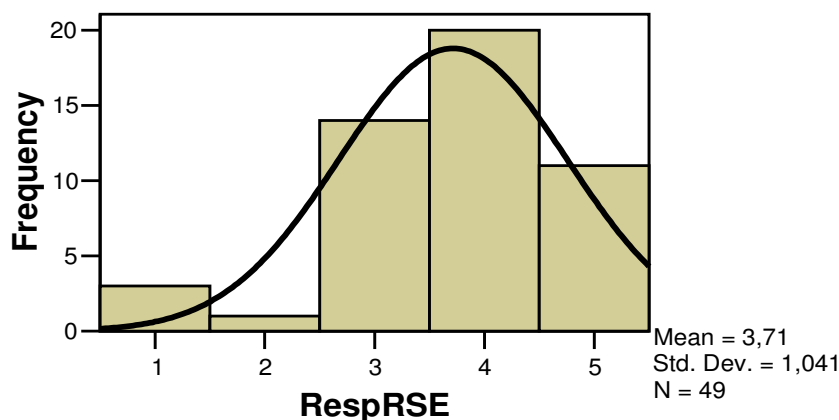


Figura 21 – Distribuição para responsáveis por RSE

As distribuições são semelhantes, apenas apareceu uma resposta onde o vice-presidente de uma das organizações que responderam à pesquisa era o responsável pela condução dos programas de Responsabilidade Social Empresarial e houve uma resposta a mais atribuindo ao presidente a responsabilidade por RSE. Ressalta-se ainda o fato de a maioria (ou a “moda”, em termos estatísticos) das respostas para ambas responsabilidades situar-se no nível gerencial.

Quanto à pergunta sobre a divulgação dos resultados de Responsabilidade Social Empresarial e de Meio Ambiente, a escala Likert ficou com a seguinte correlação:

- 1 – nenhum reporte;
- 2 – informações na Internet;
- 3 – reporte junto ao relatório econômico-financeiro;
- 4 – relatório específico anual; e
- 5 – não utilizado nesta pergunta.

A tabela 9 apresentada a seguir, mostra os resultados obtidos para a totalidade das empresas e para os estratos Porte (pequena/média e grande), Origem de Capital (nacional e multinacional) e Formação de Capital (capital aberto e capital fechado). Os testes estatísticos desta vez rejeitaram a igualdade de médias para os estratos Porte e Origem de Capital, denotando que as distribuições são distintas entre empresas grandes e pequenas/médias e também

entre empresas nacionais e multinacionais, as quais padronizam seus relatórios a partir das suas matrizes:

Tabela 9 – Relatórios de Responsabilidade Social e Meio Ambiente

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	2,65	31	1,253
Grande	3,56	18	0,705
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,60	20	1,188
Multinacionais	3,24	29	1,091
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	2,89	27	1,155
Capital aberto	3,09	22	1,192
Total	2,98	49	1,164

A figura a seguir mostra a distribuição das respostas sobre o instrumento de reporte utilizado para Responsabilidade Social Empresarial e para os resultados de Meio Ambiente. Observa-se claramente que quase metade da amostra já adota relatórios anuais específicos, para resultados de RSE e de Meio Ambiente.

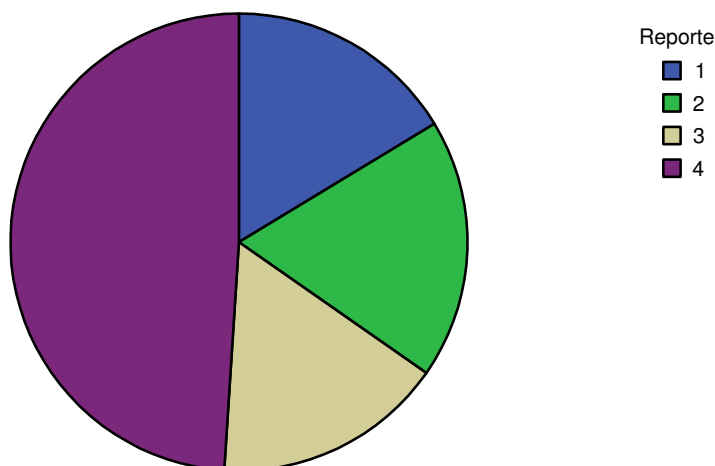


Figura 22 – Relatórios utilizados para reporte de RSE e MA

Quanto ao grau de entendimento dos conceitos do programa Atuação Responsável na organização, a pergunta número 11 do questionário (Anexo I) afirmava que o programa não era bem compreendido nas diversas camadas hierárquicas da organização, pois este era um dos problemas do antigo modelo do programa Atuação Responsável. A escala Likert pontuou de 1 a 5 o grau de

discordância com a afirmação negativa, assim uma discordância total (grau 1) corresponde ao pensamento que os conceitos estão entendidos e uma concordância total significa que a empresa concorda que não houve ainda o entendimento dos conceitos pela força de trabalho. A tabela 10, a seguir apresenta as médias e desvios padrão da totalidade da amostra e dos estratos (porte, origem e formação de capital).

Tabela 10 – Entendimento dos conceitos de Atuação Responsável

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	2,81	31	1,108
Grande	2,17	18	0,786
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,85	20	0,988
Multinacionais	2,38	29	1,049
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	2,59	27	1,185
Capital aberto	2,55	22	0,858
Total	2,57	49	1,041

Nota-se que as médias estão entre 2 e 3, parecendo haver uma ligeira discordância com a afirmação de que o programa Atuação Responsável não é perfeitamente entendido nas organizações. Isto sugere uma verificação posterior nas entrevistas de campo, para se verificar como é o entendimento dos conceitos por parte dos funcionários. Na figura a seguir, uma melhor observação pode ser efetuada.

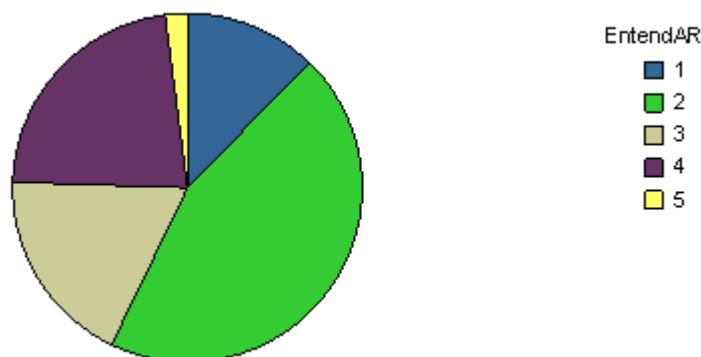


Figura 23 – Entendimento dos conceitos de Atuação Responsável

Pode-se notar que a somadas a discordância total (1) com a discordância (2) e a neutralidade, apenas um quarto dos respondentes concordou que o entendimento dos conceitos de Atuação Responsável ainda não era satisfatório e poderia comprometer a implementação de práticas de Responsabilidade Social Empresarial e Proteção Ambiental e isto será objeto de investigação nas entrevistas de campo.

A análise da disseminação dos conceitos e diretrizes do programa Atuação Responsável é uma verificação cruzada da pergunta anterior, pois para haver entendimento, é necessário haver uma ampla divulgação, embora havendo uma ampla divulgação não signifique que todos entenderam. De forma análoga, a tabela a seguir mostra os resultados obtidos.

Tabela 11 – Disseminação dos conceitos de Atuação Responsável

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,00	31	1,115
Grande	3,61	18	0,698
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,95	20	0,887
Multinacionais	3,41	29	1,119
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,19	27	1,111
Capital aberto	3,27	22	0,985
Total	3,22	49	1,046

Observa-se que, de certa maneira, os respondentes situam-se próximo à neutralidade, porém com uma ligeira tendência à concordância de que o conceito de Atuação Responsável está amplamente disseminado em todos os níveis da organização e é entendido e praticado pela força de trabalho.

Na figura 24, apresentada a seguir, é possível notar que as respostas referentes à discordância total (1), discordância (2) e neutralidade (3) representam mais de 50% da amostra, devido ao grande número de respostas neutras. Assim, outra verificação adicional para as entrevistas de campo aparece, pois há um aparente equilíbrio entre concordância e discordância, o que pode indicar graus

diferentes de maturidade de implantação do programa Atuação Responsável ou diferentes visões por parte dos respondentes da pesquisa.

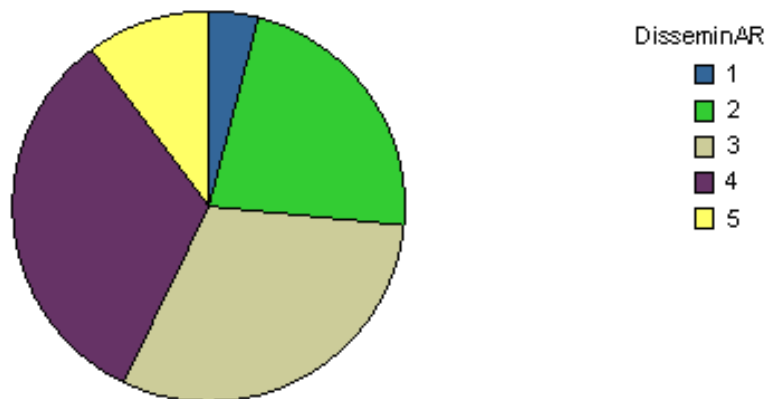


Figura 24 – Disseminação dos conceitos de Atuação Responsável

Todo programa de mudança organizacional realça que sem apoio e comprometimento da alta administração nada irá acontecer. A literatura acadêmica também realça sobremaneira essa característica, como observado em Deming (1982), Campos (1996) e Drucker (1995) dentre outros autores. Assim, ao responderem à questão sobre o nível de apoio e comprometimento da liderança para com a Responsabilidade Social Empresarial, as indústrias químicas constantes da amostra evidenciaram um forte compromisso, como mostrado na tabela a seguir.

Tabela 12 – Apoio e comprometimento da Liderança

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	4,10	31	0,700
Grande	4,50	18	0,514
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	4,10	20	0,553
Multinacionais	4,34	29	0,721
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	4,19	27	0,622
Capital aberto	4,32	22	0,716
Total	4,24	49	0,662

Ao se observar a distribuição das respostas, verifica-se que não houve praticamente distinção entre os estratos, todas as médias ficaram entre 4 e 5 e os

desvios padrão foram os menores apresentados dentre todas as distribuições referentes às respostas obtidas.

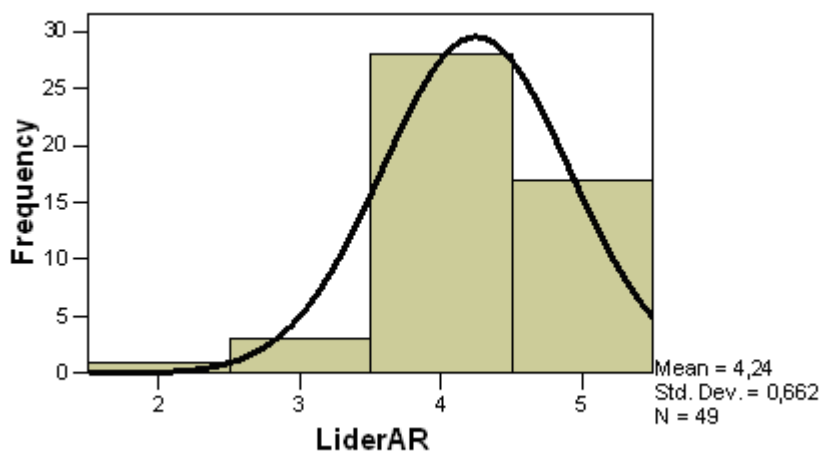


Figura 25 – Distribuição para apoio e comprometimento das lideranças

Uma vez verificado o apoio pelas lideranças, a análise volta-se para a participação efetiva da força de trabalho, pergunta direta e fortemente correlacionada com a segunda pergunta objeto deste trabalho. As respostas obtidas estão lançadas na tabela 13, a seguir, contendo a totalidade da amostra e os estratos referentes ao porte, à origem e à formação do capital. A escala Likert varia da discordância total (1) da participação ativa, até a concordância total (5).

Tabela 13 – Participação da força de trabalho

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,58	31	0,826
Grande	3,78	18	0,675
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	3,45	20	0,553
Multinacionais	3,79	29	0,721
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,67	27	0,784
Capital aberto	3,64	22	0,727
Total	3,65	49	0,751

Os estratos possuem distribuição equivalente à da totalidade, não sendo quebrada a hipótese de que as médias são iguais. As médias das respostas se

situam entre 3,5 e 4, indicando mais concordância do que neutralidade na participação da força de trabalho.

A figura a seguir, mostra claramente que a concordância somada à concordância total representa mais de dois terços das respostas. A neutralidade mostrou-se um terço de um quarto das respostas e a discordância é muito pequena. Nas entrevistas de campo será verificada a participação dos funcionários nas iniciativas de RSE visando confirmar esta informação.

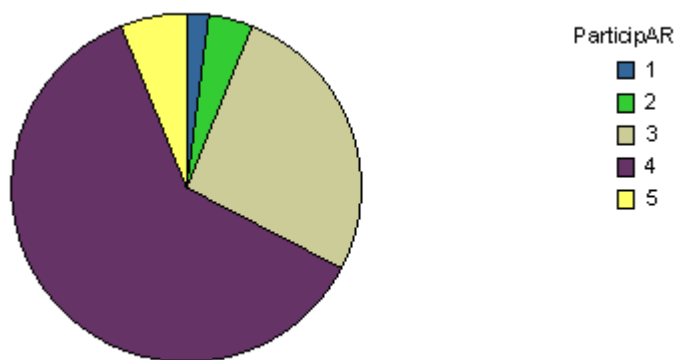


Figura 26 – Participação dos funcionários nas atividades de RSE

A próxima análise refere-se à pergunta 15 do questionário (Anexo I) que investiga se a força de trabalho ainda não entende como sincero o compromisso de sua organização. Discordância total na escala Likert é equivalente a 1 e concordância total equivale a 5. Como a afirmação é de certa forma negativa, é esperado que haja discordância nas respostas. A tabela 14, a seguir, sumariza as médias e desvios padrão obtidos.

Tabela 14 – Desconfiança pela força de trabalho

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	2,39	31	0,955
Grande	1,67	18	0,767
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	2,40	20	0,995
Multinacionais	1,93	29	0,884
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	2,22	27	0,974
Capital aberto	2,00	22	0,926
Total	2,12	49	0,949

Verifica-se que as respostas ficaram em torno de 2, demonstrando a rejeição à afirmação de que a força de trabalho ainda não entende como sincero o compromisso da organização. A análise gráfica a seguir (figura 27) ilustra de forma mais clara o comportamento das respostas.

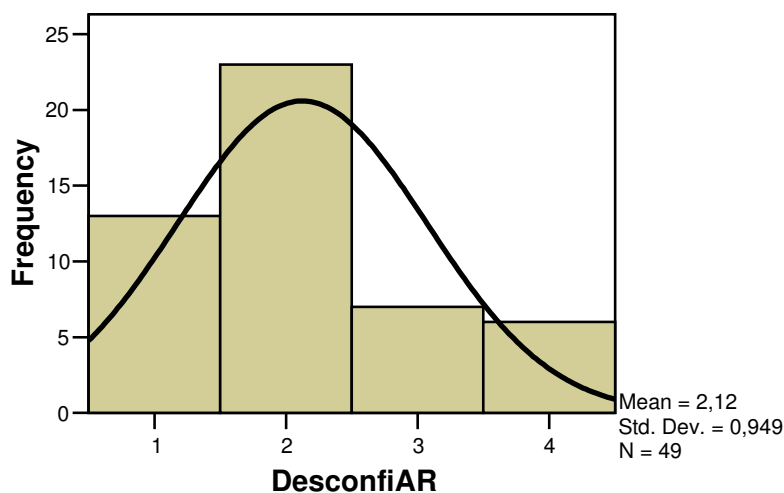


Figura 27 – Rejeição à hipótese de desconfiança quanto ao compromisso

Observa-se que 5 empresas responderam que há algum grau de desconfiança pela força de trabalho quanto à sinceridade do compromisso pela liderança da organização. Se isto ocorre, o comprometimento e a participação da força de trabalho não deveriam ocorrer, ao contrário do que observado nas análises anteriores. Isto pode acontecer em organizações mais burocráticas ou hierarquizadas, com distanciamento sensível entre o nível executivo e a força de trabalho e com pouca comunicação entre os diversos níveis, mas não é objeto de verificação posterior uma vez que sua ocorrência foi de apenas cerca de 10% da amostra.

A penúltima análise deste grupo de questões ligadas à segunda pergunta da dissertação verifica até que ponto as organizações da indústria química estendem seu compromisso com Responsabilidade Social Empresarial e com Proteção Ambiental na cadeia de valor, transformando os compromissos em requisitos a serem seguidos pelos fornecedores. Uma organização que se diz socialmente responsável não deveria comprar, por exemplo, suportes de tambores (“pallets”) de fornecedores que não tivessem o certificado de origem da madeira utilizada e

também deveria verificar que seus fornecedores não utilizem mão de obra infantil ou explorada (ex. bóias frias).

Tabela 15 – Extensão do programa para os fornecedores

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,61	31	1,022
Grande	4,33	18	0,686
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	3,90	20	0,968
Multinacionais	3,86	29	0,990
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,70	27	1,068
Capital aberto	4,09	22	0,811
Total	3,88	49	0,971

Estatisticamente as médias dos estratos e da totalidade são semelhantes, à exceção do extrato porte, cuja hipótese de igualdade de médias foi rejeitada pelo teste estatístico do pacote SPSS. Aparentemente, as empresas se preocupam em estender para seus fornecedores os requisitos de Responsabilidade Social Empresarial e Proteção Ambiental. Este ponto deve ser verificado nas entrevistas de campo, uma vez que uma coisa é considerar estratégico e outra é exigir de forma eficaz o compromisso dos fornecedores e, principalmente, como é feita a verificação. A Cia. Vale do Rio Doce informou, conforme reportagem de “O Globo” de 20/06/2007 que no próximo ano não irá renovar os contratos de fornecimento de minério para as siderúrgicas que fundem ferro-gusa, localizadas no entorno de Carajás, pois estas utilizam carvão vegetal sem comprovação de origem, provavelmente oriundo de queimadas da floresta Amazônica. Se não houver uma preocupação em estender os compromissos tanto para os fornecedores como para os usuários, a organização pode experimentar perda de imagem e conseqüentes problemas na comercialização de seus produtos.

A figura 28, mostrada a seguir, apresenta os setores referentes à discordância (nível 2 na escala Likert), neutralidade (3), concordância (4) e concordância total (5). É digno de menção o fato de não haver discordância total e um baixo número de respostas discordantes foi observado, apenas 5 no total e

todas elas empresas de pequeno ou médio porte, confirmando a quebra da suposição de igualdade de médias realizada pelos testes do pacote SPSS.

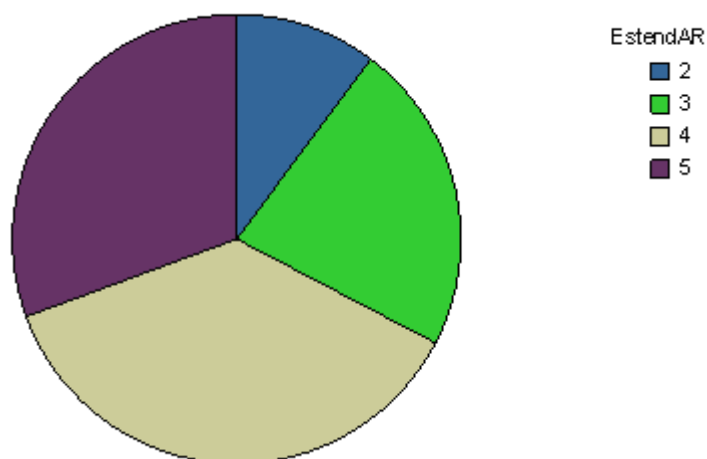


Figura 28 – Extensão dos requisitos de RSE para os fornecedores

A última pergunta do questionário (Anexo I) investiga até que ponto as organizações concordam que ainda falta um longo caminho a trilhar no programa Atuação Responsável para que as práticas de Responsabilidade Social Empresarial sejam implementadas e tornem-se práticas correntes da indústria química brasileira. Neste caso as respostas na escala Likert variam da discordância total (1) até a concordância total (5) e quanto menor o valor, mais próximo da implementação plena a empresa estaria.

Tabela 16 – Reconhecimento do longo caminho a percorrer

Porte	Média	N	Desvio Padrão
Pequena/Média	3,77	31	0,805
Grande	3,22	18	1,114
Origem de Capital	Média	N	Desvio Padrão
Nacionais	3,80	20	0,616
Multinacionais	3,41	29	1,119
Formação do Capital	Média	N	Desvio Padrão
Capital fechado	3,56	27	0,934
Capital aberto	3,59	22	1,008
Total	3,57	49	0,957

Também neste caso, a hipótese de que as médias das distribuições são as mesmas, só é rejeitada para o estrato referente ao porte da organização. No geral, as respondentes parecem acreditar que ainda falta muito a percorrer, talvez motivadas pela recente revisão do programa Atuação Responsável e a inclusão das novas práticas e diretrizes referentes à Responsabilidade Social Empresarial. Este ponto será verificado em maior profundidade nas entrevistas de campo.

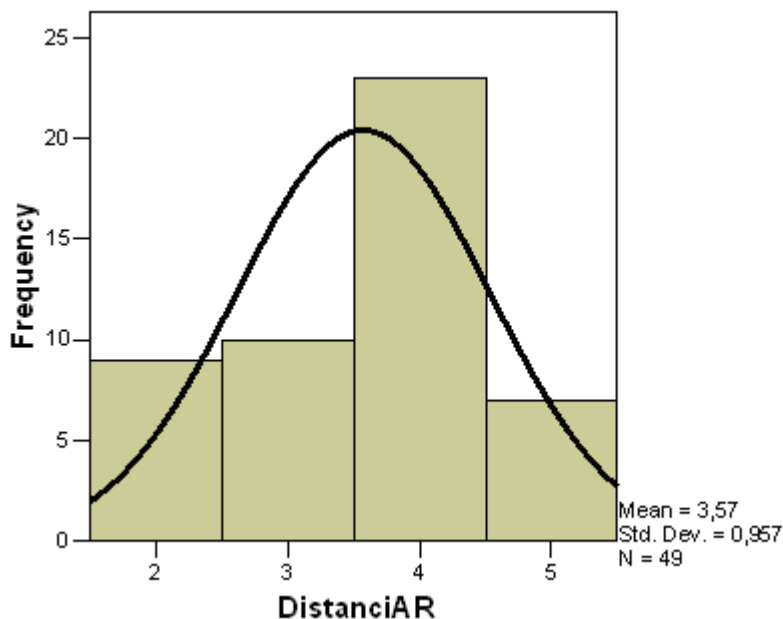


Figura 29 – Distribuição para “longo caminho a percorrer”

4.1.5.

Análise de Correlações

Visando verificar a existência de correlação entre as variáveis constantes do questionário (Anexo I) para o qual foram obtidas respostas na escala Likert, realizou-se um estudo de correlações para identificar grupos de variáveis com forte grau de correlação entre si, para simplificar as verificações posteriores em campo e para eventual utilização posterior, no desenvolvimento de programas de Responsabilidade Social Empresarial e Proteção Ambiental.

A análise de correlações permite inferir importantes informações quanto ao relacionamento entre as variáveis. A observação de variáveis fortemente correlacionadas não quer dizer, entretanto, que haja relação de causa e efeito entre

elas. O grau de correlação varia de -1 (correlação negativa perfeita) até +1 (correlação positiva perfeita) sendo os valores entre 0,3 e 0 (zero) fracamente correlacionados, não se constituindo objetos de interesse. A análise de correlação foi feita pela matriz de coeficientes de correlação “Pearson” disponível no pacote estatístico SPSS.

4.1.5.1

Correlações entre fatores relacionados à motivação

A tabela a seguir apresenta as correlações retiradas entre os fatores relacionados à motivação das organizações da indústria química para o compromisso com o meio ambiente e com a Responsabilidade Social Empresarial, conforme descrito em 4.1.3, e ainda as variáveis, porte, origem e formação de capital. Os valores absolutos acima de 0,3 foram anotados.

Tabela 17 – Correlações para “motivação”

Fator	Porte	Origem	Form.	CSA	Compro misso	Intern o	Externo	Image m	Venda s
Porte			0,42						
Origem							-0,30		
Formação	0,42							0,35	
CSA						-0,34			
Compr.								0,32	
Interno				-0,34					
Externo		-0,30							
Imagem			0,35		0,32				0,30
Vendas								0,30	

As correlações entre porte e formação de capital não interessam para o objeto da análise e pode-se notar que existe uma correlação significativa entre o Compromisso Sócio Ambiental e pressões internas como fator motivador (correlação negativa). Outra correlação que se observa é a existente entre a formação de capital e a imagem organizacional da empresa, mas esta também é de fácil explicação, pois a imagem organizacional é de particular interesse entre empresas de capital aberto.

A terceira correlação que pode ser observada é aquela entre a importância da imagem para as empresas respondentes da pesquisa e a expectativa de aumento de

vendas, denotando que provavelmente, muitas das que consideraram a imagem importante também consideraram um eventual incremento de vendas. Esta questão será adicionada à entrevista de campo para verificação mais apurada.

4.1.5.2

Correlação entre fatores relacionados ao grau de implementação

As correlações entre os fatores citados no item 4.1.4 foram pesquisadas através da ferramenta matriz de correlações (Pearson) contida no pacote SPSS e os resultados significativos foram lançados na tabela abaixo, de maneira análoga ao efetuado no item anterior. Por motivos de simplificação de espaço, apenas os fatores que apresentaram correlações acima de 0,30, em módulo, foram lançados na tabela a seguir.

Tabela 18 – Correlações para grau de implementação

Fator	Orig.	RMA	RRSE	Entendimento	Disseminação	Liderança	Participação	Sinceridade.	Extensão
Orig		-0,34							
RMA	-0,34		0,716						
RRS		0,716							
Ent.					-0,71	-0,45		0,54	-0,51
Diss.				-0,71		0,49	0,31	-0,49	0,52
Lid.				-0,45	0,49		0,47	-0,72	0,57
Part.					0,31	0,47		-0,41	
Sinc.				0,54	-0,49	-0,72	-0,41		-0,48
Ext.				-0,51	0,52	0,57		-0,48	

Iniciando a análise de correlações pela linha referente à origem das empresas, nota-se uma correlação negativa entre esta e o nível hierárquico do responsável pelo meio ambiente nas empresas, porém sem implicar em fator de interesse particular para o objeto desta dissertação.

Já com referência à segunda linha da tabela acima, existe uma forte correlação positiva entre os níveis hierárquicos dos responsáveis por meio ambiente e por Responsabilidade Social Empresarial, denotando que os dois temas via de regra são designados a níveis hierárquicos semelhantes nas organizações, mesmo não sendo a mesma pessoa que cuida do tema.

As respostas sobre o entendimento do programa Atuação Responsável tem correlação fortemente negativa com a disseminação, facilmente explicada, pois a

pergunta sobre entendimento foi feita na forma negativa e a maioria das respostas rejeitou a questão, significando assim que as empresas químicas consideram que existe um entendimento dos conceitos e este influi na disseminação interna. O entendimento também apresentou correlação significativa com a liderança, com o grau de confiança na sinceridade do compromisso e com a extensão dos requisitos para os fornecedores e outras partes interessadas.

As respostas sobre a disseminação dos conceitos do programa Atuação Responsável apresentam correlações significativas com as respostas referentes à liderança, participação das pessoas e extensão dos requisitos e correlação negativa com as respostas sobre a desconfiança com a sinceridade do compromisso das organizações.

Quando analisadas as correlações das respostas referentes à liderança, nota-se correlações com entendimento e disseminação, já citadas, e ainda participação dos diversos níveis, extensão dos requisitos e com a confiança na sinceridade do compromisso. Nas entrevistas de campo será pesquisado até que ponto as empresas creditam às lideranças a disseminação dos conceitos e participação ativa dos funcionários.

4.2

A abordagem qualitativa complementar

Visando esclarecer as dúvidas remanescentes da análise quantitativa, foram realizadas entrevistas em profundidade com 3 experientes executivos, representantes das empresas Bayer, Lubrizol e Basf. Para tanto foi utilizado o questionário do Anexo II como roteiro básico. As três empresas foram apontadas pela ABIQUIM como tendo maturidade em seu programa Atuação Responsável, que já se encontrava verificado externamente.

Na Bayer, foi entrevistado o executivo de Comunicação Social, o qual é responsável pelo programa de RSE no Brasil. O dirigente possui mais de 20 anos de experiência profissional e acumula as funções de responsável corporativo pela Comunicação Empresarial.

Na empresa BASF foi entrevistada a executiva de Comunicação Social da Empresa e responsável pela condução do programa de RSE no Brasil e pelas atividades de comunicação e diálogo com as comunidades de interesse, do programa Atuação Responsável.

Na empresa Lubrizol, foi entrevistado o executivo responsável por Meio Ambiente e Segurança, o qual é o responsável pela condução do programa Atuação Responsável na empresa.

Foram pesquisados relatórios, reportagens e material disponível na Internet sobre os resultados sociais e ambientais apresentados pelas três empresas no Brasil e no mundo, para melhor caracterizar as respostas.

4.2.1

Entrevista com representante da Bayer SA

Iniciando pelas respostas obtidas pelo representante da Bayer, os seguintes pontos foram merecedores de registro:

- em relação às atividades de Responsabilidade Social Empresarial, o executivo classifica o grupo Bayer como nível 4 em uma escala de 1 a 5. Inicialmente as atividades eram restritas a grupos específicos, porém hoje RSE faz parte cada vez mais do dia-a-dia de todos os funcionários;

- em relação às lideranças, pode-se dizer que todas estão comprometidas, a começar pelo Executivo Sênior do país e que todas apóiam as atividades sociais da empresa;

- o estilo dominante de gestão é o participativo, com grande autonomia para os funcionários, mas ainda ocorre em alguns setores um estilo dominante (autoritário), parcialmente explicado pela necessidade de se tomar decisões rápidas;

- a empresa promove programas de melhoria da qualidade de vida, tanto no nível mundial, como no Brasil. Alguns exemplos são os programas de saúde, programas de ginástica laboral e programas de mudança de hábitos. A medição de satisfação dos funcionários é realizada rotineiramente e o nível médio de satisfação da última medição era superior a 80%;

- em relação a voluntariado, a empresa iniciou os programas em 2000, na cidade de São Paulo, estendendo posteriormente para Belford Roxo, onde se

encontra o maior parque industrial da empresa na América Latina. Atualmente está sendo trabalhada uma versão brasileira do programa “Making Science Makes Sense”, com participação voluntária de químicos e engenheiros em aulas de ciências para repassar conhecimentos científicos para alunos de escolas públicas. Este programa é um sucesso nos Estados Unidos e já foi implantado em diversos países da Europa e iniciará no último trimestre de 2007 nas escolas próximas à sede da empresa, no bairro de Socorro;

- quanto ao público de interesse (parte interessada) alvo prioritário dos programas sociais, a empresa Bayer foca em primeiro plano as comunidades vizinhas da fábrica de Belford Roxo e da sede de Socorro;

- quanto a eventual benefício de aumento de vendas, a empresa entende que isto virá no médio prazo, de forma mais ampla. No momento não existem indicativos claros que as atividades de RSE provocam reflexos significativos sobre as vendas;

- outrossim, foi observado que cada vez mais os fornecedores, clientes e mesmos candidatos a empregos na Bayer demonstram interesse em Responsabilidade Social e vêm dando preferência para a Bayer em função de sua postura;

- quanto ao impacto sobre a imagem corporativa, a Bayer tem como valores o respeito pelas pessoas e pela natureza e também a sustentabilidade de suas ações. A empresa está convencida de que somente as empresas que operam de modo sustentável irão ter sucesso no médio e longo prazo;

- a grande maioria dos projetos sociais está focada em atividades que promovem a sustentabilidade e o pessoal de RSE está trabalhando para redimensionar projetos que tiveram característica de marketing social no passado;

- a Bayer divulga amplamente seus resultados sociais, econômicos e ambientais e seu relatório segue, em nível mundial, as diretrizes da Iniciativa de Reporte Global (GRI);

- na opinião do executivo, o programa Atuação Responsável dá a orientação e suporte para as pessoas encarregadas da implementação e cria compromisso dentro de toda organização;

- o executivo entende que quanto mais clara a correlação dos programas sociais e ambientais com os resultados econômicos, maior será a importância dada a eles.

No nível mundial, os seguintes pontos merecem destaque:

- existe uma política declarada de Sustentabilidade, a qual fornece a base para o desenvolvimento da estratégia da corporação. Dentro desta política, o compromisso com o programa Atuação Responsável é um dos temas-chave e o mais antigo. O compromisso com o “Global Compact” das Nações Unidas, com o Desenvolvimento Sustentável e com a Responsabilidade Social Corporativa completam a lista;

- a empresa declara publicamente seu compromisso com os direitos humanos;

- desde 1999 a Bayer vem sendo incluída, todos os anos, no Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), da bolsa de Nova Iorque e desde 2001 vem sendo incluída no FTSE4 Good, similar europeu;

- a empresa realiza painéis com suas partes interessadas, onde aproveita para pesquisar temas de interesse, por exemplo, proteção climática, para o qual 86% dos respondentes gostariam de ver resultados de melhorias nos relatórios de sustentabilidade e proteção de águas potáveis com 82% de interesse;

- a Bayer incentiva suas filiais e funcionários a participarem de associações de classe, de modo a compartilhar experiências e assim obter benefícios mútuos. A Bayer desde 2004 participa ativamente do GRI, tendo sido a primeira empresa alemã a fazer parte como “organizational stakeholder”;

- os fornecedores da Bayer são auditados em nível mundial para verificação da existência de práticas de proteção ambiental e da não existência de problemas sociais;

- na questão do desenvolvimento sustentável, produtos inovadores estão sendo desenvolvidos como forma de se aumentar a eco-eficiência. Exemplos claros são a semente de canola “InVigor” para a produção de bio-diesel e plásticos inovadores para automóveis, de modo a diminuir o peso e o consumo de combustível;

- a Bayer proíbe textualmente, em nível mundial, toda e qualquer doação para campanhas políticas;

- a empresa apóia pequenos e médios empreendedores a se capacitarem para a concorrência global, através de diversos projetos para que eles ponham seus requisitos ambientais e sociais em prática;

- a Bayer atingiu em 2002 os valores de redução de CO₂ previstos para 2012 e vem, desde 2002 reduzindo suas emissões, tendo recebido nos dois últimos anos o prêmio de melhor empresa química em redução de efeito estufa.

- o consumo de energia do grupo Bayer no mundo caiu de 146 peta Joule em 2002 para 86 peta Joule em 2006 e as emissões de carbono (CO₂) caíram de 6,1 milhões de toneladas em 2002 para 3,8 milhões de toneladas em 2006;

- a Bayer promove anualmente em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente), o programa BYEE, que significa em língua portuguesa, Jovem Embaixador Ambiental, promovendo a ida de jovens de até 25 anos de idade para uma troca de experiências sobre programas de melhoria ambiental na sua sede na Alemanha. Do Brasil, já foram enviados mais de 20 representantes.

4.2.2

Entrevista com representante da BASF

A BASF é uma empresa bastante similar em estrutura à Bayer, possuindo uma origem semelhante. Durante a época da segunda guerra mundial, chegaram a formar um conglomerado único, sendo por esta razão até hoje chamadas de empresas “primas”.

No mundo, a BASF é reconhecida pela excelência de seus produtos e também pelo seu compromisso com o programa Atuação Responsável e com o Desenvolvimento Sustentável, que possui projetos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Os seguintes pontos foram merecedores de destaque durante a investigação complementar:

- as lideranças estão fortemente comprometidas com o programa Atuação Responsável e com os princípios de Desenvolvimento Sustentável;

- as atividades sociais por parte dos funcionários são apoiadas e incentivadas no nível regional e global;

- os projetos ambientais estão claramente apoiados no Desenvolvimento Sustentável, assim como as iniciativas de Responsabilidade Social;

- as fábricas do ABC e de Guaratinguetá possuem eficazes mecanismos de diálogo e comunicação com as comunidades vizinhas;

- a satisfação da comunidade é pesquisada pela BASF e em Guaratinguetá, na última pesquisa a maioria absoluta está muito satisfeita com as atividades da empresa. Dos 600 entrevistados, 96% reconhecem a BASF como a empresa mais importante da cidade, 70% afirmam que ela é parceira do município e 60% das pessoas ressaltam sua atuação responsável;

- a educação é a principal ferramenta da BASF nos projetos de transformação social que apóia. Dentre eles, merecem crédito o programa Alfabetização Solidária, o programa de Inclusão Digital e o projeto “Alquimia”, destinado a educadores municipais. Em São José dos Campos, o programa “Meu Bairro” leva educação ambiental aos moradores dos bairros vizinhos à fábrica;

- da mesma forma que a Bayer, a BASF não pratica o marketing social em seus projetos, embora os bons resultados de seus projetos revertam em ganhos de imagem, mas este não é o foco, e sim o desenvolvimento das comunidades vizinhas e das partes interessadas;

- o compromisso ambiental da empresa é muito claro e as práticas implementadas vem da postura da empresa, anterior ao programa Atuação Responsável, porém desde sua implementação, a BASF vem melhorando continuamente suas práticas;

- o estilo de liderança dominante também é o participativo, embora o autoritário ainda exista em menor escala, em setores localizados. De uma maneira geral, o clima organizacional é considerado excelente pelos seus funcionários;

- a BASF também divulga claramente seus resultados econômicos, sociais e ambientais e o relatório segue as diretrizes do GRI;

- a BASF brasileira ganhou o prêmio ambiental “Von Martius”, promovido pela Câmara de Comércio Brasil Alemanha, com um projeto inovador na fabricação de tintas, onde uma resina derivada de petróleo foi substituída por material oriundo de garrafas PET recicláveis;

- os principais projetos sociais da BASF são o Projeto Crescer, que visa adolescentes de baixa renda, o projeto Mata Viva, que visa a recuperação da cobertura vegetal da margem do Rio Paraíba do Sul. A divisão Suvinil possui um projeto encarregado de pintar e recuperar monumentos históricos do Brasil, tendo sido doados cerca de 300.000 litros de tinta até hoje;

- a Fundação Espaço Eco promove educação ambiental, desenvolvimento comunitário e reflorestamento na região de São Bernardo do Campo.

No nível mundial, as seguintes iniciativas merecem destaque:

- parceria com a organização alemã *GTZ*, destinada a apoiar países em desenvolvimento, com o desenvolvimento da ferramenta de análise de eco-eficiência, detalhada no capítulo anterior;

- a corporação possui compromissos globais com o Desenvolvimento Sustentável, sendo o programa Atuação Responsável parte integrante;

- a BASF possui metas claras de redução de emissão de carbono (CO₂) a serem atingidas até o ano de 2012;

- a empresa possui também metas para melhoria da qualidade dos efluentes líquidos, diminuindo significativamente a poluição hídrica pelo uso da água na fabricação de produtos químicos;

- tintas com solventes à base de água vêm cada vez mais ocupando o espaço de solventes orgânicos, com ganhos ambientais, de saúde e de segurança;

- a BASF também participa da Iniciativa de Reporte Global (GRI);

- a empresa está listada no Índice de Sustentabilidade Dow Jones e no FTSE4 Good;

- os fornecedores da BASF são auditados periodicamente quanto às práticas ambientais e sociais vigentes, sendo escolhidos somente aqueles que se alinham com os princípios e diretrizes da empresa;

- existem programas de respeito à diversidade e de não-discriminação em todas as filiais;

- a BASF também está comprometida com o programa “Global Compact”, das Nações Unidas.

4.2.3

Entrevista com representante da Lubrizol

A Lubrizol é uma empresa que fabrica aditivos para lubrificantes, tendo com clientes as principais empresas de petróleo (ou energia) mundiais. Sua postura ética e de responsabilidade social e ambiental é decorrente do forte compromisso de seus fundadores, o qual vem sendo passado e ampliado de geração em geração.

A Lubrizol é uma indústria de lubrificantes, que fabrica aditivos para uma diversa gama de aplicações, os quais são largamente usados em lubrificantes automotivos, incluindo os de última geração. As respostas obtidas estão listadas a seguir:

- o compromisso ambiental na Lubrizol decorre da postura dos fundadores e da adesão ao programa Atuação Responsável, em todos os países onde está presente;

- a empresa é uma das poucas (como a Bayer e a BASF) a possuir a verificação independente do processo de Atuação Responsável, chamado de “VerificAR”;

- nos Estados Unidos, a empresa possui certificação externa do programa Atuação Responsável nos dois principais endereços e até 2008, todas as fábricas e localidades industriais estarão certificadas;

- a ética nos negócios é fortemente disseminada e praticada em todos os níveis na empresa e a conduta honesta e íntegra é praticada com todas as partes interessadas;

- o estilo de gestão é participativo, facilitado pelo pequeno porte da empresa no Brasil, imperando um clima de respeito mútuo entre as pessoas e promovendo o trabalho em equipe;

- dentro do compromisso ético, a empresa incentiva a cidadania e o cuidado com os vizinhos e com a sociedade, derivando daí diversos programas sociais;

- proteção ambiental e responsabilidade social são passadas para os funcionários através do exemplo prático por parte das lideranças;

- os resultados ambientais e sociais são amplamente divulgados para todas as partes interessadas;

- além da certificação externa do programa Atuação Responsável, a fábrica brasileira possui também as certificações ISO 9001 e ISO 14001, mas o compromisso ambiental está claramente ligado ao Atuação Responsável;

- a Lubrizol reconhece a importância e incentiva a participação de seus funcionários em associações industriais e comerciais, como forma de mútuo aprendizado e para conduzir projetos de cunho social;

- existe um programa de respeito à diversidade implementado em todas as unidades da empresa ao redor do mundo;

- a educação desempenha um papel fundamental nos projetos sociais da empresa, pois através da capacitação de comunidades carentes, a empresa promove cidadania e justiça social;

- a organização fornece bolsas de estudo em uma série de universidades e atende organizações de caridade em projetos específicos de treinamento e capacitação, os quais são conduzidos na maioria das vezes através de voluntariado de seus profissionais;

- existem cursos obrigatórios, como “A qualidade de ser humano”, ministrados a todos os funcionários nos primeiros anos de empresa, para que estes entendam o compromisso com a diversidade e seu valor;

- existem programas de reconhecimento para os funcionários da empresa em atendimento a clientes e também para os campeões de serviços comunitários, estimulando assim o voluntariado e as ações sociais;

- a empresa é uma das apoiadoras do projeto “Sustentabilidade do Empreendedorismo Social” da Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro, destinada à educação para o empreendedorismo. Seus funcionários participam ativamente das atividades educacionais;

- a empresa participa de planos de auxílio mútuo em segurança e meio ambiente em Belford Roxo, sendo parceira da Bayer neste grupo;

- a organização entende que seu compromisso ambiental e de responsabilidade social acaba trazendo, no longo prazo, ganhos de imagem corporativa, os quais resultarão em aumento de vendas;

- os clientes da Lubrizol, por serem de um setor bastante visado quanto à postura social e ambiental, reconhecem e preferem fazer negócios com empresas que possuem compromissos equivalentes;

- a despeito de muitos projetos realizados até o momento, a empresa reconhece que ainda há muito a evoluir no campo social e está preparada para os próximos passos.

4.2.4

Sumário das entrevistas de profundidade

As entrevistas acabaram por confirmar os resultados da análise quantitativa, a qual foi bastante representativa, tendo em vista a grande quantidade de respostas

e também o porte e importância das organizações que responderam, dentro do setor da indústria química brasileira.

Basicamente foi evidenciada uma clara associação entre a postura de proteção ambiental e o programa Atuação Responsável e que existe um compromisso forte que começa nas lideranças, na opinião dos executivos entrevistados e nas respostas aos questionários. Não foi possível evidenciar até que nível hierárquico o compromisso se desdobra e resulta em ações e atitudes. Para se ter uma impressão mais fundamentada da postura das organizações, entrevistar representantes das demais partes interessadas (como os colaboradores, sindicatos, comunidade vizinha, governo, etc.) seria adequado, porém fugiria aos objetivos desta dissertação.

Na questão social, o compromisso normalmente decorre da postura dos controladores, da adesão aos princípios de Desenvolvimento Sustentável ou de pressões das comunidades vizinhas, as quais apresentam demandas diversas às indústrias, as quais são priorizadas, selecionadas e atendidas através de projetos, aumentando assim a aceitação da empresa por parte da comunidade, ou em outras palavras da concessão do “direito de operação”. Nesta questão, entrevistas com representantes das comunidades podem trazer outras impressões importantes.

Resumindo, a comunidade vizinha e o histórico de acidentes que resultou no programa “Atuação Responsável” parecem ser os motores da postura de Proteção Ambiental e de Responsabilidade Social e os programas normalmente objetivam atender demandas dessas comunidades.

4.3

Interpretação dos resultados e correlação com o estágio das práticas de RSE e Desenvolvimento Sustentável

Com base nos resultados da análise quantitativa e baseado nas respostas dos executivos entrevistados e ainda na evolução dos indicadores apresentados no Anexo III, pode-se concluir que as empresas químicas associadas da ABIQUIM que vêm implementando o programa Atuação Responsável apresentam progresso nas práticas de Proteção Ambiental, principalmente naquelas cobertas pelo

programa. Isto, entretanto, não significa que o setor químico esteja como um todo numa melhoria contínua ambiental. Diversas organizações possuem contaminações e outros passivos a serem tratados, conforme dados disponíveis no sítio www.abiquim.org.br.

Já quanto aos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial, nota-se que o tema já está sendo tratado pela maioria das respondentes e se utilizada a classificação de Carrol, ilustrada na figura 1 do capítulo anterior, estaríamos com a maioria das empresas atingindo os dois primeiros patamares, porém sem caracterizar que tivessem foco prioritário na Responsabilidade Econômica e na Responsabilidade Legal, face à periculosidade dos produtos e aos aspectos ambientais envolvidos. Assim, necessitam ao menos iniciar a ascensão para a Responsabilidade Ética (terceiro patamar) em função da necessidade de evitar danos a terceiros. Quanto ao último patamar, de Responsabilidade Discrecional, as ações das organizações se limitam às comunidades vizinhas, com foco na promoção de boa vontade e a conseguir a “licença para operar” por parte da sociedade. Embora muitas organizações busquem a melhoria da qualidade de vida da população, através da oferta de produtos e serviços que colaborem para tal, o foco prioritário de suas ações fica mais próximo aos patamares inferiores.

Tomando como base a classificação constante da tese de doutorado de PINTO (2004) e atribuída a Frederick, na visão do entrevistador, a maioria das empresas respondentes poderia ser enquadrada em CSR2 e algumas poucas em CSR3, o que significa que cumprem também com os requisitos da classificação CSR1. Entretanto, haveria espaço para progresso tanto no caso de Retitude Social Corporativa (CSR3) como na Responsabilidade Social Corporativa (CSR2), uma vez que o tema foi recentemente incorporado ao programa Atuação Responsável e que, pelas respostas obtidas, as comunidades vizinhas ainda são o objetivo maior dos programas sociais. Nenhuma das respondentes, também na visão do entrevistador, parece atingir o nível CSR4, o qual demanda que a natureza e a espiritualidade estejam incluídas de forma rotineira na dinâmica das organizações. Este nível parece ser característico das organizações da Economia de Comunhão, onde a partilha é socialmente mais equilibrada, tanto entre os funcionários como nas relações com fornecedores e com os próprios concorrentes.

Observa-se ainda que há bastante espaço para melhorar o entendimento dos conceitos filosóficos e éticos de Responsabilidade Social Empresarial, o que pode ser conseguido via evolução do programa Atuação Responsável.

Especificamente na pergunta sobre a importância da norma ISO 14001 no desenvolvimento da gestão ambiental (Anexo I), colocada de forma provocativa, apenas 5 respondentes concordaram que a gestão ambiental foi desenvolvida apenas com a adequação ao modelo da ISO 14001. Quatro respondentes se colocaram de forma neutra na questão e 40 empresas discordaram da afirmativa da pergunta 10 do questionário constante do Anexo II. Houve uma grande indústria que colocou uma observação dizendo que a ISO 14001 tinha ajudado a aperfeiçoar o sistema implementado a partir do programa Atuação Responsável, assim podemos inferir que a postura ambiental das organizações da indústria química decorre principalmente deste programa. A figura 30, abaixo, mostra a distribuição das respostas, onde claramente pode-se atribuir a rejeição das respostas à afirmação de que a ISO 14001 seria a maior responsável pela postura de Proteção Ambiental adotada pelas organizações da indústria química.

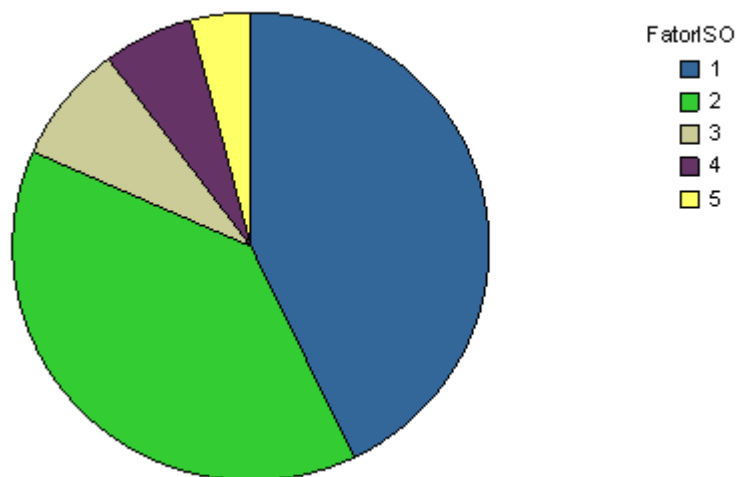


Figura 30 – A ISO 14001 como fundamental para a Proteção Ambiental

Pode-se observar, tanto na revisão da literatura, apresentada no Capítulo 3 desta dissertação, quanto nos resultados apresentados neste capítulo, que existe uma correlação entre o modelo atual do programa Atuação Responsável e os conceitos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda que práticas de inclusão social e estratégias para atuar na camada ocupada pela população hoje excluída da

sociedade de consumo não sejam claramente abordadas pelo programa Atuação Responsável, este visa a melhoria contínua dos resultados da empresa, nas dimensões ambiental, social e econômica.

As figuras mostradas no Anexo III mostram o progresso alcançado nos últimos 5 anos pela indústria química brasileira nos temas proteção ambiental e em assuntos referentes à dimensão social, mais especificamente à força de trabalho das organizações.

5. CONCLUSÕES

5.1

Síntese das respostas às perguntas objeto da dissertação

Esta dissertação teve como objetivo identificar que motivações levam as empresas do setor químico a priorizar temas de proteção do meio ambiente e de responsabilidade social empresarial em suas ações e verificar até que nível de decisão os temas permearam suas estruturas organizacionais.

Derivando o objetivo em perguntas, procuraram-se respostas para as seguintes questões interligadas:

- 1) O que motiva as empresas estudadas a priorizar os temas proteção do meio ambiente e responsabilidade social empresarial em suas ações estratégicas?
- 2) Até que ponto esses temas penetram toda a estrutura organizacional dessas empresas ou se restringem aos seus dirigentes?

Para se responder a estas perguntas, após a apresentação do referencial teórico, foi utilizado um questionário quantitativo, respondido por 49 organizações da indústria química, seguido de entrevistas complementares com dirigentes de três organizações, visando confirmação das análises e aprofundamento do entendimento com a busca de exemplos de programas e atividades que evidenciavam a adesão das empresas aos temas social e ambiental.

Os resultados da análise mostraram que as organizações da indústria química, na opinião de seus técnicos e dirigentes, priorizam o tema proteção ambiental em função da periculosidade de seus processos e de acidentes ambientais no passado, que resultaram no programa Atuação Responsável, o qual possui uma série de práticas gerenciais destinadas a uma operação segura a ponto de mudar a opinião pública sobre o setor. Quanto às motivações para o tema responsabilidade social, a análise mostrou que as indústrias químicas têm como motivação básica atender às demandas das comunidades vizinhas, com ações assistencialistas e também de capacitação e cidadania, porém com o objetivo de angariar boa vontade e defesa da continuidade das operações, as quais estão diretamente ligadas às vendas da organização.

Isto não quer dizer que algumas organizações não possuam programas que vão além nos temas social e ambiental, mas esta ainda não é a regra geral, pelo que foi demonstrado através das respostas.

Outro ponto que deve ser igualmente destacado é que as organizações da indústria química esperam também que os eventuais ganhos de imagem, decorrentes de uma nova postura de Responsabilidade Social e de Proteção Ambiental, resultem em maior volume de vendas e melhores resultados econômicos no médio prazo.

Quanto à segunda pergunta, foi observado que o tema liderança possui correlações fortes com praticamente todas as atividades de desdobramento do compromisso para a força de trabalho e a realização de programas e atividades visando a proteção ambiental e a responsabilidade social empresarial. Não pode ser evidenciado que os temas estão sendo praticados rotineiramente nas empresas por todos os níveis hierárquicos, mesmo porque pode haver um viés –mais desejo que realidade - da parte dos respondentes, quando afirmaram a participação efetiva dos funcionários em ações sociais ou na busca de melhorias ambientais. É possível que a realidade se apresente bem mais modesta que a visão dos executivos e técnicos da pesquisa.

Entretanto, observou-se que o tema proteção ambiental já ocupa parte da agenda do nível gerencial, em função do compromisso com o programa Atuação Responsável, das pressões de legislação e das comunidades vizinhas e das exigências do licenciamento. Em algumas empresas o tema pode até já ter descido até o nível operacional, mas no setor como um todo, ainda há muito espaço para melhorias ambientais, como reuso de água, reciclagem, substituição de matérias- primas, compensação por geração de gases de efeito estufa e outras medidas.

Na questão social, observou-se a existência de programas sociais, muito em função das comunidades vizinhas e as análises mostram que ainda há espaço para muito progresso dentro do tema responsabilidade social. O reconhecimento, por parte dos entrevistados, de que ainda há um caminho longo a trilhar e a recente revisão do programa Atuação Responsável mostram que o tema Responsabilidade Social Empresarial ainda não permeou todos os níveis organizacionais da indústria química.

As comparações dos estágios de evolução das práticas de proteção ambiental e de RSE com os modelos propostos na literatura foram mostrados no item 4.3 do capítulo anterior.

6.

POSICIONAMENTO DO PESQUISADOR

Desde o início do curso de mestrado acadêmico, havia traçado o objetivo de estudar o processo de mudança das organizações da indústria química, particularmente os aspectos referentes à mudança da postura ambiental e da postura social, uma vez que observava a mudança do paradigma reativo para uma abordagem preventiva, onde a proteção do meio ambiente assumia papel preponderante e o tema social começava a ficar cada vez mais presente nas agendas das organizações.

As empresas começavam a sair da posição de meramente cumpridor da legislação ambiental para uma postura de minimizar impactos e também de apoiador de programas de doação e filantropia para um apoio mais direcionado ao desenvolvimento e qualidade de vida das comunidades vizinhas. Como participantes da Associação Brasileira da Indústria Química, as empresas estavam trabalhando na implantação do programa Atuação Responsável, mas o tema social não fazia parte da agenda do programa até 2005, ficando limitado às questões de saúde e segurança dos trabalhadores.

Como dirigente e executivo da indústria química, tive como dever de ofício trabalhar fortemente no tema ambiental e, em dado momento, fui levado a cuidar também do tema Desenvolvimento Sustentável. Nele tive a oportunidade de interagir com grandes corporações multinacionais e verificar sua postura para com este tema, que despontava nas agendas estratégicas, gerando muito discurso por parte de todos os membros, porém nem tantas ações efetivas.

Com o contato com as disciplinas ministradas pelo Prof. Sérgio Proença Leitão, tive a oportunidade de entrar em contato com concepções de gestão que avançavam muito mais no tema social, comparados com o conceito de Desenvolvimento Sustentável e surgiu a idéia de verificar até que ponto as indústrias químicas associadas da ABIQUIM haviam avançado em sua mudança de postura ambiental e social e até que ponto estes temas se disseminavam em suas estruturas, ou se ficavam limitados ao discurso das lideranças.

Após a construção dos questionários, reduzindo o campo da investigação para as questões mais primordiais, onde tive o apoio eficaz e efetivo de meu

orientador, pude conduzir a pesquisa, para a qual obtive um grau de participação expressivo, facilitado pela atuação exercida na ABIQUIM e pelo conhecimento com os colegas dirigentes das outras empresas associadas.

Pelo fato de ser um membro do setor, a interpretação dos dados pode ter sido influenciada pela visão que tenho do setor, a qual não necessariamente é compartilhada por pessoas de fora, que não conhecem os detalhes específicos do setor. Assim, pode ser que eu não tenha alcançado maior nível crítico no exame desse problema.

Os resultados acabaram por confirmar as suposições que possuía sobre a postura de Proteção Ambiental, que já vem permeando das camadas mais altas da hierarquia, transformando-se se objetivos e metas de melhoria dos funcionários. Porém muito ainda necessita ser executado e implementado, abrindo campo para futuras pesquisas e na parte prática, para ações de melhoria significativas por parte de todo o setor. Apesar dos progressos conseguidos, a percepção de empresa limpa, do ponto de vista ambiental, pela sociedade ainda parece longe de ser conseguida.

Com relação ao tema social, verifiquei que algumas empresas já desenvolvem programas sociais visando atingir grupos de partes interessadas específicas, mas a maioria das indústrias do setor ainda procura atender as demandas das comunidades vizinhas, visando obter boa vontade e diminuir possíveis protestos e insatisfações.

Durante a realização desta dissertação tive a oportunidade de consolidar diversos conhecimentos que foram passados durante o curso e de pesquisar o tema responsabilidade social com mais profundidade e considero que aprendi muito e, principalmente, reconheço que tenho muito mais o que aprender e pretendo continuar nessa linha de pesquisa, apoiando as organizações da indústria química a buscar programas sociais e ambientais que promovam mais justiça e qualidade de vida para a sociedade como um todo, não apenas as comunidades vizinhas.

Para tanto, irei prosseguir na pesquisa e na busca de conhecimento, tentando transformar o conhecimento adquirido em ações eficazes, exercendo a cidadania, colaborando, enfim, para o desenvolvimento equilibrado entre o social, o econômico e o ambiental.

6.1.

Campo para futuras investigações

Uma vez que foi estabelecida uma forte correlação entre a liderança e resultados do programa Atuação Responsável e não tendo sido possível determinar com precisão a existência de relações de causa e efeito nesta pesquisa, a primeira oportunidade para novas investigações que surge é a de se estudar até que ponto o estilo de liderança influencia a adoção de novas posturas, dentro de mudanças evolutivas, ou mesmo de transformações, estas muito mais raras nas indústrias e em particular no setor químico.

Outras questões que não foram devidamente respondidas e que podem ser pesquisadas com mais profundidade e foco são:

- até que ponto os canais de comunicação com a comunidade externa e demais partes interessadas é eficaz e se as reais impressões destes para com a postura da empresa foram captadas;
- se acidentes acontecidos ou poluição e desconforto causados a terceiros geraram mudanças de paradigma ou se estes são via de regra negados ou minimizados pela organização;
- até que ponto as organizações pesquisam a satisfação de seus clientes para com suas posturas ambientais e sociais e qual o nível de influência na decisão de compras e assim realizar um estudo de correlação com os volumes de compras desses clientes nos últimos anos;
- o que as organizações estão fazendo ou planejando, para diminuir a quantidade de excluídos, promover capacitação e sustentabilidade para a sociedade.

Novas pesquisas poderiam incluir a investigação nos níveis operacionais e nas comunidades vizinhas. Poder-se-ia obter a visão do tema socioambiental nessas partes interessadas, a qual poderia ser comparada com relatórios sócio-ambientais emitidos pelas empresas do setor e também com os resultados do programa Atuação Responsável divulgados pela ABIQUIM.

Referências bibliográficas

ABIQUIM. Associação Brasileira da Indústria Química e Petroquímica. Dados retirados do site www.abiquim.org.br entre 15/03/2007 e 05/05/2007.

ABIQUIM. **Relatório Anual 2006**. ABIQUIM. São Paulo – SP. 2006

ABREU, Mônica Cavalcanti, Gregório Rados e Figueiredo, Hugo Santana. As pressões ambientais da estrutura da indústria. **Revista de Administração de Empresas**, v3, n.2, Art. 17. FGV-SP, São Paulo, 2004.

AGUILAR, Francis. **A Ética nas Empresas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

AKTOUF, Omar. **Administração Entre a Tradição e a Renovação**. São Paulo: Atlas, 1999.

ALMEIDA, Fernando – **O bom negócio da Sustentabilidade** – Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2002.

ALMEIDA, M.A. e LEITÃO, Sérgio P. Empresas de Economia de Comunhão e Razão Substantiva. **Revista Brasileira de Administração Pública**. V. 37, n. 6, p. 1145-1170. FGV. Rio de Janeiro, Nov/Dez 2003.

ALVESSON & DEETZ. Teoria Crítica e abordagens pós-modernas em **Handbook de estudos organizacionais**. Atlas. SP. Volume 1. 1999

ARAGÃO, Lucia Maria. **Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ARANTES, Elaine – Investimento em Responsabilidade Social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. **Conhecimento Interativo**, v2, n.1, São José dos Pinhais – PR. Jan-Jun 2006, p. 03-09.

ARAÚJO NOGUEIRA, Carlos Eduardo e CHAUVEL, Marie Agnes – **Responsabilidade Social: um Estudo Exploratório sobre o Processo de Decisão das Instituições Mantidas por Empresas**. Artigo disponível em Rio de Janeiro, 2006.

ASHLEY, Patrícia. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios** – Saraiva – Rio de Janeiro. 2002

BARNEY & HESTERTY. Economia das Organizações: relação entre organização e análise econômica, do volume 3 de **Handbook de Estudos Organizacionais**.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização e Espiritualidade** – Editora Ática. Rio de Janeiro,

BOFF, Leonardo. **A Ética e a formação de valores na Sociedade**. Série Reflexões. Instituto Ethos. São Paulo, 2003.

BRONNER, Eric. **Da Teoria Crítica e Seus Críticos**. Campinas: Papyrus, 1994.

BURREL, Gibson & MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAMPOS, Vicente Falconi – **Qualidade – Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia**. - FCO-UFMG – Belo Horizonte, 1994.

CAMPOS, Vicente F. **Gerenciamento pelas Diretrizes** – FCO-UFMG – Belo Horizonte, 1996.

CAPRA, Fritjof – **A Teia da Vida** – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos – Cultrix - SP

CAPRA, Fritjof – **As Conexões Ocultas** – 2ª. Edição – Editora Cultrix. São Paulo, 1999.

CAPRA, Fritjof – **O Ponto de Mutação – a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. Cultrix. São Paulo, 1997.

CARROL, Archie B. – Corporate Social Responsibility. **Business and Society**, Estados Unidos. Volume 28, Set/1999.

CARVALHO, Rosa. **Responsabilidade Social Empresarial: Shell e BP**. Hamilton, Nova Zelândia. 2002.

CLARKSON, Max (ed). **The Corporation and its Stakeholders**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

CLARKSON et alli. **Principles of Stakeholder Management**, Toronto: Clarkson Center for Business Ethics, 1999.

CHRISTENSEN Clayton, CRAIG Thomas e HART Stuart. **The Great Disruption**. Foreign Affairs – March/April 2001. pg. 80-95.

CRAGG, W. Business ethics and stakeholder theory. **Business Ethics Quarterly**. v12 i2:113-142, 2002.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart, Teresia Diane Macedo-Soares, José Roberto Gomes da Silva. Projetos Sociais de Empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, Set/Out/2006. Rio de Janeiro.

DALLABRIDA, Ivan Sidney. **Responsabilidade Social Empresarial e Economia de Comunhão: Racionalidade Empresarial na Construção do Desenvolvimento Sustentável**. Dissertação vencedora do Premio Ethos 2005. Universidade Regional de Blumenau, SC. 2005

DEMING, Edwards. **Qualidade: A Revolução da Administração**. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1982.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar** – 4ª. Edição – Cortez Editora – São Paulo, 2005.

DOWELL, Glen, Hart Stewart e Yeung Bernard. “**Do Corporate Global Environmental Standards Create or Destroy Market Value?**”. Social Investment Forum. Washington, USA. 2001.

DRUCKER, Peter. **Administrando em Tempo de Grandes Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.

DUARTE, G.D, e DIAS, J.M.M. **Responsabilidade Social: a empresa hoje**. Editora LTC. Rio de Janeiro, 1986.

FONTOURA, Geraldo. **Responsible Care – Desempenho e Perspectivas do Sistema de Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente**. Dissertação de mestrado. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

FRIEDMAN, Milton – The Social Responsibility of business is to improve its profits. **The New York Times Magazine**. Set 1970. Estados Unidos da América do Norte.

GARAY, Ângela B. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações. **Revista de Administração**. V.36, n.3, p.6-14, Julho/Setembro 2001.

GARCIA, Rubio A. Crise Ambiental e o projeto bíblico de humanização integral, em **Reflexão Cristã Sobre o Meio Ambiente** – PUC/RIO – Depto de Teologia – Edições Loyola - 1992

GARETH, Morgan. **Imagens da Organização** – Editora Atlas. São Paulo – 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, São Paulo. 1999.

GONÇAVES, Heloísa H. e LEITÃO, Sérgio P. Empresas de Economia de Comunhão: o caso FENAQ. **Revista Brasileira de Administração Pública**. FGV, v. 35, n. 6, p. 33-60. Rio de Janeiro, Nov/Dez 2001.

GRI – Global Reporting Initiative – <http://www.gri.org> dados acessados de 20/03/07 a 30/04/07

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Nova Ciência das Organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **No rumo de uma nova teoria substantiva**

GUIA EXAME. Boa Cidadania Corporativa 2006. Editora Abril. São Paulo, 2006.

GUIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HART, Stewart. A Natural-Resource Based View of the Firm. **Academic of Management Review**, 1995. Vol 20, no. 4 – 986-1014.

HART, Stewart. Beyond Greening: Strategies for a Sustainable World. **Harvard Business Review** 75. Jan/Feb 1997. pg. 66-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco social**. <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acessado entre 21/2/2007 e 22/4/2007.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. <http://www.ethos.org.br>, acessado entre 28/02/2007 e 30/04/07

INSTITUTO ETHOS. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas** – pesquisa 2005.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Setoriais da Indústria de Petróleo e Gás**. São Paulo, 2006.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social Empresarial nas organizações de varejo**. São Paulo. 2002.

KOTLER, Philip e LEE, Nancy. **Corporate Social Responsibility**. Estados Unidos da América. John Willey and Sons, 2005.

KÓOS, Marcelo. **“O modelo de gestão ambiental na Indústria Química”**. Ecolatina 1999, Belo Horizonte. MG. 1999

KREITLON, Maria Priscilla. Responsabilidade social empresarial versus racionalidade econômica: a perspectiva de Amartya Sen. **IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local**. Salvador: Escola de Administração – EAUFBA/NEPOL. Junho de 2003.

LAKATOS, Eva e Marconi, Marina – **Metodologia Científica**. Editora Atlas, São Paulo. 1994.

LEITÃO, Sérgio P., FORTUNATO G. e FREITAS A. Relacionamentos interpessoais e emoções nas organizações: uma visão biológica. **Revista Brasileira de Administração Pública**. FGV, v. 40, n.5, p. 883-908. Rio de Janeiro, Set/Out 2006.

LEITÃO, Sérgio P. e COUTINHO, Renata. B. G. Ética e Mudança na perspectiva da biologia do conhecimento. **Revista Brasileira de Administração Pública**. FGV, v. 36, n. 5, p. 777-796. Rio de Janeiro, Set/Out 2002.

LOURENÇO, Alex e SCHRODER, Débora. Vale a pena investir em Responsabilidade Social Empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. Dissertação disponível em www.ethos.com.br. São Paulo, 2003.

LOVELOCK, James – **Gaia: cura para um planeta doente**. Editora Cultrix. São Paulo, 2006.

LOVELOCK, James, Sir – **A Vingança de Gaia** – Editora Intrínseca. Rio de Janeiro, 2006.

MARCONI, M. & LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2001.

MATURANA, Humberto e Varela, Francisco – **A árvore do conhecimento – as bases biológicas da compreensão humana** – Pallas Athena – 5ª. Edição. São Paulo, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Organização & Poder - Empresa, Estado e Escola**. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Controle Social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, vol 33. São Paulo. Set/out/1993.

MOTTA, Paulo Cesar. **Servir com Alma**. Rio de Janeiro. Office Book. 3ª. Edição. 2003.

OLIVEIRA, Franciara. **Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa: um estudo sobre os 231 casos concretos do Instituto Ethos**. Disponível em www.ethos.com.br. São Paulo, 2005.

PHILLIPS, Robert. **Stakeholder Theory and Organizational Ethics**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, Inc., 2003.

PINTO, Mário Couto Soares. **A Economia de Comunhão sob o olhar da Teoria dos Stakeholders**. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2004.

PORTER, Michael. **Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, Michael. **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

PORTER, Michael. What's Strategy – **Harvard Business Review** – artigo publicado em 01/11/1996 – Estados Unidos da América.

PRAHALAD C.K., Stuart L. Hart. The Fortune at the Bottom of the Pyramid. **Strategy and Business** 26. Jan/2002. pg. 54 – 67.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**. São Paulo: UNESP, 1996.

PUPPIM Oliveira, José Antonio. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **Revista de Administração de Empresas** - FGV-SP. São Paulo, 2005

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. Nobel. São Paulo, 1999.

ROZENBAUM, Sérgio e LEITÃO, Sérgio P. Para um Agronegócio sem exclusão. **Revista Brasileira de Administração Pública**. V. 40, n. 2, p. 289-314 . FGV. Rio de Janeiro, Mar/Abr 2006.

SANTOS, Rubens. **Relação entre Responsabilidade Social Corporativa e Identidade de Marca: uma abordagem ética**. Dissertação de mestrado, disponível em www.ethos.com.br.

SCHNIETZ, Karen et alli. Does a reputation for corporate social responsibility pay off? **Academy of Management Proceedings**. Social Issues in Management Conference, San Diego, 2002.

SCHROEDER, Jocimari Três e Schroeder, Ivanir – Responsabilidade Social Corporativa: Limites e Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas** – FGV-SP. São Paulo, 2004.

SENGE, Peter. **A Quinta Disciplina**. Editora Best Seller. São Paulo, 1990.

SICUPIRA FILHO, Eduardo. **Introdução ao Pensamento Dialético**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

SROUR, R.H. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1998.

THILLMAN, Utz. Sustainable Development at BASF – **10o. Congresso de Atuação Responsável** – ABIQUIM – São Paulo – Ago/2006

UNEP. United Nations Environment Program Annual Report. **Sustainable Consumption and Production**. http://www.unep.org/AnnualReport/2006/AR_2006/CONSUMPTION.pdf, 2006.

VALLE, Cyro e LAGE, Henrique. **Meio Ambiente, Acidentes, lições e soluções**. Editora SENAC. São Paulo, 2003.

VITERBO, Ênio. **Sistema Integrado de Gestão Ambiental**. Editora Aquariana, São Paulo, 1998.

WATTS, Phil e Holme. Richard. **Responsabilidade Social Empresarial: bom senso aliado a negócios**. World Business Council for Sustainable Development. Lausanne, Suíça. 2000.

WATTS, Phil, SCHMIDHEINY Stephan e HOLLIDAY, Charles. **Cumprindo o prometido – casos de sucesso de desenvolvimento sustentável**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2002.

WBCSD - WORLD BUSSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Brazilian Stakeholder Dialogue on Corporate Social Responsibility and Sustentability Through the Market**. Genebra: WBCSD, 1999.

WBCSD. Business for Development – business solutions in support of the Millennium Development Goals. Earthprint Ltd. Switzerland, 2005.

WBCSD. Informações retiradas do site www.wbcds.ch entre 20/03/2007 e 30/04/2007.

ANEXO I**QUESTIONÁRIO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO PROGRAMA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL****CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

1 - Origem do capital (marque apenas uma alternativa):

- empresa de origem nacional empresa de origem multinacional

2 - Formação do capital (marque apenas uma alternativa):

- empresa de capital fechado empresa de capital aberto

3 - Porte da organização (marque apenas uma alternativa):

- pequeno - de 1 a 99 funcionários
 médio - de 100 a 499 funcionários
 grande - 500 ou mais funcionários.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL

4 – Dentre os fatores abaixo, quais deles motivaram a organização a priorizar os temas proteção ao meio ambiente e Responsabilidade Social Empresarial:

- acidentes ambientais com produtos ou matérias primas
 – poluição e reclamações da comunidade
 – exigências de clientes
 – pressões de trabalhadores ou sindicato
 – exigências da matriz ou postura do proprietário
 – compromisso com o programa Atuação Responsável
 – outros

5 – Anote abaixo as certificações obtidas por sua organização:

- ISO 9001 (gestão da qualidade)
 ISO 14001 (gestão ambiental)
 OHSAS 18001 (gestão da saúde e segurança dos trabalhadores)

() NBR 16001 ou SA 8000 (gestão da responsabilidade social)

() VerificAR (verificação do Atuação Responsável)

6 – Qual a posição hierárquica do responsável pelo meio ambiente e do responsável pela condução dos programas de Responsabilidade Social Empresarial da organização:

MEIO AMBIENTE

RESP. SOCIAL

() – presidencia

() – presidencia

() – vice-presidencia

() – vice-presidencia

() – diretoria

() – diretoria

() – gerencia

() – gerencia

() – chefia, supervisão ou outra
outra

() – chefia, supervisão ou
outra

7 – Existe alguma preocupação da organização em disseminar os resultados referentes a meio ambiente e Responsabilidade Social Empresarial para os funcionários, clientes e demais partes interessadas:

() – sim, através de um relatório anual específico

() – sim, incluindo os resultados no relatório econômico

() – sim, com informações colocadas na página da empresa na Internet

() – ainda não reporta resultados de meio ambiente e Responsabilidade Social

Para as declarações a seguir, por favor classifique sua posição dentre as alternativas a seguir, visando facilitar o tratamento estatístico das respostas.

8 – A motivação da organização em priorizar os temas proteção ao meio ambiente e Responsabilidade Social está **fortemente associada ao compromisso** com o programa Atuação Responsável:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

9 – A motivação da organização em priorizar os temas proteção ao meio ambiente e Responsabilidade Social **vem prioritariamente de fora**, por intermédio de pressões e demandas da comunidade e demais partes interessadas:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

10 – O desenvolvimento do sistema de gestão ambiental **se deu somente** quando a organização decidiu buscar a certificação pela norma ISO 14001:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

11 – O programa Atuação Responsável **ainda não é bem compreendido por todos** na organização, o que dificulta a implementação de práticas ambientais e de Responsabilidade Social:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

12 – O programa Atuação Responsável encontra-se **amplamente disseminado** na organização e é entendido e praticado por todos os níveis, incluindo o operacional:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

13- As **lideranças**, começando pela alta administração, estão comprometidas com a melhoria ambiental e **apoiam incondicionalmente as iniciativas** de responsabilidade social empresarial da organização:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

14 - A força de trabalho recebeu treinamento e conscientização em proteção ambiental e Responsabilidade Social e **participa ativamente** dos programas sociais e ambientais da organização:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

15 – A força de trabalho **ainda não entende como sincero o comprometimento da organização** com a proteção ambiental e a Responsabilidade Social Empresarial e sua participação limita-se a atividades pontuais e isoladas:

()discordo totalmente ()discordo ()neutro ()concordo ()concordo totalmente

16 – **Existem pressões internas** por parte de trabalhadores, sindicatos e comissões de fábrica para que a alta administração a promova a Responsabilidade Social Empresarial, como por exemplo nos temas segurança, qualidae de vida no trabalho, respeito à diversidade e não discriminação:

discordo totalmente discordo neutro concordo concordo totalmente

17 – A organização considera estratégicos os temas proteção ambiental e Responsabilidade Social Empresarial a ponto de se preocupar em **estender seu compromisso**, escolhendo fornecedores que também assumam os mesmos compromissos, monitorando seu desempenho:

discordo totalmente discordo neutro concordo concordo totalmente

18 – A alta administração acredita que a disseminação do compromisso com a proteção ambiental e a responsabilidade social para as partes interessadas do negócio ajuda a **melhorar a imagem corporativa** da organização:

discordo totalmente discordo neutro concordo concordo totalmente

19 – Uma vez que a sociedade cada vez mais está atenta aos temas meio ambiente e responsabilidade social, a organização acredita que estando comprometida com estes temas, isto **poderá resultar em aumento de vendas** ou valorização das ações:

discordo totalmente discordo neutro concordo concordo totalmente

20 – Ainda há um **longo caminho a percorrer** dentro do modelo de gestão promovido pelo programa Atuação Responsável, para que as práticas de Responsabilidade Social Empresarial e os programas sociais **sejam disseminados em todos os níveis e internalizados na gestão** da organização:

discordo totalmente discordo neutro concordo concordo totalmente

ANEXO II

Modelo de Roteiro para Entrevista em Profundidade

1. Compromisso com o programa Atuação Responsável:

- a) Até que ponto a organização está comprometida com o programa? (divulgação?)
- b) Existe um relacionamento claro entre Atuação Responsável e Responsabilidade Social Corporativa (Empresarial)?

2. Motivação para responsabilidade ambiental e Social

- a) Em sua opinião o progresso na gestão ambiental é creditado ao programa Atuação Responsável, a exigências da legislação ou à norma ISO 14001?
- b) As atividades e ações de responsabilidade social e ambiental são praticadas por toda a força de trabalho ou são restritas a grupos específicos? (checar resultados)

3. Papel das Lideranças

- a) Até que ponto as Lideranças estão comprometidas com a melhoria ambiental e apóiam claramente as iniciativas sociais na organização?
- b) Até que ponto a organização estimula o comprometimento das lideranças? (ex. bônus anual)

4. Relacionamento com os colaboradores

- a) Estilo de gestão dominante - autocrático, participativo, burocrático, etc.
- b) O estilo de gestão suporta a participação dos colaboradores nas atividades de proteção ambiental e de responsabilidade social?
- c) O clima de trabalho promove a felicidade no trabalho ou apenas stress, angústia, e comprometimento “aparente”?

5. Participação da força de trabalho em atividades sociais:

- a) A organização estimula a participação de seus colaboradores em programas sociais?
- b) Existe orçamento definido para participação nesse tipo de programas?

6. Reflexo sobre vendas:

- a) O compromisso com o meio ambiente e com a responsabilidade social provoca algum reflexo positivo sobre as vendas da organização?
- b) Os clientes industriais e consumidores demonstram preferência por empresas com compromisso ambiental e práticas de responsabilidade social?

7. Imagem da organização:

- a) Até que ponto o compromisso com o meio ambiente influencia a imagem da empresa?
- b) O compromisso com a Responsabilidade Social Empresarial está associado a ganhos na imagem corporativa? É praticado o “marketing social”?

ANEXO III

Resultados sócio-ambientais alcançados pelas associadas da ABIQUIM:

III-1- Resultados ambientais alcançados

Levando-se em conta as respostas da pesquisa quantitativa, assim como dos resultados ambientais alcançados pela indústria química constantes do Relatório Anual da Indústria Química 2006, disponível em www.abiquim.org.br, parece que o programa Atuação Responsável vem alavancando a construção de uma gestão de proteção ambiental por parte das organizações associadas da ABIQUIM.

As figuras a seguir demonstram o progresso alcançado nos últimos 5 anos pela indústria química brasileira nos temas proteção ambiental e em assuntos referentes à dimensão social, mais especificamente à força de trabalho das organizações.

a) Redução no volume de águas poluídas lançadas em corpos receptores

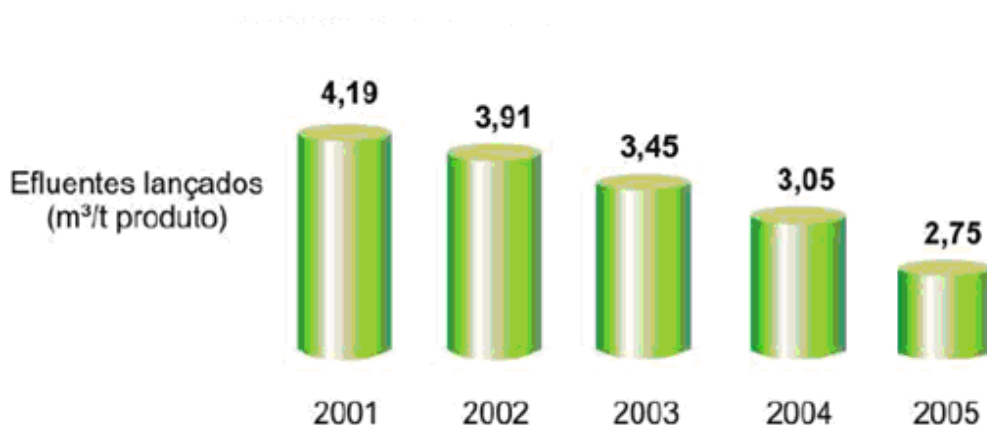


Figura 32 – Redução no volume de efluentes lançados. (Relatório Anual 2006)

É claro o progresso alcançado na redução do uso de água por parte das indústrias químicas, refletindo num menor volume de efluentes lançados nos corpos receptores, motivadas pelo custo do insumo e, principalmente, pela escassez que já se faz notar. Para que os dados possam ser comparados em uma série temporal, são normalizados em função da quantidade de produção. Em 2001

a indústria lançava 4190 litros de água servida para cada tonelada de produto tendo esse número caído para 2750 litros por tonelada em quatro anos.

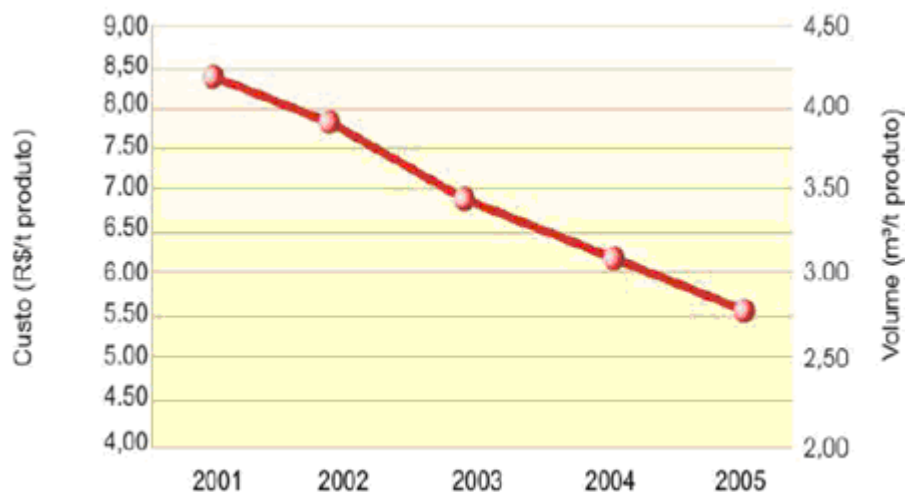


Figura 33 – Redução da quantidade de efluentes por tonelada de produto

Observa-se na figura acima um ganho ambiental com ganho econômico imediatamente associado, pois quanto menos água a ser tratada, menor o custo do tratamento. Existe ainda o ganho social de preservação dos mananciais e da menor carga de poluentes lançados nos corpos receptores.

b) Redução da emissão de gases de efeito estufa

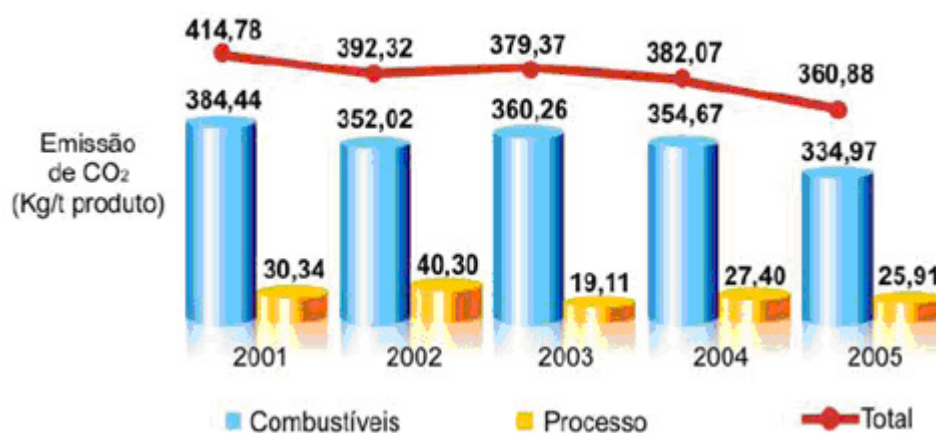


Figura 34 – Redução da emissão de dióxido de carbono (Relatório Anual 2006)

Na figura acima, observa-se que a indústria química vem conseguindo uma melhoria no total de emissão de CO₂ por tonelada de produto fabricado. Ao reduzir a geração e emissão de gás carbônico, que provoca o efeito estufa na atmosfera, contribui para um menor efeito de aquecimento global.

Algumas organizações já têm projetos de seqüestro de gás carbônico implementados, como a plantação de árvores pelos funcionários ou projetos de reflorestamento junto a organizações não-governamentais, como a SOS Mata Atlântica. Os cálculos da quantidade de árvores equivalentes podem ser encontrados em www.florestasdefuturo.org.br, página do “site” da referida ONG.

Entretanto, muito ainda há que ser feito em relação às emissões aéreas da indústria química, pois além dos gases que provocam efeito estufa, outros contaminantes precisam ser considerados, como óxidos nitrosos, óxidos de enxofre, compostos orgânicos voláteis, etc.

III-2 - Resultados Sociais Alcançados

A revisão do programa Atuação Responsável, conforme mostrada no Capítulo 3, agregou a dimensão ambiental às tradicionais dimensões do programa e três práticas (ou diretrizes) específicas sobre responsabilidade social passaram a integrar o conjunto. Entretanto, os indicadores sociais ainda estão em desenvolvimento pela ABIQUIM, e desta forma conseguimos extrair os indicadores referentes ao bem estar dos funcionários, especificamente aqueles relacionados a índices de acidentes, que retratam a postura e a preocupação da organização para com eles, ainda que de forma indireta, pois são indicadores reativos.

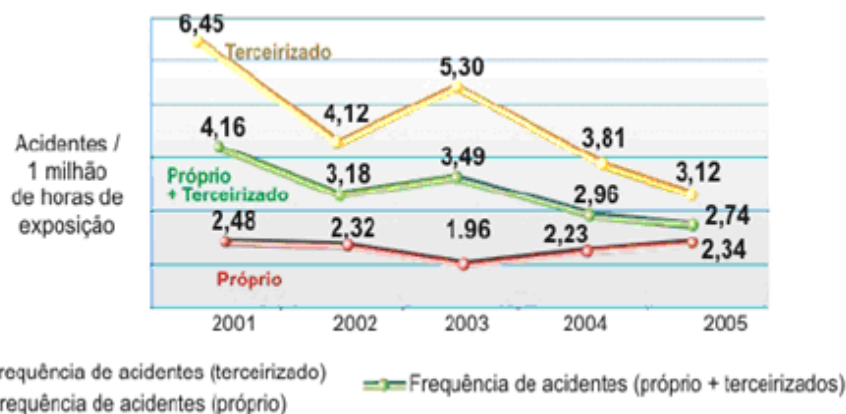


Figura 35 – Taxa de frequência de acidentes com afastamento.

O indicador acima é calculado tendo como referência a legislação brasileira, que divide o número de acidentes por um milhão de horas de exposição. Os indicadores internacionais utilizam a metodologia da Agência de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos, conhecida pela sigla OSHA (“Occupational Safety and Health Agency”), que divide o número de acidentes por 200.000 horas de exposição. Assim, para serem comparáveis, os números acima precisam ser divididos por cinco ou então multiplicar os números baseados na metodologia da OSHA pelo mesmo fator.

Deve-se ressaltar na figura 35, acima, a existência de resultados distintos de indicadores referentes a funcionários próprios e a funcionários terceirizados. Não se admite, nos termos filosóficos do programa Atuação Responsável, que haja qualquer tipo de discriminação ou tratamento prioritário e a queda dos índices referentes a terceirizados e a aproximação com os indicadores referentes aos funcionários próprios mostra que as associadas envidaram esforços e focaram o tema de modo a obter substancial queda nos índices de terceiros, bem como no índice global de acidentes de trabalho. Entretanto, com a dimensão econômica falando mais alto nas decisões de serviços, é difícil vislumbrar o mesmo padrão de desempenho para as duas classes de funcionários, sendo frequentes os comentários no setor de que algumas empresas “escondem” os acidentes com terceiros.

Com a adoção do novo modelo do programa Atuação Responsável, novos indicadores sociais irão surgir, possibilitando às associadas monitorar seu progresso e comparar com a média do setor.

Anexo IV**Diretriz do Programa Atuação Responsável (diretriz 36)**

Implementar instrumentos, canais e processos para diálogo com as comunidades e demais partes interessadas.

Nível 2

A empresa possui instrumentos, canais e processos para o diálogo com as partes interessadas voltados a tratar reclamações, consultas e sugestões, a identificar as necessidades e prover as informações relevantes para permitir que acionistas, autoridades, representantes de sistemas de cunho social (associações, Conselhos, etc.), ONGs, o público em geral e outras partes interessadas nos assuntos corporativos conheçam as características ligadas aos aspectos sociais dos processos, produtos e serviços, incluindo os casos mais críticos, para os quais a empresa desenvolve ações de minimização ou de redução de riscos.

A empresa possui instrumentos, canais e processos para o diálogo com as partes interessadas para as situações que exigem melhorias, segundo estratégia plano/programas.

Referências**Atividades Sugeridas****Indicadores****Exemplos de Práticas****Auto Avaliação**

[Clique aqui para fazer o login e preencher a Avaliação](#)

VerificAR

36.1 - Como a associada constitui os seus instrumentos, canais e os processos para diálogo com as comunidades e demais partes interessadas?

36.2 - Como a assegura que os instrumentos, canais e os processos para diálogo com as comunidades e demais partes interessadas atendem o que foi definido na Diretriz 21?

36.3 - Como a associada considera o Atuação Responsável e as dimensões ligadas ao mesmo, em seus instrumentos, canais e seus processos para diálogo com as comunidades e demais partes interessadas?

36.4 - Como a associada recebe, documenta e responde as comunicações pertinentes (críticas, comentários, dúvidas, preocupações, sugestões, inquietações e demandas) oriundas das comunidades e demais partes interessadas?

Legislação**Bibliografia**

ANEXO V**Informações e indicadores propostos pelo Instituto Ethos**

1 - Valores, transparência e governança:

1.1 – Auto-regulamentação da conduta

1.1.1 – Compromissos éticos

1.1.2 – Enraizamento na cultura organizacional

1.1.3 – Governança Corporativa

1.2 – Relações transparentes com a sociedade:

1.2.1 – Diálogo com as partes interessadas

1.2.2 – Relações com a concorrência

1.2.3 – Balanço Social

2 – Público Interno:

2.1 – Diálogo e Participação:

2.1.1 – Relações com os sindicatos

2.1.2 – Gestão participativa

2.2 – Respeito ao Indivíduo:

2.2.1 – Compromisso com o futuro das crianças

2.2.2 – Valorização da diversidade

2.3 – Trabalho Decente

2.3.1 – Política de remuneração, benefícios e carreira

2.3.2 – Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho

2.3.3 – Compromisso com desenvolvimento profissional e empregabilidade

2.3.4 – Comportamento frente a demissões

2.3.5 – Preparação para a aposentadoria

3 – Meio Ambiente:

3.1 – Responsabilidade frente às futuras gerações

3.1.1 – Comprometimento da empresa com a melhoria da qualidade ambiental

3.1.2 – Educação e conscientização ambiental

3.2 – Gerenciamento do Impacto Ambiental

3.2.1 – Gerenciamento do impacto no meio ambiente e ciclo de vida de produtos

3.2.2 – Minimização de entradas e saídas de materiais na empresa

4 – Fornecedores:

4.1 – Seleção e parceria com fornecedores:

4.1.1 – Critérios de seleção e avaliação de fornecedores

4.1.2 – Trabalho infantil na cadeia produtiva

4.1.3 – Trabalho forçado (ou escravo) na cadeia produtiva

4.1.4 – Relações com trabalhadores terceirizados

4.1.5 – Apoio ao desenvolvimento de fornecedores

5 – Consumidores e Clientes:

5.1 – Dimensão Social do Consumo

5.1.1 – Política de comunicação comercial

5.1.2 – Excelência do atendimento

5.1.3 - Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais a produtos e serviços

6 – Comunidade:

6.1 – Relações com a comunidade local:

6.1.1 – Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno

6.1.2 – Relações com organizações locais

6.2 – Ação Social:

6.2.1 – Financiamento de Ação Social

6.2.2 – Envolvimento da empresa com a ação social

7 – Governo e Sociedade:

7.1 – Transparência Política:

7.1.1 – Contribuições para campanhas políticas

7.1.2 – Práticas de anticorrupção e propina

7.2 – Liderança Social:

7.2.1 – Liderança e influência social

7.2.2 – Participação em projetos sociais governamentais

ANEXO VI

Tabela 19 – Informações para a Iniciativa de Reporte Global (GRI)

	CATEGORIA	ASPECTO
ECONÓMICOS	Impactes Económicos Directos	Clientes Fornecedores Empregados Fornecedores de capital Sector público
	Impactes Económicos Indirectos	Externalidades
AMBIENTAIS	Ambientais	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões, efluentes e resíduos Fornecedores Produtos e serviços Cumprimento Transporte Global
SOCIAIS	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego Relações trabalhadores/gestão Saúde e segurança Treino e educação Diversidade e oportunidades
	Direitos Humanos	Estratégia e gestão Não-discriminação Liberdade de associação e negociação colectiva Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Práticas disciplinares Práticas de segurança Direitos dos nativos
	Sociedade	Comunidade Suborno e corrupção Contributos políticos Competição e preços
	Responsabilidade pelos Produtos	Saúde e segurança dos clientes Produtos e serviços Publicidade Respeito pela privacidade

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)